

ELISA MARIA ANDRADE BRISOLA
SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO

organizadoras

LEITURAS INTERDISCIPLINARES DO DESENVOLVIMENTO



Mestrado | Grupo **UNIS**

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO
HUMANO



ELISA MARIA ANDRADE BRISOLA
SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO

organizadoras

LEITURAS INTERDISCIPLINARES DO DESENVOLVIMENTO



TAUBATÉ-SP
2023

EXPEDIENTE EDITORA

EdUNITAU

| **Diretora-Presidente:** Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

Conselho Editorial

- | **Pró-reitora de Extensão:** Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa
- | **Assessor de Difusão Cultural:** Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa
- | **Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas:** Shirlei de Moura Righeti
- | **Representante da Pró-reitoria de Graduação:** Profa. Ma. Silvia Regina Ferreira Pompeo de Araújo
- | **Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação:** Profa. Dra. Viviane Fushimi Velloso
- | **Área de Biociências:** Profa. Dra. Milene Sanches Galhardo
- | **Área de Exatas:** Prof. Dra. Érica Josiane Coelho Gouvêa
- | **Área de Humanas:** Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
- | **Consultora Ad hoc:** Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Projeto Gráfico

- | **NDG** – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté
- | **Coordenação:** Alessandro Squarcini
- | **Capa:** Alessandro Squarcini
- | **Diagramação:** Rafael Campos de Jesus
- | **Revisão:** Igor da Silva Becati
- | **Impressão:** Eletrônica (e-book)

Ficha Catalográfica

| **Bibliotecária:** Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

**Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU
Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI**

L533 Leituras interdisciplinares do desenvolvimento [recurso eletrônico] / organizado por Elisa Maria Andrade Brisola, Suzana Lopes Salgado Ribeiro. – Dados eletrônicos. – Taubaté : EdUnitau, 2023.

Formato: PDF
Requisitos do sistema: Adobe
Modo de acesso: world wide web

ISBN: 978-65-86914-77-1 (on-line)

1. Interdisciplinaridade. 2. Desenvolvimento regional. 3. Desenvolvimento humano. 4. Políticas públicas. I. Brisola, Elisa Maria Andrade (org.). II. Ribeiro, Suzana Lopes Salgado (org.). III. Título.

CDD – 370

Índice para Catálogo sistemático

Interdisciplinaridade – 370
Desenvolvimento regional – 338.9
Desenvolvimento humano – 155
Políticas públicas – 338.9

Copyright © by Editora da UNITAU, 2023

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	06
Gladis Camarini,Rachel Duarte Abdala	
APRESENTAÇÃO.....	09
Elisa Maria Andrade Brisola, Suzana Lopes Salgado Ribeiro	
PROCESSOS DE FORMAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO: UMA REVISÃO.....	11
Dálete de Souza Maia Vicentini, Mariana Aranha de Souza, Suzana Lopes Salgado Ribeiro	
ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA EQUOTERAPIA: A PERCEPÇÃO DO PRATICANTE SOBRE SUA TERAPIA.....	24
Rafael Di Francesco Coêlho de Souza, Débora Inácia Ribeiro	
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL DOS ESTUDANTES: UM PANORAMA DAS PESQUISAS RECENTES.....	46
Gustavo Andrade Abreu, Nilton dos Santos Portugal, Mariana Aranha de Souza	
A UTILIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA) POR ASSENTADOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): UM NOVO MODELO DE RESISTÊNCIA NA AGRICULTURA FAMILIAR?.....	56
Luiz Alexandre Canavezi de Paiva, Elisa Maria Andrade Brisola, Alexandra Magna Rodrigues	
A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DA INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E SANEAMENTO.....	79
Liliane Aparecida da Silva Marques, Alessandro Ferreira Alves, Rodrigo Franklin Frogeri	
O ENSINO MÉDIO EM FOCO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O CONTEXTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (2015-2021).....	91
Bruno Luis Cardoso, Rachel Duarte Abdala, Mirian Cristina de Moura Garrido	

**QUEM SÃO OS COAGRICULTORES QUE APOIAM AS COMUNIDADES
QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA NO VALE DO PARAÍBA E LITORAL
PAULISTA?.....102**

Adriana Mônica Pinto de Oliveira, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Alexandra Magna Rodrigues, Patricia Ortiz Monteiro, Elisa Maria Andrade Brisola

**CONCEPÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM
UMA UNIDADE PRISIONAL NO SUL DE MINAS GERAIS.....121**

James Nogueira Bueno, Mariana Aranha de Souza, Celso Augusto dos Santos Gomes

SOBRE OS AUTORES.....133

PREFÁCIO

Celebrando a parceria entre o Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas, Grupo UNIS, e o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, vem a lume este livro intitulado “Leituras interdisciplinares do desenvolvimento”.

Ambos os programas são interdisciplinares e, por essa característica, apresentam uma confluência de interesses em pesquisas que focam em analisar problemas complexos da realidade social brasileira.

Entre os dois programas de pós-graduação *latu sensu* também há uma convergência temática em torno do tema do desenvolvimento, conceito múltiplo e complexo que define o escopo desses programas e as pesquisas realizadas por seus mestrandos.

Deste modo, o título atribuído ao livro evoca a dimensão interdisciplinar da proposta, contemplando a abordagem teórico metodológica que norteia os programas e este livro e que direciona o olhar para as questões do desenvolvimento, seja ele humano, social e regional. As possibilidades de diferentes leituras, materializadas em pesquisas densas e cientificamente orientadas acerca destas questões, são possíveis pela formação diversa de pesquisadores que programas de pesquisas interdisciplinares mobilizam. Além disso, também contribuiu para a elaboração das pesquisas e textos que compõem este livro os diferentes pontos de vista territoriais. O sul de Minas Gerais e o Vale do Paraíba constituem-se como *locus* de encontro entre o passado e o presente projetando análises da realidade para o futuro. Na perspectiva atual das discussões sobre a noção de território, para além da relevância histórica que esses espaços desempenharam ao longo do tempo no desenvolvimento regional e nacional, o estar em determinado local promove uma forma de olhar perpassada de subjetividade e de referências múltiplas que o ponto de vista oportuniza.

Deste encontro de interesses, pontos de vista, noções compartilhadas e conjugadas surgiu este livro, resultado material de uma parceria que já se consolidou durante anos de atividades conjuntas que englobam a realização de eventos acadêmico-científicos,

congressos, simpósios, artigos e bancas dos mestrados. Essas atividades conjuntas foram possíveis e promoveram a circulação de docentes e mestrados que se encontraram na organização e realização destas atividades.

Composto por oito capítulos, o livro nos convida a refletir sobre as diversas dimensões do desenvolvimento que se manifesta na educação e em diferentes áreas do conhecimento.

Nesta obra a abordagem se deu por três áreas de conhecimento: a psicologia, a agricultura e a educação. Ao nos debruçarmos sobre cada trabalho em particular, temos uma visão mais clara da solidez dos resultados alcançados pelas análises.

Iniciando a obra, Rafael Di Francesco Coêlho de Souza e Débora Inácia Ribeiro tratam dos aspectos psicológicos da Equoterapia a partir da percepção de praticantes desta modalidade de abordagem terapêutica, concluindo que concluir que a equoterapia impacta a psique humana a favor de seu desenvolvimento saudável.

Na sequência, o próximo capítulo reflete um trabalho conjunto entre os Programas de Mestrado. De autoria de Adriana Mônica Pinto de Oliveira, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Alexandra Magna Rodrigues, Patrícia Ortiz Monteiro e Elisa Maria Andrade Brisola, as autoras procuram responder quem são os coagricultores que apoiam a agricultura no Vale do Paraíba e Litoral Paulista, analisando os perfis de alguns deles e suas atuações. Ainda sobre esta temática, outro grupo do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano da UNITAU se dedicou a analisar em seu capítulo a utilização da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) por assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), questionando se esse poderia ser considerado um novo modelo de resistência na agricultura familiar. Esse capítulo foi elaborado por Luiz Alexandre Canavezi de Paiva, Elisa Maria Andrade Brisola e Alexandra Magna Rodrigues.

Nos capítulos subsequentes aborda-se o tema educação. Gustavo Andrade Abreu, Nilton dos Santos Portugal e Mariana Aranha de Souza discorrem sobre a relação entre Educação a Distância e o desenvolvimento profissional e pessoal dos estudantes, a partir do levantamento de pesquisas recentes sobre o assunto. A seguir, também com enfoque sobre educação, Dálete de Souza Maia Vicentini, Mariana Aranha de Souza e Suzana Lopes Salgado Ribeiro fizeram uma revisão sobre a relação entre processos de formação

e desenvolvimento profissional do pedagogo. O capítulo de autoria de James Nogueira Bueno também aborda questões relacionadas à educação, centradas na análise das concepções docentes na Educação de Jovens e Adultos em uma unidade prisional no Sul de Minas Gerais.

Encerrando a obra, ainda com os capítulos que tratam de questões educacionais, o de autoria de Bruno Luis Cardoso, Rachel Duarte Abdala e Mirian Cristina de Moura Garrido, realiza o levantamento de pesquisas sobre o Ensino Médio no Brasil e analisa a produção científica sobre essa temática considerando o contexto da Base Nacional Comum Curricular (2015-2021)

Com este instigante trabalho interdisciplinar, fruto de uma nova geração de pesquisadores, reunimos uma proposta com reflexões que vislumbram a continuação dos estudos e indicam possibilidades de ações sobre o desenvolvimento.

Tenham uma boa leitura!

Gladis Camarini

Coordenadora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro
Universitário do Sul de Minas

Rachel Duarte Abdala

Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Humano-UNITAU

Agosto de 2023.

APRESENTAÇÃO

O tema do Desenvolvimento por abarcar diferentes disciplinas como a economia, a biologia, a educação, dentre outros, pressupõe leituras de totalidade e, fundamentalmente, interdisciplinares, com vistas à sua compreensão, considerando a complexidade da realidade.

O desenvolvimento econômico, por exemplo, pode ser explicado por teorias estritamente voltadas para questões como renda e Produto Interno Bruto (PIB), ou incorporar outras variáveis que interferem nesse processo, tais como educação, longevidade, acesso ao trabalho, questões geracionais ou étnico-raciais, gênero, voltando-se, dessa maneira, às dimensões sociais.

No escopo da economia, o debate do desenvolvimento espraia-se para questões relativas ao crescimento, subdesenvolvimento, marginalização, relação centro-periferia, ou ganha adjetivações como sustentável, regional ou local, em diferentes momentos da história.

Já no campo do desenvolvimento humano, tem-se que levar em conta aspectos como educação, saúde e psicologia. Assim, o desenvolvimento é pensado a partir dos ciclos de vida e habilidades próprias a estes, bem como às relações familiares, contextos escolares e/ou institucionais e, nesse sentido, diferentes teorias subsidiam a análises desde a Psicanálise de Freud, à teoria da Aprendizagem, de Pavlov, Skinner e Watson; a teoria da Aprendizagem Social, de Bandura; a Cognitiva, de Piaget; a Sócio cultural, de Vygotsky; a Contextual- Bioecológica, de Bronfenbrenner, dentre outras.

A discussão acerca do desenvolvimento além de pressupor a interdisciplinaridade, também envolve a gestão, em especial no âmbito das políticas públicas. Dessa maneira, o livro que ora se apresenta abarca as pesquisas sobre o desenvolvimento em suas múltiplas perspectivas, a gestão e as políticas públicas porque estes conceitos, em geral, são articulados.

Assim, visando ampliar a discussão sobre o desenvolvimento trouxemos a público os textos que compõem esse livro a fim dialogar com as pesquisas realizadas nos programas de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional-GDR do Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS e no Mestrado em Desenvolvimento Humano-MDH da Universidade de Taubaté - UNITAU.

Destaca-se que os capítulos foram produzidos em conjunto por orientadores e orientandos, caracterizando-se como um exercício de produção de conhecimento, mas também de formação científica. Desta forma, acredita-se que a própria proposta de produção de conhecimento conjunto é, em si, caminho de desenvolvimento profissional, acadêmico, humano e, também, regional.

Assim, este livro é resultante de experiências de formação interdisciplinar e interinstitucional, compondo reflexões e diálogos de dois programas de pós-graduação, que tem como questão organizadora a discussão sobre o desenvolvimento.

Elisa Maria Andrade Brisola
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

PROCESSOS DE FORMAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO: UMA REVISÃO

Dálete de Souza Maia Vicentini

Mariana Aranha de Souza

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

1. Introdução

Até a década de 70, no Brasil, o ensino era obrigatório apenas para o chamado de ensino de 1º grau, que seria os quatro anos iniciais. A partir de 2006, a obrigatoriedade do ensino se ampliou para nove anos, passando a ser obrigatório a Educação Básica dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 2013). Assim, com a ampliação da Educação Básica gratuita e obrigatória, as redes de ensino tiveram que passar por um processo de adequação para atender à nova legislação, no que se tratava de estrutura física e de profissionais para acompanhar os alunos.

Até o início do ano de 2000, para atuar como docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a formação requerida era a de Nível Médio, que ocorria por meio da realização do Curso do Magistério, chamado de Curso Normal, sendo considerado um curso de técnico de ensino médio. Após a obrigatoriedade da formação em Nível Superior, houve a criação do Curso Normal Superior e a manutenção do Curso de Pedagogia, regulamentados para a formação de professores. Todavia, estes cursos passaram por diversas alterações na sua estrutura curricular, como forma de atender a formação docente (GATTI; BARRETO, 2009).

Para garantir o acesso de todos ao ensino e para alcançar uma educação de qualidade no país, foi sancionado em 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que previu 20 metas para serem cumpridas até 2024. Estas metas incluem a matrícula de toda população na devida faixa etária na pré-escola, até 2016, e no Ensino Fundamental, até 2024, e que a população entre 15 e 17 anos estivesse frequentando o Ensino Médio, até 2016. Em relação aos professores, as metas preveem a

criação de uma política nacional para formação de profissionais em nível superior para atuação na Educação Básica até 2024.

A promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, que ocorreu em 2019 (BRASIL, 2019), foi uma tentativa de contemplar os elementos que envolvem a formação inicial dos professores, evidenciando que as Instituições de Ensino Superior devem oferecer cursos de qualidade para seus alunos, mediante a um currículo de formação extenso que envolva diferentes áreas do conhecimento, além proporcionar ao aluno prática educacional suficiente para que se sinta preparado para assumir suas atividades pedagógicas em sala de aula após a conclusão do curso (GATTI; BARRETO, 2009).

O Parecer CNE/CP 02/2015 (BRASIL, 2015) regulamentou que esta formação deva acontecer no Ensino Superior, com o mínimo de oito semestres (ou quatro anos) e 3.200 horas de atividades acadêmicas. Esta organização curricular deve estar articulada de forma a garantir a “formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão dos processos educativos escolares e não escolares, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional”. Isso indica que o curso de Pedagogia possui um extenso conteúdo a ser trabalhado, de forma a construir um perfil profissional capaz de compreender o contexto educativo, sua história e seus fundamentos, compreendendo o tempo, o espaço e a atuação docente em suas múltiplas e complexas especificidades, sem dissociá-las da realidade que envolve o contexto da sala de aula.

Contudo, Gatti, Barreto e André (2011) afirmam que este processo de formação inicial e continuada de professores em exercício para o nível superior tem ocorrido em sua maioria por meio de instituições privadas e pela educação a distância (EAD). Radomski (2020) ressalta que, embora esses meios tenham contribuído para a expansão da formação à Educação Superior, a sua qualidade é questionável, pois têm sido verificados cursos mal estruturados e aligeirados com mensalidades acessíveis. Neste sentido, tem se questionado a qualidade dos profissionais que são disponibilizados no mercado de trabalho para atuarem na educação.

Radomski (2020) ainda afirma que a formação docente causa um impacto direto na formação do aluno, conforme se verifica abaixo

A qualidade (ou não) da formação de professores impacta diretamente na qualidade (ou não) da Educação Básica. Professores com uma formação deficiente, que não contribuiu para o desenvolvimento de uma postura crítica

e reflexiva, certamente, poderão ter dificuldades para desenvolver práticas em sala de aula que contribuam para que os estudantes exercitem o senso crítico e construam sua autonomia (RADOMSKI, 2020, p. 20).

Diante disso, este estudo tem por objetivo realizar um levantamento bibliográfico de publicações que abordam o contexto do Curso de Pedagogia, considerando os processos de formação e de desenvolvimento profissional dos professores.

2. Metodologia

Este estudo, de natureza qualitativa, foi realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura, que tem como característica uma abordagem metodológica que permite uma melhor compreensão do tema em análise (WHAITTEMORE; KNAFL, 2005). Como questão norteadora desta pesquisa, tem-se: qual tem sido o contexto dos processos de formação e de desenvolvimento profissional dos professores pedagogos?

Durante o mês de dezembro de 2020, foi realizada uma pesquisa na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), aplicando o descritor “Pedagogia”, para a pesquisa apenas no título e em ordem cronológica decrescente. Foram encontrados um total de 378 artigos nessa base de dados e iniciou-se uma leitura desses títulos, considerando os anos de 2019 e 2020, para verificar quais deles tratavam do contexto do Curso de Pedagogia no que diz respeito à compreensão do que é ser professor, com vistas aos processos de formação e de desenvolvimento profissional.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados entre os anos de 2019 e 2020, que incluíssem o contexto do Curso de Pedagogia no que diz respeito à compreensão do que é ser professor, com vistas aos processos de formação e de desenvolvimento profissional. Foram considerados somente artigos publicados em língua portuguesa. Após serem excluídos os artigos repetidos e os que não tratavam do tema de interesse desse estudo, foram selecionados oito trabalhos, que foram lidos na íntegra e analisados para posterior discussão.

3. Resultados e discussão

Diante da importância do processo formativo de docentes para o futuro dos alunos, este estudo tem por objetivo realizar um levantamento bibliográfico de publicações que abordam o contexto do Curso de Pedagogia, considerando os processos de formação e de desenvolvimento profissional dos professores.

Dos oito artigos selecionados sobre o Curso de Pedagogia, quatro deles foram publicados em 2019 e quatro em 2020 (Quadro 1). Cabe destacar que este recorte para os últimos dois anos se deu em vista do grande número de pesquisas realizadas e publicadas sobre esta temática. A proposta de analisar as mais recentes se configura no sentido, inclusive, de verificar por quais perspectivas estas discussões recentes estão orientadas e em quais periódicos, uma vez que os critérios para a indexação das revistas na *SciELO* ocorrem por uma série de atributos que somente revistas com maior tradição e constância nas publicações se mantêm.

Quadro 1 – Panorama de artigos sobre o curso de Pedagogia e o que é ser professor

	Autor	Título	Ano
1	Flavia Medeiros Sarti	O curso de pedagogia e a universitarização do magistério no Brasil: das disputas pela formação docente à sua desprofissionalização	2019
2	Solange Natalina Boesing Crestan e Franciele Clara Peloso	O curso de pedagogia: um olhar para a região sudoeste do Paraná	2020
3	Michely de Lima Ferreira Vargas e Maria do Carmo de Lacerda Peixoto	A formação em Pedagogia na Faculdade de Educação da UFMG: um olhar a partir das percepções de professores e egressos	2019
4	Vivian Silva Lobato e Claudia Leme Ferreira Davis	Saberes e profissionalidade de egressos do curso de Pedagogia das Águas: a formação inicial em foco	2019
5	Marilandi Maria Mascarello Vieira e Josimar de Aparecido Vieira	Pedagogia da Experiência na Formação de Professores para o Aluno e a Autonomia do Professor	2020
6	Ana Keully Gadelha dos Santos Darub, Lídia Chaves Soares Gardênia e Pricila Kohls dos Santos	Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão. Análise do currículo do curso de pedagogia de uma universidade pública da região norte do Brasil	2020
7	Liliana Soares Ferreira, Célia Tanajura Machado, Mariglei Severo Maraschin, Dulcineia Libraga Papalia De Toni	Políticas educacionais e os impactos sobre processos educativos nos cursos de Pedagogia: uma análise	2020
8	Circe Mara Marques, Susana Beatriz Fernandes, Ezequiel Theodoro da Silva	O brincar nos discursos de estudantes de Pedagogia: certezas em suspenso	2019

Fonte: SciELO, 2020.

Durante a análise dos documentos, percebe-se que há uma preocupação dos autores voltada principalmente para a questão de formação docente e das políticas educacionais sobre os processos educativos.

Sarti (2019), no seu documento intitulado “O curso de pedagogia e a universitarização do magistério no Brasil: das disputas pela formação docente à sua

desprofissionalização”, afirma que o processo de formação de professores vem ocorrendo de forma imprecisa ao longo dos anos. Para a autora, é importante destacar que os professores deveriam adquirir o conhecimento universitário universalizado, enfatizando a importância do desenvolvimento do processo de ascensão do nível da Educação no Brasil, concernente ao nível superior de habilidades necessárias e específicas ao docente que atua nos anos iniciais da Educação Básica.

A autora salienta que a formação do professor deveria privilegiar o ensino sobre o ato de ensinar, articulando os aspectos teóricos e práticos à uma perspectiva crítica sobre a realidade. As considerações de Sarti (2019) estão intimamente relacionadas à crítica do modelo formativo tradicional, em que o professor em formação adquire apenas os conhecimentos gerais, restritos às disciplinas específicas, ou do ensino específico de uma disciplina.

Nesse sentido, Gatti e Barreto (2009) afirmam que existe uma grande defasagem formativa, no que tange aos cursos de graduação, sobretudo quanto ao Curso de Pedagogia. Para as autoras, são inúmeros os cursos que não conseguem formar os egressos de forma com que tenham condições de ingressarem nas escolas e, assumindo a regência da sala de aula, iniciem seu trabalho com intencionalidade educativa e seus processos de formação continuada, de forma coletiva e individual.

As autoras Solange Natalina Boesing Crestan e Franciele Clara Peloso (2020), no documento intitulado “O curso de pedagogia: um olhar para a região sudoeste do Paraná”, trata do processo de formação do professor na região do Paraná, abordando a importância da base formativa do professor atuante nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As autoras relatam que o futuro professor, no seu período de formação, fará articulação direta dos conhecimentos prévios e dos novos conhecimentos adquiridos, enquanto constrói a sua identidade docente, apropriando-se de habilidades e competências necessárias ao seu perfil profissional.

O texto destaca o cenário da Região Sudoeste do Paraná, em que a maioria dos profissionais da educação são formados em espaços particulares e, devido à extensão agrícola predominante na região, limita o processo regional e social, tendo ênfase os cursos de Educação a Distância. As pessoas que se matriculam no curso estão preocupadas em melhorar as suas condições, seja na qualidade de vida, seja nas condições de trabalho e não necessariamente almejam a docência.

De acordo com as autoras, a aquisição de conhecimentos pelo futuro professor deverá ocorrer a partir do que elas denominam como momento de preparação –

aprendizagem e comprometimento com o profissional que se intenciona formar, e a valorização dos contextos educativos diários, buscando-se garantir um trabalho de excelência do professor que está em formação, considerando os ambientes de implementação dos conceitos adquiridos para a eficácia na atuação profissional desse professor.

No contexto da região, que foi o foco do estudo de Crestan e Peloso (2020), o que se refere à formação no curso de pedagogia ocorrer principalmente em instituições privadas não é diferente do cenário que ocorre na maioria das regiões do país (BARRETO, 2015). Todavia, este tipo de formação pode ser preocupante, pois algumas instituições privadas não têm a responsabilidade de desenvolver a capacidade de produção de conhecimentos. Somadas a isso, ainda existem falhas nestas instituições, como: falhas no projeto pedagógico e na infraestrutura de apoio e do acompanhamento dos estudantes (BARRETO, 2015).

Sendo assim, Barreto (2015) afirma que, embora as instituições privadas e os cursos em EAD promovam um grande favorecimento de acesso ao ensino superior, muitos deles não têm contribuído efetivamente para a democratização da Educação Superior, tendo em vista a necessidade de garantia de uma educação de qualidade. Nesse sentido, é essencial o olhar do poder público, para implementações de instituições públicas de qualidade e também de fácil acesso, para atender a demanda de formação docente, principalmente do curso de pedagogia.

No artigo intitulado “A formação em Pedagogia na Faculdade de Educação da UFMG: um olhar a partir das percepções de professores e egressos”, as autoras Michely de Lima Ferreira Vargas e Maria do Carmo de Lacerda Peixoto (2019) destacam algumas reflexões acerca da formação em Pedagogia ofertada por esta instituição na modalidade presencial. As autoras analisam, de forma crítica e reflexiva, as alterações e adequações legais e históricas no currículo do curso de Pedagogia oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destacando as contribuições e mudanças trazidas pela implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia.

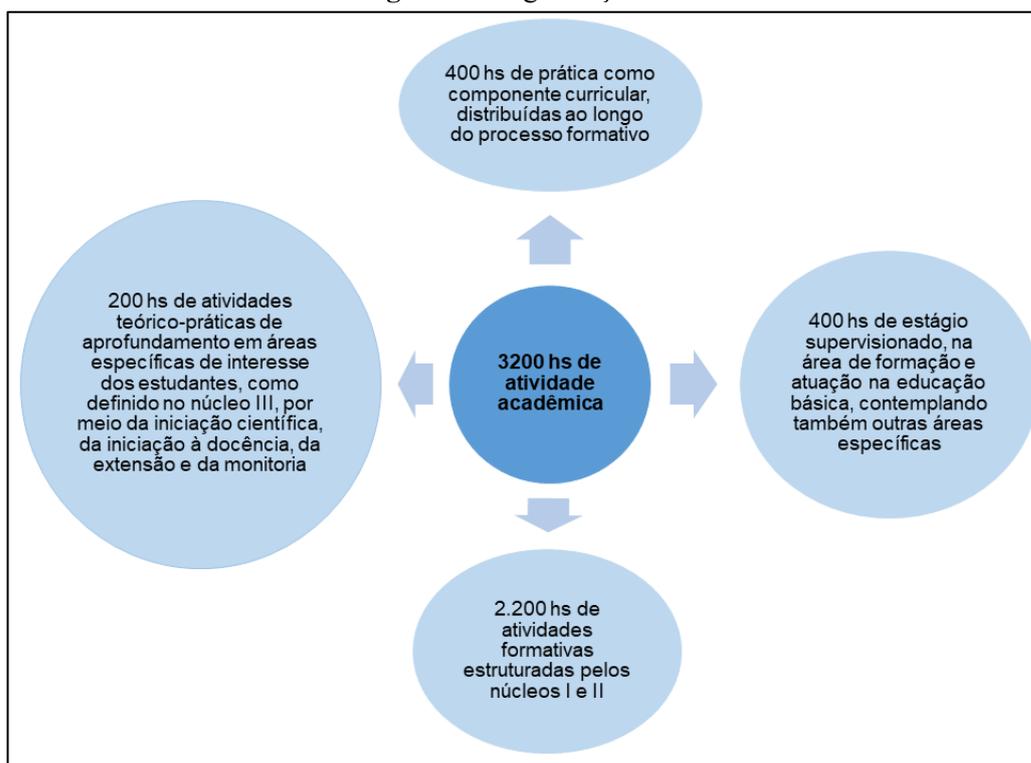
O texto retrata, também, as percepções dos graduandos do curso, bem como o resultado desejado para o meio profissional quando ocorrer a sua inserção. As autoras enfatizam ainda que, após a análise dos resultados e suas implicações, a escola é salientada como a mais importante instituição sistemática e que o professor é essencial, principalmente no ensino fundamental presencial.

As autoras afirmam que os discentes que ingressam no Curso de Pedagogia na UFMG relatam que estão satisfeitos com o trabalho realizado quanto aos conteúdos relacionados à inclusão e às tecnologias educacionais, ainda que apontem a necessidade de uma melhor conexão entre teoria e prática. Nesse caso, observa-se um paradoxo: “por um lado, há uma matriz curricular bem estruturada, o contentamento com a ação educativa, ajustada por outro lado, à não valorização do pedagogo no contexto social” (VARGAS; PEIXOTO, 2019, p. 15).

Sobre a estrutura curricular do curso de pedagogia, há um parecer de 2015 que trata da organização curricular de forma a garantir a “formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão dos processos educativos escolares e não escolares, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional” (BRASIL, 2015, p. 30). Isso indica que o curso de Pedagogia possui um extenso conteúdo a ser trabalhado, de forma a construir um perfil profissional capaz de compreender o contexto educativo, sua história e seus fundamentos, compreendendo o tempo, o espaço e a atuação docente em suas múltiplas e complexas especificidades, sem dissociá-las da realidade que envolve o contexto da sala de aula.

Veja na figura 1 como deve ser a organização curricular de acordo com Brasil (2015):

Figura 1 - Organização curricular



Fonte: Brasil (2015).

Além disso, o parecer deixa clara a importância de se trabalhar com temáticas interdisciplinares ao longo de todo o curso de Formação Inicial, articulados com fundamentos e metodologias, sobretudo no que diz respeito à reflexão sobre as políticas públicas que envolvem

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdo específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 30).

Considerando esta complexa rede de conteúdos, habilidades e competências necessárias para se pensar acerca da Formação Inicial de Professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, um estudo mais recente sobre os cenários de formação de professores no Brasil, organizado por Gatti et al. (2019), apresenta, dentre outros aspectos, um panorama sobre as concepções e práticas que permeiam os professores que atuam na Educação Básica e de seus formadores, evidenciando, inclusive, algumas práticas formativas, realizadas na Formação Inicial, consideradas, por este levantamento, como experiências inovadoras. Elas apontam para a importância da articulação teórico-prática nos diferentes tempos e espaços formativos do curso, uma aproximação com o contexto da escola pública e a realização de projetos colaborativos ao longo de toda a formação inicial.

Vivian Silva Lobato e Claudia Leme Ferreira Davis (2019) destacam no texto: “Saberes e profissionalidade de egressos do curso de Pedagogia das Águas: a formação inicial em foco” a formação e atuação profissional em uma comunidade rural ribeirinha da Amazônia.

Os docentes que recebiam formação no curso “Pedagogia das Águas” relatam que os aspectos mais importantes obtidos no curso estavam relacionados ao conhecimento profundo dos estudantes a serem desenvolvidos e o sentimento de pertencimento na região ribeirinha. Os professores que já trabalhavam na região com estudantes do Ensino Fundamental destacaram que as experiências formativas presentes na reflexão-ação eram determinantes para a sua atuação (LOBATO; DAVIS, 2019).

Outra questão destacada pelas autoras tem relação com os determinantes tempo-escola-universidade e tempo-comunidade, predominantes no modelo de Pedagogia da Alternância, adotado pelo curso. O primeiro determinante (tempo escola-universidade) é

relativo ao processo que envolve o trabalho com a teoria, a prática e a reflexão sobre ela, a avaliação e a retomada do conteúdo trabalhado. Já o segundo determinante (tempo-comunidade) está voltado para a prática docente, pautada na realidade do estudante.

Vieira e Vieira (2020) destacam no artigo “Pedagogia da Experiência na Formação de Professores para o Aluno e a Autonomia do Professor” a lógica transformadora no desenvolvimento do professor e do aluno, abordando as mudanças direcionadas à autonomia através de professores que adotaram programas formativos em línguas.

Para os autores, a problematização oportunizada pela experiência entre ideias e práticas fornecem o respaldo aos professores, que investigam e vivenciam práticas de ensino de línguas para a autonomia. O texto destaca ainda que a formação profissional docente experienciada amplia a ação do professor, que busca questionar os atos tradicionais e voltam à exploração do ensino centrado no aluno (VIEIRA; VIEIRA, 2020).

Ao mesmo tempo, Vieira e Vieira (2020) propõem uma reflexão sobre como são abordadas as relações existentes entre teoria e prática nos processos formativos. Segundo eles, é fundamental serem considerados os contextos social e histórico, que passam por alterações ao longo dos anos no planejamento e na organização dos cursos de formação de professores. Para eles, essa abordagem está diretamente relacionada à reflexão sobre os processos de escolha e adoção da profissão (VIEIRA; VIEIRA, 2020).

Gatti, Barreto e André (2011) consideram que o professor deva exercer o papel de educador, e incluir as questões políticas e culturais que os cercam, ou seja, o contexto social, do qual os alunos estão envolvidos. Assim, ocorrerá um processo de socialização dos estudantes na escola e na sociedade. Todavia, os autores ressaltam que a formação inicial é a base para que o profissional docente venha exercer sua atividade educativa de forma a conduzi-lo a ser um sujeito ativo na sociedade.

O texto “Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão: análise do currículo do curso de Pedagogia de uma universidade pública da região norte do Brasil”, de Ana Keully Gadelha dos Santos Darub, Lídia Chaves Soares Gardênia e Pricila Kohls dos Santos (2020), reflete sobre a formação do professor a partir do direito à inclusão escolar da pessoa com deficiência, eclodido a partir de questões legais, que faz necessariamente com que o docente receba formação adequada para lidar com o estudante público da educação especial, em uma perspectiva da educação inclusiva.

As autoras realizaram uma análise do currículo do curso de Pedagogia, procurando compreender como acontece a formação docente, considerando as disciplinas oferecidas para desenvolverem habilidades para o atendimento de estudantes com algum tipo de necessidade educacional especial. As pesquisadoras concluíram que as disciplinas e seus respectivos conteúdos não oferecem a preparação suficiente ao futuro professor para trabalhar com o público-alvo da Educação Especial, fator que inviabiliza a inclusão dos estudantes com deficiências na escola regular, devido à limitação na formação oferecida ao estudante de Pedagogia, que atuará diretamente com essa realidade legal e social (DARUB; GARDÊNIA; SANTOS, 2020).

“Políticas educacionais e os impactos sobre processos educativos nos cursos de Pedagogia: uma análise”, texto escrito por Liliana Soares Ferreira, Célia Tanajura Machado, Mariglei Severo Maraschin, Dulcineia Libraga Papalia De Toni (2020), trata da importância das políticas públicas na formação de pedagogos durante a formação inicial (ou seja, na graduação) e, após esse processo, quando iniciam a docência no ambiente escolar, no campo de atuação.

As autoras entendem que o termo “formação” deve ser analisado de forma ampla, como um processo que inicia nos cursos de graduação e se perpetua ao longo de toda a carreira docente. Para elas, o professor deve buscar cursos, seminários e congressos para a continuidade de seus estudos sobre a docência, a qual não deve se encerrar com a conclusão do curso de Pedagogia. De acordo com as autoras, a Pedagogia é considerada uma ciência da educação (FERREIRA et al., 2020). Nesse sentido, elas acreditam que o avanço na carreira profissional está atrelado ao cumprimento de exigências necessárias, impostas dentro do ambiente escolar, demandando a problematização desses estudos e processos formadores.

Nesse sentido, Gatti, Barreto e André (2011) declaram que uma formação inicial de qualidade contribuirá para que o professor possa se aperfeiçoar por meio da formação continuada, não tornando esta uma forma de suprir as lacunas de uma formação inicial precária. Segundo os autores, essas lacunas decorrem da maneira como as políticas de institucionalização dessa formação são acionadas e adicionam que essas políticas deveriam ser repensadas, no que concerne às instituições formadoras e ao currículo do curso.

Marques, Fernandes e Silva (2019), no texto intitulado “O brincar nos discursos de estudantes de Pedagogia: certezas em suspenso”, procuraram investigar o que os estudantes de Pedagogia compreendem por brincar, de forma particular, nas atividades

escolares. De acordo com as autoras, esses estudantes afirmam que a brincadeira é indispensável na educação infantil, uma vez que o brincar é a linguagem mais presente na vida das crianças.

Para as autoras, a formação de docentes oferecida nos cursos de Pedagogia deve considerar as práticas pedagógicas e o contexto atual, promovendo a efetiva discussão desse tema e a articulação das ideias necessárias ao reordenamento do currículo. De acordo com elas, é preciso considerar as brincadeiras presentes nas comunidades em que as crianças vivem, ou seja, aquelas presentes em cada região, respeitando e promovendo o brincar, enquanto direito inalienável da criança durante o seu processo de aquisição de conhecimento e elaboração e problematização de conceitos e conteúdos (MARQUES; FERNANDES; SILVA, 2019).

4. Considerações finais

A análise dos oito artigos, aqui apresentados, possibilitou uma reflexão sobre a importância do Curso de Pedagogia para a formação inicial dos professores, em toda a sua abrangência: quer seja para a atuação nas disciplinas relativas aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, quer seja na Educação, quer seja na Educação Especial ou quer seja na Gestão Escolar.

Ao mesmo tempo, esses estudos apontaram para os inúmeros desafios existentes nesse período de formação, tão curto se comparado a toda complexidade que envolve o ensino da docência. Cada um dos textos, em suas pesquisas particulares, tocou em aspectos relacionados ao processo constante de aprendizado da docência, que se inicia na Pedagogia e se expande ao longo de toda a carreira docente.

Os estudos apresentados concordam, também, que há a necessidade de implementação de políticas públicas que se preocupem com o acompanhamento e com a avaliação da formação do docente, sobretudo durante a graduação, e sua práxis, concernente com as necessidades e especificidades do curso e dos estudantes, futuros professores, de forma a prepará-los para o exercício da profissão. Para os autores, é fundamental que o futuro pedagogo aprenda conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, em seus princípios históricos, filosóficos e antropológicos e aqueles relacionados à complexidade que envolve o processo de ensino e de aprendizagem, as diferentes metodologias e estratégias, além de compreender o contexto socioeducativo que envolve a docência, a escola e a formação dos alunos.

Referências

- BARRETO, E. S. de S. Políticas de formação docente para a Educação Básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 679-701, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, n. 124, p. 8 - 12, 02 jul. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 2/2017, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.
- CRESTANI, Solange Natalina Boesing; PELOSO, Franciele Clara. O curso de pedagogia: um olhar para a região sudoeste do Paraná. **Educação em Revista**, v. 36, e225428, 2020.
- DARUB, Ana Keully Gadelha dos Santos; GARDÊNIA, Lídia Chaves Soares; SANTOS, Pricila Kohls dos. Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão. Análise do currículo do curso de pedagogia de uma universidade pública da região norte do Brasil. **InterCambios. Dilemas y transiciones de la Educación Superior**, v. 7, n. 1, p. 43-53, 2020.
- FERREIRA, Liliana Soares; MACHADO, Célia Tanajura; MARASCHIN, Mariglei Severo; TONI, Dulcineia Libraga Papalia. Políticas educacionais e os impactos sobre processos educativos nos cursos de Pedagogia: uma análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 295-312, 2020.
- GATTI, Bernadete Agelina; BARRETTO, Elba Siqueira Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.
- LOBATO, Vivian Silva; DAVIS, Claudia Leme Ferreira. Saberes e profissionalidade de egressos do curso de Pedagogia das Águas: a formação inicial em foco. **Educar em Revista**, v. 35, n. 78, p. 167-185, 2019.
- MARQUES, Circe Mara; FERNANDES, Susana Beatriz; SILVA, Ezequiel Theodoro da. O brincar nos discursos de estudantes de Pedagogia: certezas em suspenso. **Pro-Posições**, v. 30, e20160136, 2019.
- MENIN, Maria Suzana de Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes; LIMA, Claudia Maria de. A teoria das representações sociais nos estudos sobre representações de professores. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 549-576, 2009.
- RADOMSKI, L. L. **Contribuições do curso de Pedagogia UFFS/campus Erechim para atuação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2020. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2020.

SARTI, Flavia Medeiros. **Leitura profissional docente em tempos de universitarização do magistério das séries iniciais**. 2019. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Alcina Maria Testa Braz da; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. A Física pelos professores de Física: a contribuição da Teoria das Representações Sociais. **Ciência & Educação**, v. 15, n. 3, p. 515-528, 2009.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A formação em Pedagogia na Faculdade de Educação da UFMG: um olhar a partir das percepções de professores e egressos. **Educar em Revista**, v. 35, n. 76, p. 279-304, 2019.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Princípio educativo ensino com pesquisa na formação inicial de professores: perspectivas e desafios. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, p. e168953350-e168953350, 2020.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: update methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA EQUOTERAPIA: A PERCEPÇÃO DO PRATICANTE SOBRE SUA TERAPIA

Rafael Di Francesco Coêlho de Souza¹

Débora Inácia Ribeiro²

1. Introdução

A história afirma a importância do cavalo no desenvolvimento humano desde a antiguidade e este valor, também terapêutico, já era conhecido desde a Grécia antiga (ANDE-BRASIL, 2016). De acordo com Alves (2015, p. 18), “No começo do século XX, os ingleses reconheceram a montaria a cavalo como terapia eficaz para inválidos e a utilizaram como tratamento dos soldados feridos durante a primeira guerra mundial”.

A Equoterapia é uma atividade multidisciplinar nas áreas da saúde, educação e equitação, que utiliza o cavalo para promover ganhos biopsicossociais em pessoas portadoras de necessidades especiais ou deficiência. No Brasil, órgão responsável pela formação e certificação de profissionais e pela fiscalização da prática é a Associação Nacional de Equoterapia, ANDE-Brasil. O sujeito, quando em sua prática equoterápica, é chamado de praticante, na medida em que participa do processo, se encontra ativo e interage com o cavalo e mediadores (ANDE-BRASIL, 2016).

A prática equoterápica ainda é muito jovem se comparada com outras terapias tradicionais e, sendo assim, a eficácia de seu tratamento ainda é pouco explorada. No que se refere ao segmento psicológico da Equoterapia, o conhecimento é ainda menor, já que, segundo Rubim (2012), historicamente o psicólogo foi inserido no contexto da terapia com cavalos mais recentemente do que outros profissionais da área da saúde.

Zamo e Trentini (2016), em uma revisão sistemática de pesquisas empíricas entre os anos de 2004 a 2014, encontraram 269 artigos. Deste total, somente 20 foram incluídos como estudos de caráter psicológico. A maior parte dos estudos no âmbito psicológico foi realizado com crianças e adolescentes, sendo o maior número destes referentes a praticantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Até o ano de 2020, não foi encontrado nenhum trabalho na base de dados do Google Acadêmico que explorasse as características e o impacto do tratamento

equoterápico sob o ponto de vista do praticante. Colocar o praticante como elemento central da pesquisa trará mais credibilidade à validação da atividade equoterápica.

Considerando que a Equoterapia é uma atividade terapêutica nas áreas da saúde, educação e equitação e que sua equipe mínima deve ser composta por um fisioterapeuta, um equitador, um psicólogo e, obviamente, um cavalo, estudar os variados tipos de problemas apontados pelo praticante faz-se de suma importância para a boa atuação dos profissionais do ramo. Conhecer, a partir do próprio relato de quem passa pelos atendimentos equoterápicos, as características, a eficácia, os benefícios, progressos e dificuldades é uma forma confiável de se validar este método terapêutico.

A psicologia é, enquanto ciência, a busca pelo entendimento e conhecimento do que pertence à psique. Daquilo que é possível observar enquanto pertencente aos estudos em psicologia humana, que é comum às diversas correntes filosóficas da psicologia, destacamos os componentes cognitivos e emocionais. Dessa forma, a este estudo interessa a observação e descrição dos aspectos psicológicos presentes na equoterapia. Referindo-se, portanto, a todos os processos psicológicos conscientes ou inconscientes como atenção, linguagem, motivação, pensamento, memória, inteligências, comportamento, aprendizagem, sentimento, emoção e sensação (SEBERNA; RAFFAELLI, 2003).

Mesmo sendo um método de desenvolvimento biopsicossocial do ser humano, a equoterapia ainda não tem padronizado um sistema de critério diagnóstico, o que implica em uma atuação heterogênea dos profissionais tanto nos métodos de avaliação quanto durante atendimentos. Assim, o psicólogo/equoterapeuta muitas vezes atenta-se às queixas manifestas pelo praticante, mas não trabalha necessariamente com um diagnóstico psicológico ou psiquiátrico fechado. Este estudo buscou ir além de somente observar o sofrimento psíquico, mas também descrever e compreender os aspectos psicológicos primordiais que estão presentes em todos os contextos da vida humana, inclusive na equoterapia e que não são obrigatoriamente sintomas ou patologias.

O autor entende que existe um espaço a ser preenchido pela pesquisa em equoterapia norteado a partir da seguinte questão: Quais são os aspectos psicológicos encontrados na Equoterapia e como o praticante avalia o impacto desta atividade sobre si mesmo?

Este artigo é uma síntese do trabalho de dissertação do curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté (UNITAU), cujo objetivo geral foi descrever os aspectos psicológicos do praticante de equoterapia e o impacto psicológico do atendimento equoterápico para o praticante.

Tem-se como objeto da pesquisa os aspectos psicológicos dos praticantes de Equoterapia encontradas na avaliação dos próprios praticantes acerca de seus tratamentos equoterápicos, ou seja, os componentes de caráter psicológico encontrados nos discursos dos praticantes ao narrarem suas atividades equestres e descreverem sua relação com o cavalo. Os praticantes estão distribuídos nos centros de atividades equestres e de Equoterapia. Estes centros podem ser agregados, filiados, não agregados e não filiados à ANDE-Brasil e estão espalhados nas regiões do Vale do Paraíba e Região Bragantina do estado de São Paulo.

Este trabalho assume um perfil interdisciplinar e extremamente particular no universo da Equoterapia e da Psicologia, ao propor um estudo de caráter idiográfico e também por propor a avaliação do impacto a partir do protagonista, doravante praticante de Equoterapia. O paciente está comprometido com a efetividade de seu tratamento. Segundo Guerra (2016), hoje, procura-se conhecer o que o indivíduo, de forma singular, pensa sobre determinado fenômeno. Daí a relevância dos estudos idiográficos, que são aqueles que se preocupam em explicar e descrever fenômenos de forma particular.

Enquanto psicólogo e equoterapeuta, acredito que a melhor forma de saber verdadeiramente se a relação com o cavalo contribui para o desenvolvimento humano é conhecendo e explorando aquilo que o próprio praticante sente e relata sobre sua terapia, sobre sua relação com os profissionais e com os equinos. Sendo assim, será possível confirmar ou refutar, a partir de dados concretos, aquilo que os psicólogos/equoterapeutas acreditam e afirmam com relação a essa prática: a Equoterapia promove ganhos psicológicos e favorece, de forma alternativa e simbólica, o desenvolvimento humano (ALVES, 2015, p. 74).

2. Desenvolvimento

Revisão de Literatura:

É muito difícil afirmar com precisão quando e onde o ser humano montou em um cavalo pela primeira vez. O que concordam os historiadores que estudam o tema é que os primeiros contatos entre as duas espécies não foram amigáveis, de fato, durante a pré-história, no período conhecido como paleolítico, os homens se alimentaram dos cavalos como afirma Carolyn Willekes (2013). Em um determinado momento histórico entre os anos de 4000 a.C. e 3000 a.C, com boa parte da humanidade no velho mundo já sedentária graças a descoberta da agricultura, os animais passaram a ser confinados ou pastoreados, principalmente aqueles que eram fontes de alimento, como caprinos, bovinos e equinos.

Iniciava-se o processo de domesticação de algumas espécies. Dentre essas espécies estava o *Equus Ferus Caballus*, ancestral do cavalo moderno (KEEGAN, 1993).

Os povos que habitavam a região da atual Ucrânia e Cazaquistão perceberam que os cavalos eram os melhores animais para a atrelagem (qualquer espécie de veículo puxado por um animal como cavalos, bois ou renas). As bigas eram veículos similares às charretes modernas, porém, com finalidade militar. Por volta do ano de 1400 a.C., elas eram feitas de madeira e couro e não ultrapassavam os 40 quilos. Conquistas imperiais foram asseguradas graças a essa tecnologia, como, por exemplo, na batalha de Kadesh, na qual o império Egípcio subjuguou os povos Hititas, onde hoje é o atual Iraque.

Um dos registros históricos mais antigo sobre equitação que temos conhecimento hoje data de 400 a.C. e é creditado ao famoso general grego Xenofonte, em seu livro *Arte da Equitação*. Curiosamente, na mesma época e também na Grécia, o pai da medicina ocidental, Hipócrates, no “Livro das Dietas”, recomendava a prática da equitação como forma de tratar e prevenir doenças físicas e psicológicas (ANDE-BRASIL, 2016). Dessa forma, podemos compreender que a prática da equitação e o contato com o animal como estratégia terapêutica são tão antigos quanto a própria cultura ocidental. Asclepiades da Prússia, ainda no século I a.C, também recomendava as atividades equestres para pacientes caquéticos, gotosos, hidópicos, epiléticos, paralíticos apopléticos e com febre terçã (FIGUEIREDO, 2014) (MOTTI, 2007). A cultura árabe, que sempre valorizou os cavalos, fez inúmeras referências aos benefícios das atividades equestres.

Durante a fase da história humana do ocidente conhecida como idade média, o universo equestre iniciou um processo intenso de seleção e refinamento da espécie equina. Graças, principalmente, às migrações, intercâmbios culturais e às guerras santas entre os povos cristãos e os povos islâmicos, o homem europeu passou a admirar e a valorizar os cavalos árabes e berberes. Em paralelo ao desenvolvimento das raças, a Europa da idade média ficou marcada pelo surgimento das escolas equestres.

Os médicos Merkurialis (1569) e Thomas Sydenham (1602) observaram como os diferentes tipos de andaduras do cavalo aumentavam o calor natural do corpo e remediavam a escassez de excreção, o que ajudava no tratamento de pessoas com gota, tuberculose, cólicas biliares e flatulências. Na Áustria, Stahl (1660), médico pessoal da imperatriz Maria Tereza, afirmava que montar a cavalo diminuía os episódios de hipocondria e de histeria. Frederic Hoffman, em 1719, em *Instruções Aprofundadas de como uma Pessoa pode manter a Saúde e Livrar-se de Graves Doenças Através da Prática*

Racional de Exercícios Físicos, dedicou um capítulo do livro aos benefícios da equitação e destacou o passo como andamento principal do cavalo no tratamento de doenças.

As duas grandes guerras mundiais protagonizaram a primeira metade do século XX. O cavalo, além de participar ativamente nos campos de batalha espalhados pela África, Ásia e Europa, também foi utilizado para tratar e reabilitar soldados. Em 1917, o Hospital Universitário de Oxford atendia um grande número de feridos da primeira guerra mundial. Segundo Mafalda Matos Figueiredo (2014), em sua dissertação *A equitação terapêutica e os seus efeitos: perspectiva dos pais e estudo de caso*, Vladimir Ilitch Lênin, político Russo, utilizou a terapia com cavalos para se recuperar de uma trombose cerebral. Na Alemanha e na Escandinávia do pós-segunda guerra mundial, a equitação terapêutica foi amplamente aplicada a pessoas com paralisia cerebral.

No cenário de fundação das práticas modernas de terapias equestres, destaca-se a atleta Lis Hartel. Diagnosticada aos 16 anos com poliomielite (paralisia infantil), Lis era praticante de equitação desde a primeira infância, e sua fisioterapeuta concluiu que manter a prática de sua modalidade esportiva, o adestramento clássico, poderia contribuir para a melhora do quadro clínico da garota que tinha dificuldade com a marcha. Lis foi a primeira mulher a competir contra os homens em um dos Jogos Olímpicos e ainda conquistou duas medalhas de prata na modalidade (SILVA, 2003) (ANDE-Brasil, 2016).

As décadas de 1950 e 1960 trouxeram os primeiros estudos científicos modernos para o contexto universitário, principalmente em países como Alemanha e França. Durante estas duas décadas, surgiram as primeiras federações de terapias equestres: a Associação de Equitação Terapêutica para Inválidos, na Inglaterra, a Associação Comunitária de Equitação Terapêutica para Inválidos, no Canadá e a Associação Americana de Hipoterapia, nos Estados Unidos da América. A primeira tese de Doutorado sobre o tema credita-se à Dra. Collette Trintelin no ano de 1972, na universidade de Paris.

Em 1985, foi criada, na Itália, a Federação Internacional de Equoterapia, *Federation for Disable International (FRDI) atual (HETI)*, que hoje possui sede na Bélgica (DÂMASO, 2013) (FIGUEIREDO, 2014) (MALTA, 2003) (MOTTI, 2007). No ano de 1994, após o VIII Congresso Internacional de Hamilton na Nova Zelândia, as áreas de psicologia, educação e educação terapêutica começam a ser mais exploradas pelos estudiosos das terapias equestres. A ANDE-Brasil, fundada em 1989, é associada à HETI e se espelha em seus princípios para coordenar as terapias assistidas por cavalos no Brasil (RUBIM, 2012).

A ANDE-Brasil vem desde o final dos anos de 1980 fomentando, dando formações, informações, coordenando e supervisionando a prática das atividades terapêuticas com cavalos no país. No ano de 1997, o método de atendimento equoterápico proposto pela ANDE-Brasil foi reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e, em 2008, pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) e pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

O perfil do praticante de Equoterapia é variado ainda que muitas vezes, a depender da especialidade dos terapeutas disponíveis em cada centro, determinadas patologias possam ser mais ou menos encontradas. Ainda assim, existe hoje uma procura mais significativa desta atividade por pais ou cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e também por aqueles responsáveis pelos cuidados de pessoas com Paralisia Cerebral.

A equipe mínima de equoterapia é composta por um fisioterapeuta, um psicólogo e um equitador. Segundo ANDE-Brasil, 2016, o equitador é o profissional do ramo equestre que se responsabiliza por tudo que se refere ao animal, ele ajuda na escolha certa do animal para cada praticante, treina, prepara e conduz o cavalo durante os atendimentos. Este profissional também é responsável por participar das reuniões de equipe e também pode assumir o papel de mediador com aqueles praticantes que possuem um nível de equitação mais avançado nos programas de Equoterapia, como vimos anteriormente. O fisioterapeuta/equoterapeuta é o profissional responsável por fazer a avaliação física do praticante que se inicia na Equoterapia, por discutir em equipe multidisciplinar os aspectos físicos do praticante e também deve assumir o papel de mediador principal durante as sessões nas quais os praticantes possuam queixas ou problemas de caráter físico. Além disso, o fisioterapeuta também é responsável por preencher as fichas de acompanhamento das sessões, por aplicar avaliações físicas ao longo do tratamento e por fazer orientações e devolutivas com os cuidadores dos praticantes. O psicólogo/equoterapeuta é o profissional responsável por fazer a avaliação psicológica do praticante que inicia na Equoterapia, por discutir em equipe multidisciplinar, os aspectos psicológicos do praticante e também assume o papel de mediador principal no atendimento de praticantes com queixas, demandas ou problemas psicológicos. O psicólogo ainda exerce a função de preencher as fichas de acompanhamento das sessões, deve aplicar avaliações psicológicas e fazer devolutiva com os cuidadores dos praticantes os quais se responsabiliza enquanto mediador.

Os atendimentos são planejados pela equipe multidisciplinar de forma individualizada, considerando as queixas, as dificuldades e as potencialidades de cada praticante. Após as avaliações iniciais, a equipe define qual será o programa de Equoterapia utilizado para o praticante e quem será o mediador principal, em seguida este mediador escolhido, de acordo com os objetivos a serem alcançados com aquele indivíduo em Equoterapia, se responsabiliza por planejar os atendimentos, avaliar sua evolução e fazer os relatórios de cada sessão.

Dentre as três áreas principais nas quais a Equoterapia promove o desenvolvimento, este trabalho destaca os elementos psicológicos presentes nos discursos dos praticantes. De acordo com a ANDE-Brasil (2016), o cavalo, quando em Equoterapia, promove ao praticante ganhos nos aspectos cognitivos e emocionais. Se tratando do desenvolvimento cognitivo, percebe-se uma melhora das funções mentais como raciocínio lógico, linguagem, pensamento e memória; enquanto que os aspectos emocionais que se destacam são aqueles que se referem à percepção das emoções e ao controle emocional, bem como a sensação de bem-estar e autoestima positiva.

Em seu trabalho sobre corpo e linguagem na Equoterapia, Alves (2015), seguindo uma leitura psicanalítica, destaca que a atividade equoterápica oferece um espaço no qual o praticante pode ressignificar seus conflitos. Este processo de ressignificação pode auxiliar o indivíduo a atuar de forma mais segura e criativa em sua vida. Independente da formação profissional do mediador, a atividade promove ganhos positivos sobre aspectos psicológicos para o praticante uma vez que nessa prática, o contato com o cavalo e a constituição simbólica social que este representa provocam efeitos psicomotores e sociais, além de potencializarem a autoconfiança.

Sobre os aspectos psicomotores, afirmam Pierobon & Galetti (2008), levando em consideração a potencialidade plástica do sistema nervoso central e os ajustes posturais, motores e respiratórios necessários, o mesmo mecanismo perceptivo-cognitivo-motor que uma pessoa normal apresenta espontaneamente ao marchar pode ser associado por um praticante de equoterapia graças as experiências provocadas pelos movimentos e pelo contato com cavalo. Quando o praticante é incapaz de gerar os movimentos por si só, o cavalo oferece tais movimentos com qualidade rítmica, cadenciada e simétrica proporcionando uma atividade neurológica que o corpo do cavaleiro em questão não é capaz de ofertar sozinho. As autoras seguem destacando os estímulos recebidos do cavalo na medida que destaca o papel da conscientização corporal, da integração sensorial e a

conscientização da respiração como elos importantes entre aquilo que está acontecendo com o corpo do praticante e aquilo a que o praticante dedica sua atenção consciente.

No estudo sobre o impacto da Equoterapia em praticantes cegos, Silva (2003) destaca, além dos evidentes benefícios na motricidade, equilíbrio e propriocepção, que, após as atividades com os cavalos, foi percebida uma melhora no relacionamento social do grupo estudado, destacando a forma de se comunicar e a atenção às regras sociais. O autor ainda corrobora Alves (2015), afirmando que as relações fora do ambiente imediato de contato com o cavalo também foram beneficiadas pela atividade. O cavalo, ainda de acordo com o autor, funciona como um instrumento de mediação entre praticante e equipe de equoterapeutas; praticante e mundo externo ao atendimento, aproximando aquilo que é aprendido ou aprimorado nas sessões de Equoterapia com aquilo que o praticante vivencia na sua realidade. O autor conclui ao dar destaque na melhora da qualidade de vida dos praticantes que participaram de sua amostra de pesquisa.

Sobre transtornos psicológicos, mais especificamente o transtorno de ansiedade generalizado e o transtorno depressivo, a Equoterapia pode atuar de forma significativa na redução dos sintomas. A atividade promove, de forma inovadora e complementar, uma melhora na qualidade de vida. Na pesquisa norte americana *Equine-Assited Psychotherapy for adolescents experiencing depression and/or anxiety* (psicoterapia assistida por cavalos para adolescentes com depressão e/ou ansiedade), com o modelo de terapia equestre EAGALA (*equine assisted growth and learning association*) que, por sua vez realiza todas as atividades de interação com o cavalo do solo, ou seja, o praticante, neste modelo, não monta o cavalo, os autores destacam que as atividades equestres promoveram aumento da confiança, aumento na autoestima e assertividade, melhora na percepção e controle emocional, melhora na desenvoltura e diminuição de comportamentos indesejados (WILSON; BUULTJENS; MONFRIES; KARIMI, 2015).

O animal habita o imaginário humano como mágico, poderoso, belo, corajoso, forte e em algumas ocasiões bruto e grosseiro. Estas características podem contribuir para a eficácia das atividades terapêuticas. Para Vidrini, Owen-smith e Faulkneer (2002) a *Equine Facilitated Psychotherapy* (EFP), traduzida como terapia facilitada por equinos, ensinou aos praticantes a ter mais responsabilidade, rotina, cuidado com o próximo, empatia, lidar de forma segura com o erro, o valor de praticar e se aperfeiçoar, disciplina, solução de problemas, consciência corporal, aprendizagem visual, paciência, respeito pelas escolhas dos outros, criatividade, autoestima, relaxamento, o valor de cumprir com

obrigações desgostosas, reflexão pessoal, nutrição e melhorou a qualidade dos relacionamentos interpessoais.

3. Metodologia

Esta pesquisa teve como tema central o impacto da Equoterapia e a percepção do praticante sobre aspectos psicológicas, isto implicou em coletar as ideias, opiniões e observações que o próprio indivíduo que passa por esta terapia possui sobre si e sobre o tratamento. Posteriormente, durante a análise dos dados coletados, utilizou-se o Método Fenomenológico de Giorgi de análise de dados qualitativos, para verificar tais percepções do praticante e o impacto da atividade. O delineamento escolhido foi o transversal de caráter qualitativo. De acordo com Creswell, 2010, o método qualitativo de coleta e análise de dados é determinante nesta pesquisa para se observar a subjetividade de cada praticante de Equoterapia, reforçando o caráter idiográfico deste trabalho.

Escolheu-se o delineamento transversal uma vez que existe a necessidade de se verificar a incidência de aspectos psicológicos na Equoterapia e o impacto desta atividade sobre tais aspectos coletados no mesmo fragmento de tempo. Bordalo (2006) descreve a pesquisa transversal como aquela que se observa no mesmo momento histórico o fator e o efeito.

A amostra da pesquisa foi formada por três praticantes maiores de 18 anos de ambos os sexos, dois homens e uma mulher, e que já haviam participado de no mínimo duas sessões com o cavalo que frequentavam centros equestres nas regiões do Vale do Paraíba e Bragantina no estado de São Paulo. O critério de exclusão dos praticantes de Equoterapia foi a impossibilidade destes de relatarem sua própria história, tempo de experiência menor de um ano na atividade e a menoridade.

A entrevista semiestruturada foi a ferramenta que forneceu os dados qualitativos para que, a diante, pudesse ser feita a análise mais profunda dos possíveis problemas psicológicos dos praticantes de Equoterapia, das expectativas destes praticantes em relação à atividade e de como eles verificam o impacto desta prática. As perguntas abertas foram elaboradas para coletar a percepção do praticante sobre a Equoterapia e sobre o cavalo e com uma linguagem que evitou induzir o entrevistado a uma possível resposta positiva sobre o impacto da Equoterapia.

A coleta de dados aconteceu, de forma individual, nos próprios centros de Equoterapia ou em outro local da preferência do entrevistado, mesmo fora dos centros de Equoterapia, de acordo com a infraestrutura que havia à disposição, tendo sido realizada

tanto ao ar livre quanto em uma sala fechada, próximo dos cavalos ou não. A primeira entrevista realizada aconteceu em um centro equestre na Região Bragantina, a segunda entrevista no local de trabalho de um praticante de equoterapia no Vale do Paraíba e terceira entrevista em um centro de equoterapia também no Vale do Paraíba.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado aos praticantes de Equoterapia que aceitaram participar do estudo. Foi garantido o sigilo de sua identidade, bem como assegurada sua saída do presente estudo, se assim desejar. O pesquisador elucidou aos participantes sobre os possíveis riscos e benefícios durante a aplicação do questionário e da entrevista semiestruturada.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas em mídia digital e transcritas posteriormente para que pudessem ser analisadas.

Os dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas foram analisados a partir do Método Fenomenológico de Giorgi. Influenciado por Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty, Giorgi divide o procedimento de análise em quatro etapas que sistematizam os passos analíticos: Estabelecer o Sentido Geral, Determinação das Partes (Divisão das Unidades de Sentido), Transformação das Unidades de Sentido em Expressões de Caráter Psicológico, Síntese das Unidades de Sentido (Declaração Consistente sobre o Fenômeno Investigado) (GIORGI; SOUSA, 2010) (RIBEIRO, 2019).

A primeira etapa consiste em obter um sentido da experiência em sua globalidade a partir da leitura na íntegra do texto utilizando da estratégia da redução fenomenológica. A primeira etapa se encerra com o surgimento das primeiras relações entre cada parte dos textos. Na etapa seguinte, Determinação das Partes, o objetivo é dividir os textos em partes menores. Cada uma destas partes recebem o nome de Unidade de Sentido. No caso desta pesquisa, os critérios relevantes são aqueles relevantes para uma perspectiva psicológica. A seguir, vem a etapa de transformar cada uma destas unidades de sentido em uma expressão de caráter psicológico, noutras palavras, transformar aquilo que está na linguagem do cotidiano em expressões com o intuito de descrever o sentido psicológico do trecho da entrevista. A etapa final é a síntese das unidades de sentido em uma expressão objetiva que descreve o fenômeno estudado de forma genérica fundamentado na discussão das Unidades de Sentido (GIORGI; SOUSA, 2010) (RIBEIRO,2019).

4. Resultados e discussão

O praticante R., primeiro a ser entrevistado, 28 anos, é do sexo masculino, solteiro, não trabalha e foi diagnosticado ao nascer com Paralisia Cerebral (PC), condição que o levou até a Equoterapia. É imprescindível o adendo com relação às capacidades físicas de R. que, em função da PC, possui dificuldade de deambular e quando monta ele pode ir mais rápido, mais longe e com mais facilidade.

O praticante S., 64 anos, também do sexo masculino e casado é professor doutor do INPE. S. apresenta dificuldade de marcha em função de um acidente de carro sofrido na década de 1970.

A praticante C., foi a última a ser entrevistada, tem 72 anos, sexo feminino, casada e é aposentada. C. também apresenta dificuldade de marcha. Sofreu um acidente quando jovem e teve uma das pernas amputadas.

Após a aplicação do Método Fenomenológico de Giorgi, as Unidades de Sentido que emergiram do Material foram identificadas da seguinte maneira:

1. Queixa inicial do praticante de Equoterapia
2. Aspectos psicológicos subjacentes à queixa
 - 2.1 Aspectos Cognitivos subjacentes à queixa
 - 2.2 Aspectos Emocionais subjacentes à queixa
3. Aspectos psicológicos secundários à queixa
 - 3.1 Aspectos Cognitivos secundários
 - 3.2 Aspectos Emocionais secundários
4. Impacto da Equoterapia sobre a queixa inicial
5. Impacto da Equoterapia sobre os aspectos Psicológicos

Queixa inicial do praticante equoterapia: O que o trouxe à equoterapia?

Foram agrupados, nessa US, todos os excertos de discurso dos praticantes entrevistados que se referem ao momento de procura e chegada até a atividade equoterápica. O contexto histórico de inserção tardia do psicólogo nas terapias equestres, como afirmam Motti, 2007, e Bastos e Gomid, 1989, certamente segue influenciando os profissionais da saúde, especialmente os médicos, grandes responsáveis por indicar a equoterapia no Brasil, a recomendar esta prática quando há uma queixa de caráter físico

com mais frequência do que quando comparamos com as recomendações de quando há queixas psicológicas.

Juliana Ferrari (2003) conclui que a falta de padronização da atuação do psicólogo tanto com relação aos atendimentos quanto com relação à avaliação do praticante dificulta a validação da prática e impede um exercício da profissão mais seguro e eficaz.

Os praticantes PC também são levados a atividade a fim de aprimorar capacidades e habilidades relacionadas a movimentação, coordenação motora e equilíbrio como é o caso do praticante entrevistado R.:

R: [...] eu era bem travado, né [...] Eu era bem duro, entendeu?

Os três praticantes trazem em seu discurso a concepção de movimento, direta ou indiretamente. No caso do praticante R., este aspecto é bem mais nítido. Cavalos desde a antiguidade são associados à movimentação. Por razões óbvias que se fazem presentes aos olhos de quem vê cavalos pela primeira vez ou diariamente, o movimento forte, veloz e gracioso esteve sempre associado à imagem deste animal. O arquétipo do cavalo se confunde com força, velocidade e beleza. Obras como *Independência* ou *Morte* (O Grito do Ipiranga) de Pedro Américo (1888) e *Cavaleiro, Morte e o Diabo* de Albrecht Durer (1513) trazem ao imaginário humano a ideia de poder e conquista (BRENNAN, 2014) (KEEGAN, 2003) (ANDE-Brasil, 2016) (RINK, 2005).

Podemos afirmar que, servindo como instrumento de mediação simbólica entre o que é vivido fisicamente com o corpo e o que é vivido internamente na psique humana, movimentar-se, no caso da equoterapia com a ajuda do outro, o cavalo, é também envaidecer-se, empoderar-se, é perceber-se como capaz e importante. Movendo-se a cavalo, o praticante com dificuldade de marcha pode ir mais rápido, mais longe e mais vívido (ALVES, 2015). Sobre este aspecto, portanto, da busca pela atividade a fim de desenvolver uma habilidade física, podemos intuir que há, subjacente à queixa, uma necessidade de sentir-se melhor no nível psicológico.

Aspectos psicológicos subjacentes à queixa: emocionais e cognitivos

Se, segundo uma concepção filosófica aristotélica, corpo e mente são indissociáveis e também a equoterapia é uma atividade com impacto biopsicossocial inevitável, podemos afirmar que qualquer queixa de caráter fisiológico que leva o praticante até a atividade, vem acompanhada de componentes psicológicos que correspondem ao estado físico de maneira simbólica e que os aspectos psicológicos do

praticante serão inevitavelmente transformados (HOTHERSALL, 2019) (MOTTI, 2007) (ALVES, 2015) (FREIRE, 1999) (RUBIM, 2012).

Assim como o sofrimento psicológico manifesta-se no corpo do indivíduo seja pela forma como este se comporta no mundo seja no adoecimento psicossomático, o contrário também é verdadeiro. Ao sofrermos por algo de origem fisiológica, nosso psiquismo também é inundado por pensamentos e emoções negativas que, quando em estado crônico, podem levar ao adoecimento psicológico.

C: [...] esteja trabalhando alguma... ou das várias dos meus medos [...] Quando eu perdi a perna eu queria mais era morrer, porque eu trabalhava com as perna[...] mas a minha expectativa era estar no meio bom, o cavalo... o meio do cavalo é legal.

Aquilo que o cavalo apresenta de mais característico, sua mobilidade, é também aquilo estes praticantes de equoterapia mais sentem necessidade (RUBIM, 2012) (ANDE-Brasil, 2016). Podemos notar também o aspecto do prazer e acolhimento que o cavalo parece oferecer ao praticante de equoterapia. R. e S. são claros ao destacar o quanto gostam e o quão prazeroso é relacionar-se com os cavalos (MOTTI, 2007) (MALTA, 2003).

As quatro Unidades de Sentido sobre os aspectos cognitivos que apareceram como consequência da queixa estão ligados especialmente às oportunidades de aprendizado e às transformações sobre crenças anteriores à prática da equoterapia que o cavalo e os espaços equestres, nos quais os praticantes fazem suas terapias, aconteceram. O praticante S. foi o único que não contribuiu com nenhum excerto sobre este tema:

C: Mas o que eu acho legal hoje é aquilo que eu criticava, que era três, quatro pessoas te acompanhando, entendeu? [...] Quando através desses trabalhos, você muda uma pessoa, entendeu?

Ainda que os detalhes que circundam a atividade equoterápica contribuam para o desenvolvimento de aspectos cognitivos, obviamente, aquilo que é essencial para que a equoterapia exista é tanto quanto, senão mais, relevante do que os detalhes: a equipe multidisciplinar. Os profissionais, especialmente os da saúde, desempenham um papel fundamental na Equoterapia. O método equoterápico, como preconiza a Associação Nacional de Equoterapia, é o único validado cientificamente e aceito pelos conselhos de

classe no país (ANDE-Brasil, 2016) (FREIRE, 1999). É necessário enfatizar o papel e valorizar os profissionais que atuam como equoterapeutas que devem ser todos graduados na área da saúde ou educação e cursar o módulo básico da ANDE-Brasil. Terapia e aquilo que é terapêutico não são sinônimos, portanto as práticas que recebem o adjetivo que as qualifica como terapêuticas não necessariamente podem ser validadas como um método de tratamento de pessoas enfermas ou portadoras de necessidades especiais e/ou deficiência, sejam estas físicas ou psicológicas. Terapia é tratamento, é cuidar de um sintoma ou diagnóstico, e os profissionais graduados na área da saúde são os verdadeiramente competentes para isso.

Aspectos psicológicos secundários à queixa: emocionais e cognitivos

Os espaços equestres são favoráveis, em sua maioria, ao contato com a natureza e possibilita ao praticante de equoterapia experimentar sensações as quais são difíceis noutros ambientes (ALVES, 2015) (SILVA, 2003). A manifestação de sentimentos como alegria e surpresa na equoterapia não são raridade. Isto se deve muito, mas não somente, ao aspecto lúdico e prático que nos quais terapia acontece (MOTTI, 2007) (ANDE-Brasil, 2016). A melhora na autoestima é possivelmente o aspecto de maior destaque na literatura sobre equoterapia. O desenvolvimento e aprimoramento de capacidades cognitivas também são citados com frequência pela literatura tanto em português como no exterior. Silva (2003), Letini & Knox (2009), Figueiredo (2014) e, especialmente, Malta (2003) são alguns dos autores citados na revisão de literatura deste trabalho que destacam este impacto.

O corpo do praticante está em constante e complexa movimentação. Simultaneamente, ele pode estar interagindo verbalmente com o cavalo ou com os mediadores, enquanto olha para um objeto, animal ou outro estímulo visual particular ao ambiente de equoterapia, sente o cheiro do cavalo, do picadeiro ou da natureza e, ao final da sessão, pode ainda dividir a cenoura ou a maçã com o cavalo. Neste sentido, Pierobon & Galetti (2008) concordam com Freire (1999) e Lentini & Knox (2009) ao afirmar que o cérebro permanece altamente excitado e inundado por estímulos durante o atendimento com o cavalo.

C: ...eu tive um filho que teve problema, depois ele morreu afogado [...] Eu vim correndo atrás do cavalo. Eu corri porque eu queria meu filho no cavalo. Aí nesse tempo ele morreu. [...] Os piores dias que eu tive, eu sentei assim, o cavalo veio e

ficou com a cabeça aqui, sabe? [...] tem uma troca de energia aí, eu num sei como. E o cavalo te ampara...

A possibilidade de manifestar as emoções e sentimentos dentro de um contexto seguro e para um ser vivo que possivelmente irá acolher tais manifestações de uma forma particular e acolhedora amplia as possibilidades de desenvolvimento de habilidades consideradas importantes para a preservação de uma boa qualidade de vida e sensação de bem-estar. Vale destacar, como afirma Figueiredo (2014), dentre muitas coisas, o cavalo nos possibilita aprender a nos comunicar de forma mais coerente e segura como vimos no discurso de R. sobre como o cavalo contribuiu para sentir-se menos tímido ao conversar com outras pessoas. Pierobon e Galetti (2008), ao destacar o papel da plasticidade do sistema nervoso central, também contribuem para o entendimento de que a movimentação do corpo e deslocamento do mesmo no espaço combinados com outros estímulos da atividade equoterápica excitam o cérebro especialmente sobre aspectos psicomotores. A produção da fala e a capacidade de se comunicar através do corpo são trabalhadas - de acordo com esta leitura fisiológica, estrutural e funcional de aspectos psicológicos - indiretamente, porém intensamente, o que favorece o desenvolvimento de aspectos emocionais como a autoestima e a segurança social, bem como aspectos cognitivos como a produção da fala e a comunicação coerente.

Comunicar evoca a ideia de diálogo, portanto há uma via de dupla mão, o papel de ouvinte e comunicador se alterna constantemente. Se por um lado o praticante R. faz questão de enfatizar a importância que o cavalo teve ao contribuir para que ele aprendesse a se comunicar melhor, C., ao narrar a triste história da perda de seu filho, enaltece os aspectos de acolhimento e expressão vindas do animal na relação com ela. O cavalo por vezes atua como ego auxiliador na medida em que se comporta na relação com humanos de forma clara, objetiva e verdadeira, ainda que à sua maneira particular. Cavalos são animais rústicos, como a própria praticante faz questão de lembrar em seu discurso, mas ao mesmo tempo manifestam carinho e empatia pelas pessoas especialmente aquelas que manifestam suas emoções de forma legítima e espontânea (ALVES, 2015) (VIDRINI; OWEN-SMITH; FAULKNER 2002).

O crescimento e desenvolvimento humano normal requerem o enfrentamento diário da ansiedade que, segundo Motti, está diretamente relacionado à tensão, nervosismo, medo e preocupações. A autora considera que a cura do século XXI está nas terapias com animais. Em suma, os animais, dentre os quais o cavalo é destaque, oferece

uma qualidade de tratamento sobre queixas psicológicas altamente eficaz. Malta (2003) destaca que o estado emocional dos cuidadores e praticantes de equoterapia podem ser transformados positivamente graças aos atendimentos e cuidados multidisciplinar. Esta melhora sobre aspectos emocionais abre um canal seguro de aprendizado no qual a autora destaca o benefício sobre as habilidades linguísticas. A melhora de qualidade de vida também pode ser associada à melhora dos aspectos cognitivos do desenvolvimento humano:

R: [...] eu aprendi tudo aquilo que a turma fazia antigamente, né? De bater, puxar, tendeu?

Os excertos de R. compartilham um aspecto em comum que também foram destacados pelos pesquisadores que trabalharam relacionando os temas psicologia e equoterapia: Alves (2015), Malta (2003) e Figueiredo (2014). Estes autores afirmam que há, ao longo das sessões de equoterapia, a transformação da representação do cavalo para os praticantes.

No caso de R., a transformação aconteceu justamente em relação àquilo que McLean & Christensen (2017) afirmam ser práticas comuns no ambiente equestre. R. descreve o impacto em sua vida pessoal e em sua vida relacional com cavalos e pessoas a partir do momento em que ele entendeu e aprendeu uma forma mais sutil, sincera e não violenta de se comunicar com estes animais; de forma bastante similar, S. descreve que uma das grandes lições dos momentos com cavalo foi a de que estes são animais espertos e atentos, além de, como afirmou o praticante R. e os pesquisadores Goodwin (2007) e Mills & McDonnell (2005), muito sensíveis.

Impacto da Equoterapia sobre a queixa inicial: a eficácia do tratamento

Todos os praticantes entrevistados procuraram pela equoterapia a partir da necessidade do tratamento de uma queixa física, mais especificamente, R., S. e C. se queixavam, em síntese, da dificuldade com a mobilidade. Curiosamente, todos os praticantes, mais diretamente R. e C., já possuíam um interesse maior nos equinos, mesmo antes de iniciarem seus tratamentos, R. com o sítio e C. com seu tio que treinava cavalos. S., de forma mais simbólica, chega até a equoterapia, ainda que tivesse experimentado pouco contato com o animal antes, a partir das similaridades, segundo ele, entre o cavalo e uma de suas paixões, o motociclismo.

Este trabalho não se propôs conhecer de forma aprofundada os aspectos fisioterápicos das práticas de terapia com cavalos tampouco discutir a eficácia do tratamento para a fisioterapia. No entanto, seria negligente não destacar as falas recorrentes nos discursos dos entrevistados acerca do impacto do cavalo sobre seus corpos e suas queixas. Outro ponto que contribui para que uma discussão sobre aspectos físicos seja considerada, mesmo em um trabalho sob uma leitura psicológica da equoterapia, é justamente o da concepção sistêmica de que corpo e mente são indissociáveis como afirmam Hothersall (2019), Alves (2015) e Rubim (2012).

S: [...] mas eu tinha essa intenção de fazer a equoterapia [...] E claro, né eu estava melhorando [...] Em termos fisioterápicos eu acho que ela tem um resultado muito bom, né?

Esta US possui uma riqueza fundamental sob uma ótica idiográfica. Ao conhecer a eficácia da terapia através das palavras das próprias pessoas que passam pelo tratamento, confiamos que a atividade em questão é positivamente impactante (GUERRA, 2016). Todos os praticantes de equoterapia confirmaram que a equoterapia agiu positivamente sobre suas queixas. R. e S. são mais enfáticos ao descreverem como a equoterapia pode ser poderosa também sobre aspectos físicos. Os três praticantes queixaram-se de problemas com as pernas e qualidade do alongamento dos membros inferiores foi perceptivelmente transformada ao longo das sessões de equoterapia. Além de melhoras sobre aspectos psicológicos, a equoterapia promove benefícios físicos como melhora no alongamento, melhora no tônus muscular, melhora no equilíbrio e na coordenação motora (DÂMASO, 2013) (FREIRE, 1999) (ANDE-Brasil, 2016).

A equoterapia visa o desenvolvimento biopsicossocial de seus praticantes. Ainda que este seja o objetivo, o impacto sobre estes aspectos é inevitável e simultâneo. Por isto e pelo fato de nosso sistema nervoso ser tão incrivelmente funcional quanto é misterioso, todo benefício físico tem seu par psicológico e vice-versa. A autoestima, melhora da memória e do raciocínio, da qualidade de vida de forma geral e as transformações do sistema de crenças aprendidos na Equoterapia com relação ao cavalo possuem uma relação direta e mutualística com a educação/reeducação e tratamento dos corpos dos praticantes.

Impactos da Equoterapia sobre os aspectos psicológicos: o que pensam, sentem e dizem sobre terapia com cavalos.

Esta última US foi também a única mencionada por somente um entrevistado. Apesar de o impacto sobre aspectos psicológicos da equoterapia poder ter sido verificado a partir de uma compreensão total do discurso dos praticantes deste trabalho e da leitura de outros trabalhos em psicologia, a partir de seus próprios métodos de investigação concluíram que esta atividade produz efeitos positivos sobre a vida de seus praticantes.

O controle emocional é definitivamente uma das habilidades mais importantes que qualquer pessoa deve desenvolver para poder interagir de forma eficaz e segura com cavalos (WILSON *et al*, 2015) (ANDE-Brasil, 2016). Cavalos funcionam como um espelho de seu ambiente. Tudo aquilo que sentem é instantaneamente devolvido ao espaço compartilhado com a manifestação perceptível em seu corpo. Sempre que nos apresentamos ao cavalo, portanto, estamos comunicando algo, compartilhando algo nosso. É exatamente isso que manifestamos na presença do cavalo que será determinante para que ele nos responda de alguma forma. Assim o controle emocional é indispensável na relação humano/equino uma vez que emoções como medo ou raiva podem ser interpretadas pelo animal como perigosas desencadeando uma reação de fuga ou luta colocando todos ao seu redor, e a si mesmo, em perigo (FRASER, 1992).

Dentre outras habilidades cognitivas que o cavalo pode colaborar para que o ser humano se desenvolva, a capacidade de se comunicar coerentemente é sem dúvida uma das mais importantes, uma vez que habita um espaço entre aspectos cognitivos e emocionais. Comunicar envolve aspectos conscientes, mas especialmente inconscientes do comportamento humano, vai muito além do falar e o próprio falar muito além da comunicação verbal. Cavalos parecem ser especialistas em comunicação não violenta e em ensinar as pessoas a serem congruentes em suas atitudes e emoções.

R: daí quando eu cheguei aqui eu vi que o cavalo entende doutro jeito, tendeu [...]ele é esperto [...] E hoje, estando aqui, eu vejo diferente, é uma coisa mais leve, tendeu (risos)? Mais melhor, né?

Duas características marcam consideravelmente a entrevista de R., o seu amor por cavalos e o impacto de ter aprendido a se relacionar com eles de uma forma mais tranquila, gentil e inteligente. O detalhe do espelhamento entre cavalo e praticante também é extremamente importante de ser considerado. R. afirma que aquilo que o cavalo faz muitas vezes é copiado por ele; noutras vezes aquilo que ele faz é rapidamente

percebido pelo cavalo e respondido de forma precisa e congruente com aquilo que R. espera neste processo dialético.

Considerando que cavalo e pessoa possuem sistemas psíquicos particulares, entretanto, em muitos aspectos similares, é esperado que, quando ambos são respeitados e suficientemente compreendidos, podem se relacionar de forma segura e quiçá prazerosa e proveitosa para ambos. Pessoas e cavalos, como afirmam Alves (2015), Fraser (1992), Motti (2007), Mills & McDonnell (2005) e Rubim (2012), necessitam de respeito e de pertencimento.

Se a dialética, dependente de comunicação, está presente nas sessões de equoterapia então inevitavelmente a habilidade de dialogar que humanos e cavalos possuem irá se desenvolver e se transformar. Ao se deparar com um animal que pode entender sinais sutis, que muitas vezes sequer nos damos conta de que estamos manifestando, e que é capaz de responder a estes sinais de forma acolhedora, o praticante pode experimentar uma sensação de reconhecimento e de pertencimento que muitas vezes não consegue sentir na relação com outras pessoas, especialmente no caso de R. que, além de muito tímido, possui certa dificuldade na produção da fala.

5. Conclusão

No Brasil, com a criação da ANDE-Brasil ao final dos anos de 1980, a Equoterapia vem contribuindo no desenvolvimento global de pessoas portadoras de necessidades especiais e/ou deficiência. O cavalo, portanto, no Brasil e no mundo, transpôs a barreira de se relacionar com seres humanos nos contextos do trabalho, esporte e lazer e hoje figura um papel relevante enquanto agente promotor de saúde.

Buscou-se conhecer os aspectos psicológicos que os próprios praticantes de equoterapia descreveram sobre sua atividade com cavalos. Para tal, é importante destacar que os praticantes deveriam ser capazes de relatar as próprias experiências. Isso implica que boa parte dos praticantes desta mesma atividade de terapia equestre não puderam participar desta pesquisa e, portanto, não pudemos observar outros possíveis aspectos psicológicos que estes, que são a maioria dos praticantes de equoterapia, poderiam apresentar.

O caráter idiográfico deste trabalho fundamenta-se na valorização da subjetividade. Com isso, reconhecemos que a presente pesquisa tem um valor extremamente particular uma vez que buscou ao máximo investigar os elementos psicológicos da Equoterapia - sejam eles aspectos gerais, impacto, eficácia, tratamento,

avaliação e muitos outros - sem que o pesquisador concluísse sobre seu valor ou intuísse sua existência dentro deste contexto. Isto, por outro lado, não significa dizer que métodos mais direcionados e, por que não, objetivos, sejam menos relevantes para as investigações em Equoterapia. Como vimos anteriormente com Zamo & Trentini (2016), as pesquisas em psicologia relacionadas à Equoterapia carecem do uso de avaliações psicológicas. Tal modelo de pesquisa pode contribuir muito significativamente para uma compreensão mais genérica, portanto, mais abrangente, de aspectos psicológicos mais específicos.

Os resultados encontrados nesta pesquisa indicaram a presença de elementos psicológicos profundamente relevantes para o desenvolvimento humano como atenção, percepção, acolhimento, controle emocional, carinho, socialização, comunicação e autoestima na vida de praticantes de Equoterapia. A discussão com a teoria dá ainda mais ênfase nestes aspectos ao dissecar camada por camada aquilo que compõem os elementos desta terapia e ao conectar cada um dos elementos presentes nesta modalidade de terapia complementar. Ficou muito claro, neste estudo, como os aspectos físicos se misturam com os elementos emocionais que, por sua vez, se misturam com os mentais e sociais e como esta manada de estímulos, advindos do cavalo e do ambiente equestre/terapêutico, promove no praticante incontáveis e imensuráveis sensações, sentimentos, pensamentos e emoções verdadeiramente transformadores. Ao sintetizarmos as US na busca de um fenômeno central relacionado, como preconiza o Método Fenomenológico de Giorgi aos aspectos psicológicos da Equoterapia, pode-se afirmar que a atividade se sustenta na relação dialética entre praticante/cavalo/terapeutas, e que os elementos psicológicos inerentes à prática são tão transformadores para o praticante quanto são transformados. Dito isso, é seguro concluir que a equoterapia impacta a psique humana a favor de seu desenvolvimento saudável.

Referências

ALVES, H. M., **Corpo e linguagem na Equoterapia**: uma leitura psicanalítica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ANDE-Brasil., (Site Institucional). Disponível em: <http://www.equoterapia.org.br>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

BASTOS, A. V. B.; GOMID, P. I. C., O Psicólogo Brasileiro: Sua atuação e formação profissional. **Formação do Psicólogo**. São Paulo, 1989.

BORDALO, A. A., Estudo transversal e/ou longitudinal. **Rev. Para. Med.**, Belém , v. 20, n. 4, p. 5, dez. 2006.

- BRENNA, R., **Have we put mead's cart before the horse?** Exploring the role of symbolic interaction in human. Thesis (Masters Degrees in Sociology) – University College Dublin – August 2014.
- CRESWELL, J. W., **Projeto de pesquisa**. Ed. Artmed, São Paulo, 2010.
- DÂMASO, C. A. R., **Os benefícios da Equitação Terapêutica na autoestima, na motivação e no rendimento das crianças com necessidades educativas especiais**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - Educação Especial) – Universidade Fernando Pessoa – Portugal, 2013.
- FERRARI, J. P., A Prática do Psicólogo na Equoterapia. In **Psicologia Teoria e Prática**. São Paulo, 2003.
- FIGUEIREDO, M. M., **Equitação terapêutica e seus efeitos: perspectiva dos pais e estudos de caso**. Dissertação (Mestra Integrado em Psicologia) – Universidade do Porto FPCE – Portugal, 2014.
- FRASER, A. F., **The Behaviour and Welfare of the Horse**, Cambridge University Press, Cambridge – UK, 1992.
- FREIRE, H. B. G., **Equoterapia teoria e técnica: uma experiência com crianças autistas**. Vetor, Editora Psico-Pedagógica, São Paulo, 1999.
- GIORGI, A.; SOUSA, D., **Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia**. Editora Fim do Século. Portugal, 2010.
- GOODWIN, D., Horse Behaviour: evolution domestication and feralisation. In **Medicine, Health and Life Sciences**, Southampton - Reino Unido, 2007.
- GUERRA, D. S. B., **Medidas individualizadas de Mudança: Análise das Propriedades Psicométricas do PSYCHLOPS**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Uiversidade de Évora – Portugal, 2016.
- HOTHERSALL, D.; **História da Psicologia**. Editora Artmed. USA, 2004.
- KEEGAN, J., **Uma história da guerra**. Editora Companhia De Bolso. 2006.
- LENTINI, J. A.; KNOX, M., A Qualitative and Quantitative Review of Equine Facilitated Psychotherapy (EFP) with Children and Adolescente. In **The Open Complementary Medicine Journal**. USA, 2009
- MALTA, S. C. L., **Equoterapia: o desenvolvimento cognitivo vem a galope**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Recife – PE, 2003.
- MCLEAN, A. N.; CHRISTENSEN, J. W., The application of learning theory in horse training. In **Applied Animal Behaviour Science**, Vol. 190, pp 18-27, 2017.
- MILLS, D. S.; MCDONNELL, S. M., **Domestic Horse: the origins, development and management of its behaviour**, Cambridge University Press, Cambridge – UK, 2005.
- MOTTI, G. S., **A prática da Equoterapia como tratamento para pessoas com ansiedade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2007.
- PIEROBON, J. C. M.; GALETTI, F. C., Estímulos Sensório-Motores Proporcionados ao Praticante de Equoterapia pelo Cavalo ao Passo Durante a Montaria. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**. Vol. XII, n. 2, pp. 68-79, Campo Grande –MS, 2008.

RIBEIRO, D. I., **Trabalho artesanal e autenticidade do ser: um percurso em Martin Heidegger**. Editora Appris - Curitiba – PR, 2019.

RUBIM, V. M., **Equoterapia, escola e subjetividade: promoção da saúde, aprendizagem e desenvolvimento da criança**. Dissertação (Mestrado em Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação) – Faculdade de Educação – FE/UnB. Brasília – DF, 2012.

SILVA, C. H., **Equoterapia para Cegos: Efeitos e Técnicas de Atendimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande – MS. 2003

VIDRINI, M.; OWEN-SMITH, P.; FAULKNER, P., Equine Facilitated Group Psychotherapy: Applications for Therapeutic Vaulting. In **Issues in Mental Health Nursing**. USA, 2002.

WILSON, K.; BUULTJENS, M.; MONFRIES, M.; KARIMI, L., Equine Assisted Psychotherapy for adolescents experiencing depression and/or anxiety: A therapist's perspective. In **Clinical Child Psychology and Psychiatry**. La Trobe University – Australia, 2015.

ZAMO, R. S.; TRENTINI, C. M. Revisão sistemática sobre avaliação psicológica nas pesquisas em equoterapia. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 18(3). São Paulo, 2016.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL DOS ESTUDANTES: UM PANORAMA DAS PESQUISAS RECENTES

Gustavo Andrade Abreu
Nilton dos Santos Portugal
Mariana Aranha de Souza

1. Introdução

A Educação a Distância, enquanto modalidade de ensino, tem crescido de forma acelerada nos últimos anos, como apontam dados do Censo do Ensino Superior. As projeções do Ministério da Educação e das próprias Instituições de Ensino Superior eram de que esse crescimento fosse aumentando ao longo dos anos. No entanto, em decorrência da pandemia, ocasionada nos anos de 2020 e 2021 pelo Covid-19, houve um aumento pela procura de cursos à distância, muito provavelmente pela propulsão da migração de atividades de ensino presencial para o remoto.

Aliada a essa questão, já existia por parte dos pesquisadores, autores deste texto, um movimento de pesquisa, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário do Sul de Minas, para compreender a percepção dos estudantes e dos gestores de polos EAD sobre as possíveis contribuições oportunizadas pela educação superior na modalidade a distância para com a realização profissional e pessoal. Ora, em um cenário de transformações quanto às formas de ensinar e aprender, em que inúmeras pesquisas se empenham em investigar estratégias de ensino, tecnologias digitais, movimentos de aprendizagem, procurar compreender como ocorre o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, a partir de suas próprias percepções, torna-se um fato extremamente importante.

Este texto, nesse sentido, tem por objetivo contribuir com um passo inicial – e de extrema importância – para tal compreensão: realizar uma investigação bibliográfica, de pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, em periódicos indexados, sobre esta temática, como destacado a seguir.

2. Metodologia

De natureza qualitativa, este estudo, caracterizado como bibliográfico, apresentou os seguintes procedimentos metodológicos.

No mês de junho do ano de 2022, foi realizada uma pesquisa de artigos publicados em periódicos científicos, revisados por pares e indexados no Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2017 até 2022, ou seja, nos últimos 5 anos, a fim de fazer um panorama acerca da temática que envolve analisar a contribuição no desenvolvimento profissional e pessoal dos estudantes da modalidade de Educação a Distância. Foram utilizados como descritores os termos “Educação a Distância”, “EaD”, “Desenvolvimento profissional” e “Desenvolvimento pessoal”, aplicando-se os operadores booleanos “and” e “or”. Sobre isso, Pereira e Galvão (2014, p. 369) afirmam que:

Os termos localizados podem ser combinados utilizando-se os operadores booleanos “AND”, “OR” ou “NOT”, para compor a estratégia de busca. Entre termos distintos, geralmente usa-se o “AND”, para localizar estudos sobre os dois temas (intersecção). Entre os sinônimos de um componente da busca, utiliza-se o “OR”, recuperando-se artigos que abordem um ou outro tema (soma). O operador “NOT” é utilizado para excluir um assunto da busca.

Após a aplicação destes filtros, foram encontrados um total de 373 artigos, como pode ser observado no quadro 1:

Quadro 1 – Resultado da pesquisa no portal de periódicos da CAPES

DESCRITORES	PERÍODO	TIPO	TOTAL
Educação a Distância	2017 a 2022	Artigo	171
EaD	2017 a 2022	Artigo	92
Desenvolvimento profissional	2017 a 2022	Artigo	98
Desenvolvimento pessoal	2017 a 2022	Artigo	12
Total			373

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Dos totais de trabalhos encontrados, foram agrupadas as seguintes combinações e obtivemos os resultados demonstrados no quadro 2:

Quadro 2 - Resultado da pesquisa no portal de periódicos da CAPES – Combinações

DESCRITORES	PERÍODO	TIPO	TOTAL
Educação a Distância e Desenvolvimento profissional	2017 a 2022	Artigo	28
EaD e Desenvolvimento profissional	2017 a 2022	Artigo	10
Educação a Distância e Desenvolvimento pessoal	2017 a 2022	Artigo	19
EaD e Desenvolvimento pessoal	2017 a 2022	Artigo	3
Total			60

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Deste primeiro agrupamento, após a leitura dos títulos, foram selecionados 25 artigos que apresentavam relação mais direta com a temática que envolve analisar a contribuição no desenvolvimento profissional e pessoal dos estudantes da modalidade de Educação a Distância, ou seja, trabalhos que expressassem, em cada descritor, uma relação com os demais descritores.

Foi realizada a leitura dos resumos destes 25 artigos para verificar aqueles que apresentavam uma discussão sobre o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes em EAD. Desses, 15 foram descartados, por tratarem de outros temas ligados à EAD e 10 foram selecionados para a análise, sendo três trabalhos com o descritor “Educação a Distância”, dois trabalhos com o descritor “EaD” e cinco que apresentavam as combinações dos descritores.

A análise de cada um dos trabalhos selecionados apresenta-se a seguir.

3 Resultados e discussões

Os dez trabalhos, selecionados para análise, a partir dos descritores “Educação a Distância”, “EaD” e as combinações, foram agrupados por descritor, como pode ser observado no quadro 3.

Quadro 3 – Artigos selecionados para discussão

DESCRITORES	TÍTULO	AUTORES	ANO
Educação a Distância	Efetividade da formação profissional ofertada na educação a distância: validação teórica de um instrumento	Diego Eller Gomes; Marina Bazzo de Espíndola; Roberto Moraes Cruz; Dalton Francisco de Andrade	2020
	A Educação a distância e a formação on-line: o cenário das pesquisas, metodologias e tendências	Katia Morosov Alonso; Danilo Garcia da Silva	2018
	Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC)	Édison Trombeta de Oliveira; Stela Conceição Bertholo Piconez	2017
EaD	Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição	Daniela da Costa Britto Pereira Lima; Katia Morosov Alonso	2019
	Atos normativos do conselho federal de educação e do conselho nacional de educação: o desvelar da trajetória da educação superior a distância no Brasil	Lívia Soares de Lima Sousa, Daniela da Costa Britto Pereira Lima	2017

Educação a Distância	a	A contribuição da educação a distância para o desenvolvimento profissional	Rodrigo Augusto de Freitas; Ricardo Arruda Mauro; Janaina Florinda Ferri Cintrão	2020
Desenvolvimento profissional	e	Educação a Distância: Contribuições da Modalidade para uma Qualificação Empreendedora	Ricardo Arruda Mauro, Rodrigo Augusto de Freitas, Janaína Florinda Ferri Cintrão, Zildo Gallo	2017
Educação a Distância	a	Efetividade da formação profissional na educação a distância: uma revisão integrativa da literatura	Diego Eller Gomes; Dalton Francisco de Andrade; Roberto Moraes Cruz	2018
Desenvolvimento pessoal	e			
EaD	e	Reflexão sobre as consequências e a repercussão da educação a distância	Regina Machado	2017
Desenvolvimento profissional				
EaD	e	As Barreiras da Criatividade dos Egressos do Ensino Superior EAD e Presencial	Joseli Konig Ramos ; Jeane Caroline Boeira ; Adriana Kroenke; Maria Jose Carvalho De Souza Domingues	2020
Desenvolvimento pessoal				

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Dessa forma, nos próximos parágrafos, será apresentada uma análise de cada um dos artigos selecionados.

Gomes, Espíndola, Cruz e Andrade (2020) em seu artigo “Efetividade da formação profissional ofertada na educação a distância: validação teórica de um instrumento” fazem uma análise, no que se refere aos procedimentos teóricos, sobre a efetividade da formação profissional através dos cursos na modalidade de educação a distância. Utilizando da técnica Delphi buscou-se o consenso da opinião de especialistas, aplicando questionários estruturados referentes ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e motivação, em decorrência do curso de formação profissional ofertado na modalidade EaD.

Apesar de o objeto de estudo ser a validação do instrumento técnico na pesquisa, o mesmo demonstra e aponta a preocupação de estudos em avaliar a qualidade e efetividade da formação profissional ofertada na educação a distância.

Ao analisarmos o artigo “A Educação a distância e a formação on-line: o cenário das pesquisas, metodologias e tendências”, percebemos que o estudo dos autores apontou uma fragmentação e composição frágil de um campo de conhecimentos na EaD, implicando a modalidade ao uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Alonso e Silva (2018) nos levam a pensar sobre transformações que influenciam os processos de formação, trazendo assim novas e outras perspectivas que incidem sobre a aprendizagem. O estudo demonstra que é preciso entender em profundidade a

combinação: educação e tecnologia e ainda analisar e discutir como essa combinação pode, de fato, contribuir para gerar novas oportunidades educacionais a fim de realmente democratizar o acesso com qualidade a toda população, bem como aos diferentes níveis de formação.

Ainda dentro do espectro de análise do modelo educacional, o trabalho dos autores Oliveira e Piconez (2017), intitulado “Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC)”, logo de início, aponta que não possui o objetivo à comparação das duas modalidades de ensino nem delimitar qual é a ideal ou o parâmetro a ser adotado. Os autores utilizam o CPC, componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é um índice que permite observações gerais em nível nacional e que tem relevância dentro da política educacional pública brasileira. Neste sentido, são analisadas as tendências e disparidades nas avaliações dos cursos de graduação presenciais e a distância no Brasil.

O ponto de atenção neste trabalho, após análise dos resultados apurados, é o fato de que os cursos à distância realizavam o mínimo para não sofrerem riscos de intervenção externa, o que reduz muito o número de cursos tidos como “de excelência” (conceitos 4 e 5), bem como os de “baixa qualidade” (conceitos 1 e 2). Uma outra consideração dos autores é a pouca participação das instituições de excelência no campo da EaD e apontou, na época do estudo, um dos motivos para rejeição ao seu ingresso, fato que não observamos mais na atualidade.

Acerca da qualidade da modalidade de educação a distância, Lima e Alonso (2019) fazem um estudo com o objetivo geral de identificar características, necessidades, problemas e fatores fundamentais da educação a distância (EaD), da qualidade de um modo geral e, especificamente, da qualidade na educação superior a distância. Neste trabalho, a qualidade social antecede a toda e qualquer alusão aos indicadores, portanto, qualidade social contra indicador é tomada aqui como necessária, talvez não suficiente para se pensar a consolidação da oferta com qualidade da EaD.

Descrever e compreender o histórico da modalidade de educação a distância é peça fundamental dessa dissertação. Dessa forma, o artigo “Atos normativos do conselho federal de educação e do conselho nacional de educação: o desvelar da trajetória da educação superior a distância no Brasil” apresenta, através dos dados coletados, a história da educação a distância e também os caminhos percorridos pelas políticas destinadas a essa modalidade.

A análise crítica das autoras neste estudo fica com relação à atuação do Conselho Nacional de Educação (CNE), que se tornou, pelo menos por meio de seus atos normativos, um órgão cartorial. Sua função restringiu-se a atender as solicitações de credenciamento e recredenciamento institucional e de autorização e reconhecimento dos cursos, visto que os pareceres do órgão não trazem mais explícitas as discussões realizadas pelas comissões internas durante o estudo de cada uma das temáticas, encobrando, assim, parte da história. Dessa forma, ocasionando não só a perda da linearidade da emissão dos atos, como também não permite sua reconstrução histórica.

O próximo artigo analisado apresenta as contribuições oportunizadas pela educação superior na modalidade a distância para com a realização profissional. Freitas, Mauro e Cintrão (2020) apresentam como o modelo de ensino atende às necessidades de uma sociedade onde o conhecimento e as informações destacam-se como meio de desenvolvimento e inserção social e profissional. Ao analisar os aspectos significativos da EaD como instrumento de formação profissional de uma amostra de alunos do curso de Pós-Graduação Lato Sensu de uma determinada IES, os autores demonstram que a modalidade contribui e proporciona elementos de busca do bem comum, da melhoria da sociedade, do acesso ao conhecimento e da melhor formação profissional do ser humano, de tal modo que capacita o aluno a adquirir habilidades necessárias para acompanhar a velocidade das informações e inovações, independentemente de sua localização.

O artigo ainda evidencia que a modalidade é capaz de alcançar locais distantes do Brasil, regiões nas quais os moradores têm difícil acesso ao conhecimento, o que reforça uma das premissas da EaD, que é a democratização ao acesso à educação. É possível verificar que a EaD contribui para o enfrentamento dos déficits educativos causados pela falta de acesso ao ensino superior por parte da sociedade. Dessa forma, as novas tecnologias de informação e comunicação, utilizando o sistema on-line, favorece o acesso à educação superior de uma parte de indivíduos que residem em territórios afastados, enquanto outros ainda vivenciam esta dificuldade por falta de infraestrutura.

Por fim, os relatos dos alunos demonstram a relação direta da modalidade de educação a distância com o seu desenvolvimento profissional, possibilitando melhorias em relação à sua qualidade de vida e ainda com o desenvolvimento local.

Ainda na mesma linha de desenvolvimento profissional e pessoal, os autores Mauro, Freitas, Cintrão e Gallo (2017) trabalham a temática do empreendedorismo no artigo “Educação a Distância: Contribuições da Modalidade para uma Qualificação Empreendedora”. Sendo a educação a distância (EaD) uma modalidade formativa, cada

vez mais se consolida como um instrumento fundamental na ascensão de oportunidades para muitas pessoas. Dessa forma, acredita-se que ela demonstra ser uma modalidade de ensino que se ajusta às necessidades brasileiras, pois, além de minimizar as distâncias, os isolamentos geográficos e as desigualdades sociais, pode também suprir a carência de formação educacional da população do país, como já discutido no artigo anterior.

Neste artigo, utilizando uma pesquisa de campo com um grupo egressos de uma IES, conseguimos observar uma significativa contribuição da educação a distância para o empreendedorismo. Através do aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades dos envolvidos, e somente pelos recursos tecnológicos característicos da EaD, foi possível alcançar indivíduos residentes em diferentes localidades do Brasil. Na percepção dos alunos egressos em relação à sua atuação de desempenho ou na melhoria dos procedimentos, métodos e técnicas nas entidades que prestam serviço, na sociedade ou no seu próprio empreendimento, destacou-se o registro de alunos egressos que se tornaram empresários, bem como os que trabalhavam na condição de empregados e conseguiram obter sucesso em suas funções, influenciados por um conjunto de contribuições advindas do curso.

A busca pelas contribuições efetivas da educação a distância na formação profissional também é tema dos autores Gomes, Andrade e Cruz (2018). Para alcançar esse objetivo o artigo “Efetividade da formação profissional na educação a distância: uma revisão integrativa da literatura” passa por uma revisão integrativa de literatura.

Ficou evidente no estudo que existe uma relação direta entre a efetividade da formação profissional ofertada no contexto da modalidade da EaD com o desenvolvimento de habilidades, motivação e atitudes. Ainda é oportuno ressaltar que o desenvolvimento desses traços latentes sofre influência das características pessoais dos participantes da formação, por características da mediação pedagógica e por características institucionais, ou seja, do próprio curso.

Machado e Pinto (2017) buscam mapear os pontos fortes e as fraquezas da modalidade de educação a distância ao ouvir depoimentos dos tutores quanto às suas experiências, suas técnicas e a temática desenvolvida nos cursos, assim como o aproveitamento dos estudantes.

Os autores apontaram na conclusão do estudo que, apesar de todo aparato tecnológico que envolve o EaD, esta modalidade de ensino/aprendizagem encontrava-se ainda fragilizada em consequência da grande demanda e que cabe ao governo a

elaboração de um projeto estratégico para investir em melhorias do sistema EaD no Brasil.

O último trabalho analisado traz como tema a criatividade. Algo presente no nosso cotidiano, importante no ambiente pessoal, profissional e na educação é objeto de estudo dos autores Ramos, Boeira, Domingues e Kroenke (2020), em que verificou-se a existência de barreiras na criatividade dos egressos do ensino superior nas modalidades de ensino EAD (Ensino a distância) e presencial.

Os resultados apresentados apontam que as modalidades de ensino se correlacionam quanto às barreiras da criatividade, demonstrando melhores resultados para o ensino EaD frente ao ensino presencial, mostrando que está sendo uma modalidade em ascensão, e se destacando como modalidade de ensino. Tais resultados são consequência dos processos realizados em grupo em instituições EaD, pois estão diretamente ligados à confiança e à socialização entre os indivíduos, afetando diretamente a criatividade, bem como a comunicação, o engajamento e a administração de conflitos. Essas equipes, com processos bem desenvolvidos, envolvem a colaboração dos indivíduos do grupo, elaborando síntese de ideias, levando assim a melhores resultados.

Por fim, vale ressaltar que criatividade é uma competência exigida no mercado de trabalho, considerada um grande diferencial e como toda competência pode ser desenvolvida.

4. Conclusões

Realizada a análise dos artigos, podemos perceber a preocupação de estudos em avaliar a qualidade e efetividade da formação profissional ofertada na educação a distância. Alguns artigos apontam falhas e as dificuldades encontradas nessa modalidade, enquanto outros apontam os avanços e oportunidades que essa modalidade trouxe para os alunos, inclusive com foco no desenvolvimento pessoal e profissional, sendo o empreendedorismo e a criatividade alguns dos temas apresentados.

Outro ponto apresentado no estudo é como o modelo de ensino atende às necessidades de uma sociedade onde o conhecimento e as informações destacam-se como meio de desenvolvimento e inserção social e profissional. A modalidade contribui e proporciona a melhoria da sociedade, do acesso ao conhecimento e da melhor formação profissional, capacitando o aluno a adquirir habilidades necessárias para acompanhar a velocidade das informações e inovações, independentemente de sua localização.

Por fim fica evidente que a modalidade é capaz de alcançar locais distantes do Brasil, regiões nas quais os moradores têm difícil acesso ao conhecimento o que reforça uma das premissas da EaD que é a democratização ao acesso à educação.

Referências

- ALONSO, K.M.; SILVA, D.G. da. A educação a distância e a formação on-line: o cenário das pesquisas, metodologias e tendências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº 143, p. 499-514, abr.-jun., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TYNBQvCBGY8nL83CBjykwSR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 jun. 2022.
- FREITAS, R.A. de et al. Educação a distância: contribuições da modalidade para uma qualificação empreendedora. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, vol. 8, nº 3, set.- dez. 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48096/educacao-a-distancia--contribuicoes-da-modalidade-para-uma-qualificacao-empreendedora>. Acesso em 23 jun. 2022.
- FREITAS, R.A. de; MAURO, R.A.; CINTRÃO, J.F.F. A contribuição da educação a distância para o desenvolvimento profissional. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, Araraquara –SP, v. 20, nº 1, julho 2017, p. 7-19. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/481>. Acesso em 20 jun. 2022.
- GOMES, D. E., et al. Efetividade da formação profissional ofertada na Educação a Distância: validação teórica de um instrumento. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 762-783, jul. -set. 2020. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/1667>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- GOMES, D. E.; ANDRADE, D. F. de; CRUZ, R. M. Efetividade da formação profissional na educação a distância: uma revisão integrativa da literatura. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 61–78, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9750>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- LIMA, D.C.B.P.; ALONSO, K.M. Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 51, e15250, out.- dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/15250>. Acesso em 20 jun. 2022.
- MACHADO, R.; PINTO, A. Reflexão sobre as consequências e a repercussão da educação a distância (EaD). **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, Edição Especial, dez. 2012. Disponível em: <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs1/index.php/sied/article/view/253>. Acesso em 22 jun. 2022.
- OLIVEIRA, E.T. de; PICONEZ, SC.B. Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 833-851, nov. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/dL6pNnxW4bJtjKmLyZqbjgS/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22 jun. 2022.
- PEREIRA, M. G.; GALVAO, T. F. (2014). Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 369-371, jun. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000200019&lng=pt&nrm=iso>.

RAMOS, J. K., et al. As Barreiras da Criatividade dos Egressos do Ensino Superior EAD e Presencial. **EaD Em Foco**, v. 10, nº 1, jun. 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/965>. Acesso em 22 jun. 2022.

SOUSA, L.S.L.; LIMA, D.C.B.P. Atos normativos do conselho federal de educação e do conselho nacional de educação: o desvelar da trajetória da educação superior a distância no Brasil. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 143-158, set.- dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7886>. Acesso em 21 jun. 2022.

A UTILIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA) POR ASSENTADOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): UM NOVO MODELO DE RESISTÊNCIA NA AGRICULTURA FAMILIAR?

Luiz Alexandre Canavezi de Paiva

Elisa Maria Andrade Brisola

Alexandra Magna Rodrigues

1. Introdução

A questão agrária/fundiária no Brasil evidencia a enorme concentração de terras nas mãos de poucos proprietários – os latifundiários, em detrimento do acesso à terra de forma equânime, impedindo seu usufruto social (MOTA, 2011).

De fato, todo processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro se deu sem promover mudanças significativas na distribuição fundiária. “Desde a colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850 e por todo o processo de industrialização vivenciado no século XX e ainda em curso, a questão agrária permaneceu quase que inalterada” (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 214).

Assim, a distribuição de terras no Brasil está entre as mais injustas do mundo, fazendo da reforma agrária uma ferramenta importante e necessária para redução das desigualdades sociais (CARVALHO *et al.*, 2006).

Nos anos recentes, o processo de reprimarização da economia brasileira vem agudizando essa questão, pois consolidou o domínio do agronegócio na política rural que, assim, captura a renda fundiária e causa retrocesso na política fundiária de Estado (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Como nos explica Duarte (2015), a estrutura fundiária brasileira tende à concentração e, por consequência, descarta a maioria dos trabalhadores rurais, dentre esses os trabalhadores rurais sem terra.

De modo que, segundo Sabourin (2008), o projeto de reforma agrária não fracassa por acaso, mas, principalmente, pela inadequação dos instrumentos de políticas públicas,

sendo que os eventuais avanços no processo fundiário se dão pelas conquistas dos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST surgiu da necessidade do confronto à concentração de terras oriunda de políticas não distributivistas (NEPOMUCENO, 2018), visto que, no Brasil, o Estado jamais demonstrou interesse em romper com o monopólio da terra por meio de uma ampla reforma agrária (MOTA, 2011).

Assim, o MST nasceu da articulação pela terra, fruto da questão agrária estrutural e histórica no Brasil (CALDART, 2001), acumulando conhecimentos a partir da análise de experiências camponesas anteriores, pelo país e América Latina (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

O MST é um movimento social que atua em rede e se encontra espalhado pelo território nacional, articulando conexões com partidos políticos, igrejas e organizações não-governamentais (SILVA, 2004).

Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), em especial na cidade de São José dos Campos, *locus* do assentamento em que se encontram as iniciativas econômicas solidárias analisadas neste artigo, tal articulação mostrou-se fundamental na conquista do assentamento Nova Esperança I pelos militantes do MST que tiveram apoio da Igreja Católica, do sindicato dos metalúrgicos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de partidos políticos (RIEHELMANN, 2006).

Mota (2011) relata que, na conquista da fazenda Santa Rita, que viria a ser o assentamento Nova Esperança I, os trabalhadores, em sua maioria de origem urbana, fizeram pressão e expulsaram o grileiro que dela se apossara, exigindo a desapropriação para reforma agrária. Entretanto, chama a atenção o fato de que a maioria de um grupo de assentados da reforma agrária seja oriunda da cidade.

Segundo Carter e Carvalho (2010), em algumas áreas metropolitanas há assentamentos chamados de “rururbanos” que combinam famílias de origem rural e outras sem experiência com atividades agrícolas, não sendo incomum que o lote do assentamento cumpra a função de residência de assentados que trabalham na cidade.

Não obstante, conforme Mota (2011, p. 49), “no Brasil são poucos os assentamentos rurais que possuem características rururbanas como no Vale do Paraíba. Esta nova realidade, que veio à luz no século XXI, talvez corresponda à forma objetiva da luta pela terra na região”.

O conceito de rurbanização é um neologismo criado por Gilberto Freyre (1982), para definir “um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma vivência regional – a do Nordeste, por exemplo, ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos” (FREYRE, 1982, p. 57).

De toda sorte, Silva (1997) aponta que atualmente há dificuldades em delimitar o rural e o urbano, pois do ponto de vista espacial, hoje o rural pode ser compreendido como uma continuidade do urbano. De fato, o campo se urbanizou recentemente devido ao processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano no espaço tradicionalmente considerado rural. Além do mais, sob o prisma da organização da atividade econômica, o meio rural não mais se identifica apenas com atividades agropecuárias, tão pouco as cidades com atividades industriais.

Frente a esse cenário, a luta pela terra passa por adaptações para incorporar parte do exército industrial de reserva do proletariado urbano. Assim, a luta deixou de ser apenas pela terra e passou a ser também a luta contra o desemprego, configurando-se em opção contra as mazelas da sociedade urbana capitalista (MOTA, 2011).

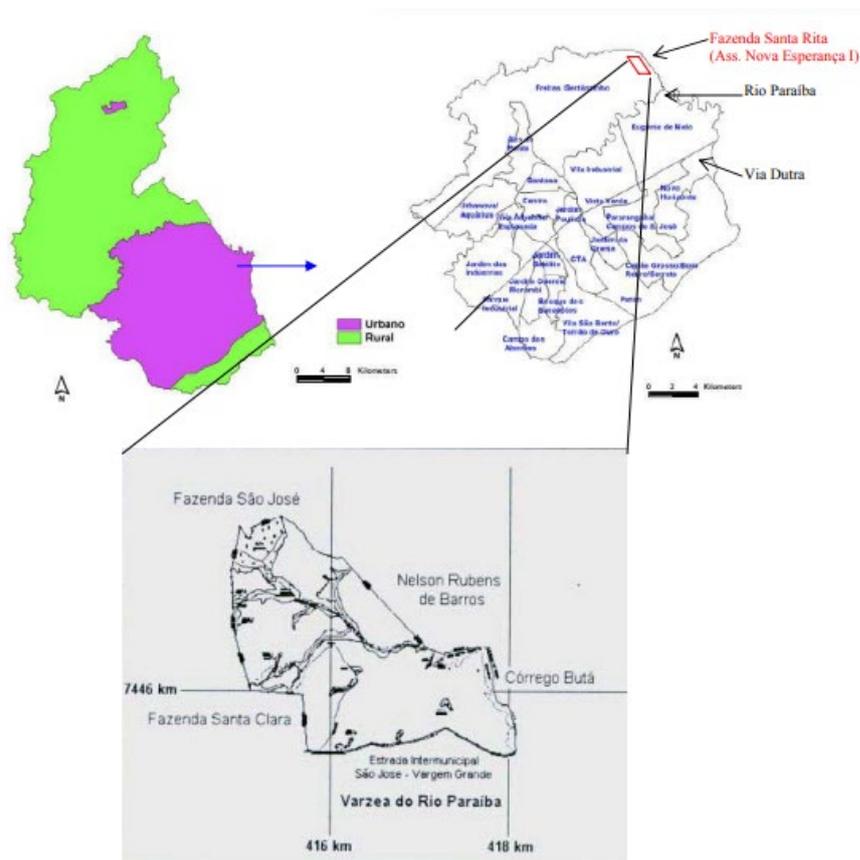
Na região estudada, há uma conjunção de circunstâncias no processo de desenvolvimento que ajudam a explicar seu caráter rururbano:

O Vale do Paraíba se reveste de condições propícias à rurbanização, por aduzir paisagem com adensamento demográfico crescente, dinâmica socioeconômica regional privilegiada no contexto nacional, polo de produção científico-tecnológica e industrial, corredor de exportação e escoamento de bens dos principais centros produtivos brasileiros e mancal do eixo metropolitano Rio-São Paulo. A onírica conurbação total envolvendo as duas metrópoles, e abarcando, de chofre, todo o vale que se imiscui entre elas, anuncia a possível megalópole (RIEHELMANN, 2006, p. 18).

O Assentamento Nova Esperança I espelha o caráter rururbano da região. Mota (2011) relata que as 64 famílias assentadas entre os anos de 2000 e 2001 apresentavam a seguinte composição: 61% de desempregados, 12% de moradores de rua, 13% de ex sem-teto, 2% de aposentados, 9% de militantes de partidos de esquerda e 1% de lideranças.

A figura 1 traz a localização do Assentamento Nova Esperança I em que se nota que ele se encontra na franja urbana da cidade, fato que reforça seu caráter rururbano.

Figura 1 - Localização o Assentamento Nova Esperança I



Fonte: Prefeitura Municipal de S. José dos Campos. Elaborado por Riechelmann, 2006.

As informações apresentadas até aqui permitem melhor entender o território em que se encontram os agricultores familiares envolvidos nesta pesquisa, assim como compreender as iniciativas econômicas solidárias adotadas por eles.

É sabido que o MST busca fomentar formas de economia solidária em seus assentamentos, adotando os preceitos de Singer (2002) para quem a construção de uma sociedade igualitária está atrelada à transição da economia competitiva para a solidária, pois a sociedade seria menos desigual se toda a economia fosse solidária.

Segundo o próprio MST, as famílias assentadas são incentivadas a assumir um modelo econômico solidário baseado na cooperação e no associativismo, uma vez que o Movimento entende a cooperação como elemento estratégico dentro do processo de construção novas relações sociais (MST, 1997).

A cooperação, entendida como ação social espontânea ou organizada, sempre foi essencial para o MST, desde a sua origem. É entendida como um processo de aprendizagem de longo tempo, que se inicia nos acampamentos antes mesmo da posse da terra, precisa ser continuamente revisado e assume diferentes formas, conforme se transformam as condições objetivas da realidade. Os dirigentes

ênfatizam que a cooperação não se resume na organização de cooperativas e que a luta pela terra é, por excelência, a experiência de cooperação mais importante para um Sem Terra (SCOPINHO, 2007, p .87).

De acordo com Carter e Carvalho (2010), desde o princípio, o MST buscou promover o desenvolvimento do cooperativismo e atividades associativas nos assentamentos, e ainda nos anos 1980 surgiram as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), inspiradas no modelo agrícola cubano.

Neste sentido, Severino (2006) relata-nos que o sistema cooperativo é incentivado como forma de organizar o trabalho e aglutinar os assentados por meio do estabelecimento de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs); e Singer (2002) afirma que o MST optou por promover a agricultura familiar sob forma de uma modalidade de economia solidária – as cooperativas autogestionárias, criadas pelo Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Portanto, apesar de não se restringir às cooperativas, elas são de fato a forma de economia solidária mais incentivada nos assentamentos. Há algumas razões para isso, dentre as quais se destaca o fato de que, numa estrutura que combina aspectos formais e informais, organizações convencionais como as cooperativas permitem ao MST captar recursos para seus projetos, realizar movimentações financeiras e firmar contratos legais (FERNANDES, 2010).

Nesse sentido, Miranda e Cunha (2018) relatam que a representação dos assentados frente a entes governamentais, por meio de associações ou cooperativas, é praticamente uma exigência do Estado para o repasse de créditos. Melo e Scopinho (2018, p. 69) acrescentam que “a legislação estabelece que as aquisições de alimentos sejam realizadas por meio de cooperativas ou associações organizadas pelos produtores”.

No entanto, Melo e Scopinho (2018) advertem que não raramente as condições objetivas e subjetivas dos assentados diferem significativamente do modelo cooperativista proposto pelas políticas públicas. Em estudo na região de Ribeirão Preto, as autoras apontaram para distorções no modelo cooperativo constituído ali e que geram baixa adesão real dos cooperados que, em sua maioria, exercem atividades assalariadas na cidade.

A situação dos assentados de São José dos Campos assemelha-se a dos assentados de Ribeirão Preto e apresenta mais um agravante, pois sequer conseguiram estabelecer uma cooperativa até o presente momento.

O não desenvolvimento de uma cooperativa traz dificuldades práticas aos assentamentos, pois, como já vimos, o fornecimento de alimentos para os programas governamentais exige a constituição delas. Além disso, também há dificuldades em providenciar a assistência técnica adequada aos produtores que precisam de acesso a crédito para investimentos em projetos sustentáveis econômica e ambientalmente (BORSATTO; CARMO, 2013).

De acordo com os agricultores participantes dessa pesquisa, a dificuldade para o estabelecimento de uma cooperativa no assentamento de São José dos Campos está relacionada a seu caráter rururbano.

O perfil predominante no assentamento de São José dos Campos difere da maioria dos assentados pelo país, conforme relata Stédile em entrevista para a Revista Estudos Avançados concedida ao professor Alfredo Bosi e aos jornalistas Marco Antônio Coelho e Dario Luís Borelli em 1997. “Em termos gerais, é o seguinte: 95% dos assentados eram agricultores, assalariados, filhos de pequenos agricultores ou viviam como parceiros e arrendatários. Embora haja muito desemprego na cidade, a ampla maioria dos assentados é de agricultores” (STÉDILE, 1997, p. 75).

Por sua origem urbana, os assentados de São José dos Campos estão mais propensos ao “individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p.162).

Além do mais, a maior parte dos assentados da região não apresenta as mesmas bases sólidas de economia solidária dos agricultores de origem rural que passaram por um processo de formação política prolongado e, por essa razão, se tornam mais suscetíveis ao discurso do empreendedorismo muito em voga nos dias de hoje.

Em relação a essa questão, cabe uma reflexão importante, pois o discurso do empreendedorismo distancia-se radicalmente da proposta política do MST da reforma agrária. Trata-se de um desvio de rota que, ao nosso ver, coloca em risco o Movimento, porque atinge seus princípios centrais.

O empreendedorismo é a estratégia do capital para a retomada das taxas de lucro no contexto de sua crise estrutural, na qual ele se desonera e coloca o trabalhador como empregado de si mesmo. Conforme expõe Barbosa (2007), na proposta do empreendedorismo está inscrita a ideia do autoemprego que se transforma na única alternativa social em contraposição ao escasso trabalho regulamentado.

O empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um ardid engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na aceção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados. (TAVARES, 2018, p. 110).

O empreendedorismo, portanto, visa dissolver a luta de classes, razão pela qual entendemos que não cabe ao MST aderir a tal discurso. Contudo, observamos que se trata de mais uma contradição que o próprio sistema capitalista impõe ao movimento social.

Apesar das dificuldades, os agricultores participantes da pesquisa buscam manter os laços com a economia solidária desenvolvidos ao longo de décadas de militância no MST. Não obstante, esta propensão a trabalhar com a economia solidária, as peculiaridades e dificuldades na região os empurram a trilhar seus próprios caminhos, forçando-os a empreender.

Diante do dilema entre o empreendedorismo e a economia solidária, as iniciativas econômicas solidárias aparecem como uma tentativa de conciliar as contradições entre esses dois caminhos. “As iniciativas econômicas solidárias se manifestam por diferentes setores e segmentos da sociedade, como, por exemplo, através do consumo, da comercialização e da produção” (RODRIGUES; COSTA; PRIORE 2021, p. 49).

Se por um lado o caráter rururbano do Assentamento Nova Esperança I dificulta o desenvolvimento das formas consagradas de economia solidária, por outro facilita o acesso direto aos consumidores na cidade. Assim, na impossibilidade de desenvolver o cooperativismo, os assentados optaram por trabalhar a questão da economia solidária diretamente com os consumidores.

Para isso, o modelo de comercialização direta da produção com os consumidores por meio da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) tem sido uma alternativa utilizada pelos agricultores assentados.

A CSA teve início no Brasil em 2011, pelas mãos de Hermann Pohlmann, que conheceu o conceito na Alemanha e, posteriormente, articulou a criação do CSA Demétria em Botucatu-SP. Nas palavras dele:

A CSA é uma agricultura sustentada pela comunidade. Nesse conceito, o agricultor deixa de vender seus produtos por meio de intermediários e conta, para a organização e financiamento de sua produção, com a participação de membros consumidores, colaborando para o desenvolvimento sustentável da

região e estimulando um comércio justo. Todos os custos de marketing são eliminados. Assim, os consumidores e os produtores podem juntos criar uma “agricultura” alimentar, compartilhando tanto as suas responsabilidades pela produção dos alimentos, quanto pela conservação da paisagem e do solo (POHLMANN, 2012, p. 52).

Portanto, a CSA trata-se de um modelo de trabalho conjunto entre produtores e consumidores no qual os últimos se tornam coagricultores¹ e se comprometem a cobrir o orçamento anual da produção agrícola, recebendo, em contrapartida, os alimentos produzidos sem custos adicionais.

A modalidade de organização denominada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é uma tecnologia social² - entendida aqui como um processo de construção social da existência - que visa transformar a relação entre produtores e consumidores de alimentos por meio de alguns pilares fundamentais: a) comercialização direta entre as partes; b) adoção de circuitos curtos³ de suprimento/comercialização; c) fortalecimento de práticas coletivas de cooperação; d) atuação política para o desenvolvimento socioeconômico endógeno; e) valorização das culturas alimentares identitárias e territoriais; f) comércio justo e defesa e proteção do bem comum, em especial quanto ao meio ambiente (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

A CSA pretende superar a mera relação instrumental de venda direta. Seu objetivo é que a construção de um trabalho coletivo baseado na formação de um grupo unido por laços de confiança e pertencimento (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020);

Desse modo, os agricultores buscam manter os laços com a economia solidária por meio de suas próprias iniciativas econômicas solidárias, as CSAs que implementaram

¹ Por conta do compromisso, em uma CSA, o que comumente é chamado de consumidor é referido como coagricultor, pois passa a ser um colaborador do organismo agrícola que trabalha lado a lado com o agricultor e tem papel de protagonista no processo de cultivo de seus próprios alimentos. Assume, dessa forma, uma atitude ativa de corresponsabilidade, deixando a passividade de ser apenas um consumidor ou cliente (SANTOS; SPALDING; OLIVEIRA, 2021).

<https://ligueosPontos.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-01-CSA-Web-1.pdf>. Acesso em fev. 2022).

² “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. As Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.”

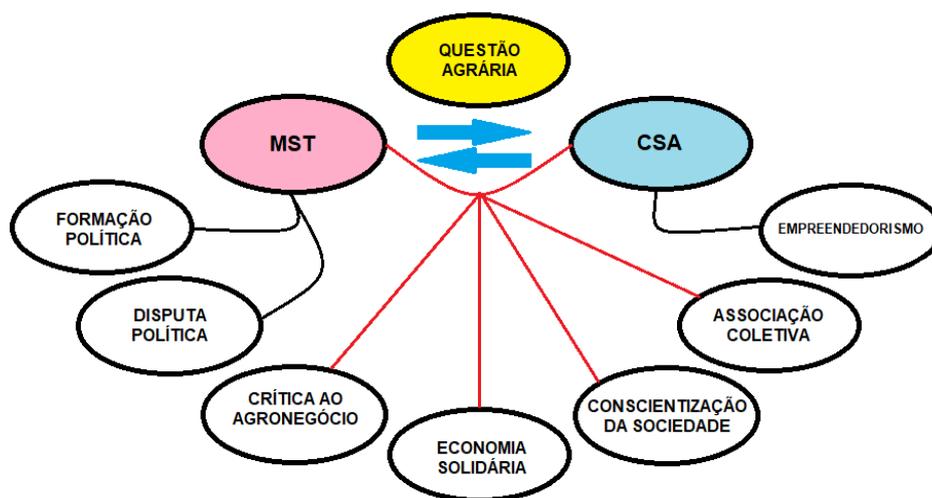
<https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/tecnologia-social>. Acesso em fev. 2022

³ “Os circuitos curtos de comercialização são sistemas agroalimentares alternativos em que se busca a proximidade do produtor-consumidor fortalecendo a agricultura local e regional. Apresentando no máximo um intermediário, envolvem proximidade geográfica, que facilita a distribuição, transporte e gestão das vendas” (CHAVANTE *et al.*, 2019, p.11).

em seus sítios, onde produzem alimentos orgânicos para um grupo de consumidores (coagricultores) que semanalmente recebem uma cesta. Contudo, esse modelo foge do adotado pelo MST de modo geral.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese da discussão realizada nesta introdução em que fica demonstrado que, apesar de os assentados realizarem a crítica ao agronegócio como aquele que coíbe a justa distribuição da terra, concentrador de riqueza e impeditivo à agricultura familiar, ao mesmo tempo aderem ao empreendedorismo como saída para suas dificuldades, encontrando-se aí uma das mais evidentes contradições desse processo, na medida que, como dito anteriormente, o empreendedorismo não se coaduna com os princípios defendidos pelo Movimento.

Figura 2: Quadro Síntese



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

2. Metodologia

Este artigo traz um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Humano: desafios e possibilidades”. Trata-se de pesquisa aplicada de natureza exploratória realizada com agricultores familiares situados no Vale do Paraíba que possui caráter qualitativo, pois foca em questões particulares de uma realidade específica para entender seu sentido e importância para os sujeitos (BRISOLA; MARCONDES, 2011).

Quanto aos procedimentos, trata-se de estudo de caso na medida em que envolve profunda e exaustiva investigação de poucos objetos. De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso, que se tornou uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em

ciências humanas e sociais, frequentemente possui foco múltiplo, em que alguns indivíduos/organizações são analisados simultaneamente. Portanto, “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (VENTURA, 2007, p. 384).

Os participantes foram indicados pela Rede Apoena Vale do Paraíba, associação formada por agricultores para certificação participativa de alimentos orgânicos na região, sob os seguintes critérios objetivos estabelecidos: tempo mínimo de 2 anos participando da iniciativa econômica solidária, perfil de liderança, acessibilidade e conveniência.

Neste artigo, analisamos os casos de dois desses agricultores, militantes do MST do Assentamento Nova Esperança I na cidade de São José dos Campos, que serão descritos na sequência. Os nomes utilizados são fictícios para preservar as identidades dos participantes.

Alex é um homem de 51 anos de idade. Filho de agricultores, ele nasceu numa pequena cidade do Rio Grande do Sul. Por volta dos 10 anos de idade, seus pais venderam o sítio da família e se mudaram para a cidade, onde ele concluiu o ensino médio. Pouco depois, ingressou no MST onde já milita há mais de 30 anos, tendo passado por algumas cidades e setores. Em 2012, ele se estabeleceu com sua companheira no Assentamento Nova Esperança I e passou a cultivar alimentos agroecológicos. Há aproximadamente 5 anos, iniciou seu projeto de CSA enquanto ainda trabalhava na área de comercialização da produção do MST. A partir 2019, passou a se dedicar exclusivamente a sua CSA, para a qual toda produção é atualmente destinada.

Valter tem 48 anos, completou o ensino médio, é filho de agricultores e sempre trabalhou na agricultura. Nascido no Paraná e criado no Mato Grosso, mudou-se para o Estado de São Paulo nos anos 1990, onde conheceu o assentamento do MST em que viviam seus tios, na cidade de Campinas. Essa experiência abriu-lhe os olhos para a possibilidade de conseguir seu pedaço de terra e para o trabalho do Movimento, que passou a integrar. Com 25 anos de MST, participou de acampamentos no interior de São Paulo e da Marcha para Brasília, em 1997. Logo após, recebeu o convite do MST para fazer a luta pela terra na cidade de São José dos Campos, onde acabou assentado no começo dos anos 2000. Atualmente, vive com sua esposa e dois filhos no Assentamento Nova Esperança I, onde produz alimentos em um sistema agroflorestal que são destinados à sua CSA.

Nota-se que Alex e Valter possuem histórias de vida semelhantes. Ambos possuem vínculo com a terra desde a infância e se engajaram no MST pelas dificuldades

vividas pelos agricultores familiares no contexto brasileiro. Eles possuem o mesmo grau de escolaridade (ensino médio) e relataram um intenso processo de formação por parte do Movimento, inclusive em economia solidária.

O instrumento de pesquisa foi a entrevista guiada por roteiro. Para análise dos dados foi utilizada a técnica da triangulação de métodos, buscando articular as narrativas dos participantes ao contexto em que foram produzidas e captar as percepções dos entrevistados na riqueza de seus detalhes. (MARCONDES; BRISOLA, 2014)

Conforme apontado anteriormente, as trajetórias dos participantes Alex e Valter diferem do perfil urbano majoritário entre assentados de São José dos Campos, mas guardam semelhanças com a de muitos militantes espalhados pelo país.

A trajetória que precede a entrada no Movimento consistiu em uma vivência traumática, marcada pela condição de despossuído (no fato de não ter terra, mas também não ter emprego, escolarização ou condições dignas de vida). Ou seja, a essas pessoas não foi permitida a cidadania plena e seus direitos não foram reconhecidos ou garantidos pelo Estado. Paradoxalmente, é na luta por esse reconhecimento e por sua efetivação que uma cidadania é conquistada (RIBEIRO, 2012, p. 212).

Assim, a adesão ao MST é consequência da histórica dificuldade de acesso à terra no país. Afinal, quando o controle das terras está nas mãos de uma pequena minoria, como é o caso do Brasil, a exploração da população rural se torna ainda mais dura (FURTADO, 1980).

Frente a esse cenário, o processo de formação política no MST ganha importância para preparar as lideranças e a militância que assumirão as diferentes frentes de atuação. Para isso, o Movimento, em sintonia com os conceitos do educador Paulo Freire, apregoa que a educação deve se relacionar com realidade dos militantes, os educandos (RIBEIRO, 2012).

Esse processo, definido por Caldart (2000) como Pedagogia do Movimento, permite aos trabalhadores se moldarem como novo sujeito social dotados de consciência e identidade que lhes dão as condições para a resistência política.

Dentre os campos de formação propiciados aos agricultores, destaca-se o tema da economia solidária, pois, como já afirmado, o MST considera que a cooperação é elemento fundamental para fundação de uma nova sociedade.

Atualmente, o debate sobre modelos alternativos ao capitalismo mostra-se prioritário, visto que “a lógica da impossibilidade de um capitalismo sustentável

comprova-se concretamente em numerosos aspectos do *modus operandi* do capitalismo” (MARQUES FILHO, 2018, p. 559).

A construção de uma sociedade igualitária passa, ainda que de forma contraditória, por substituir a economia competitiva pela economia solidária, com foco na cooperação harmoniosa entre os indivíduos (SINGER, 2002), uma vez que o capitalismo é um sistema que consegue organizar a produção, “mas é um péssimo distribuidor, um empregador cada vez mais precário, e um destruidor ambiental que leva, ao concentrar poderosas tecnologias em formas cada vez mais predatórias de exploração dos recursos naturais, a um impasse planetário” (DOWBOR, 1999, p. 4). Cabe aqui questionar a proposição de Singer tanto a possibilidade de harmonia e Dowbor quanto a igualdade na ordem do capital. A economia solidária defende um tipo mais igualitário de sociedade dentro da ordem do capital, o que é contraditório devido à dinâmica e estrutura capitalista, como aponta Marx (1996).

O próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista. (MARX, 1996, p.248)

Segundo Amorim (2010), a economia solidária é o novo gestado dentro do velho, a economia capitalista. Dessa forma, não se pode afirmar que experiências de economia solidária sejam um modo de produção novo, mas que se trata de uma estratégia de enfrentamento da pobreza por meio da qual uma parcela de excluídos pode acessar o mercado de trabalho.

Valter e Alex apresentam-se preparados para discussão e confirmam que o MST incentiva as formas de economia solidária, especialmente o cooperativismo. Uma vez que se estabelecem cooperativas nos assentamentos e elas passam a fazer parte do cotidiano das famílias assentadas em termos financeiros, de formação e de assistência técnica.

Não obstante, há realidades diferentes dentro do MST, cada qual com suas particularidades. Nesse sentido, a região do Vale do Paraíba, como já apontado, tem se mostrado especialmente desafiadora para o desenvolvimento de formas de economia solidária tradicionais entre os assentados.

Face a essa situação, os assentados de São José dos Campos optaram por comercializar sua produção agrícola diretamente a consumidores por meio da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) que, de acordo com Silva Júnior *et al.*

(2018), é uma estratégia de economia solidária em que um grupo de consumidores se compromete a custear o orçamento da produção de um agricultor familiar por um período determinado e, em troca, recebem uma cesta semanal de produtos orgânicos.

Tal característica permite que as CSAs sejam consideradas iniciativas econômicas solidárias que, conforme apontam Rodrigues, Costa e Priore (2021, p. 49), “se manifestam por diferentes setores e segmentos da sociedade, como, por exemplo, através do consumo, da comercialização e da produção”.

Ainda que se possa questionar a classificação das CSAs como uma forma de economia solidária - até pelo fato de que o próprio conceito de economia solidária é controverso e possui interpretações diversas - não se nega que ela é fonte de inspiração para os agricultores e que os princípios da solidariedade, cooperação e autogestão estão presentes na CSA.

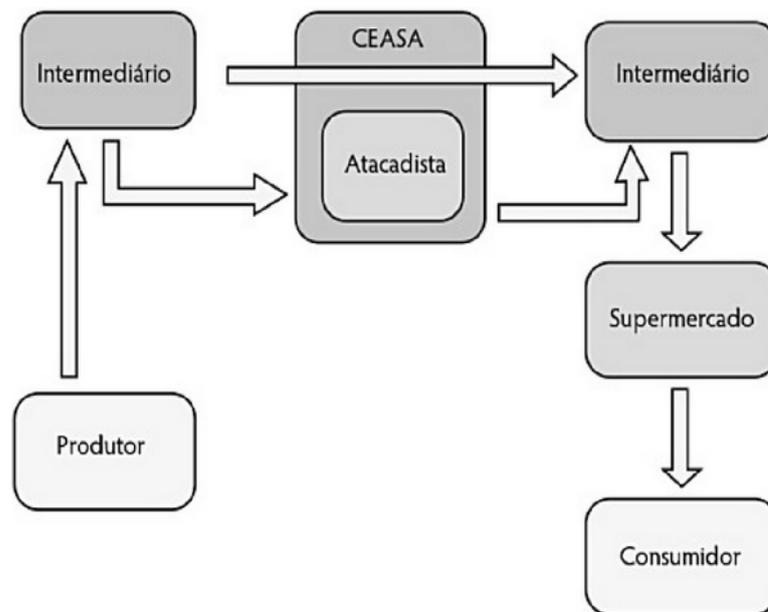
Desse modo, consideramos que as CSAs são iniciativas econômicas solidárias que se utilizam dos princípios da solidariedade (relação de confiança entre as partes), cooperação (gestão e atividades compartilhadas) e autogestão (deliberações colegiadas) e, portanto, se aproximam de organizações típicas de economia solidária (BERTOLAIA; QUEDA; RIBEIRO, 2021).

Na prática, a CSA é uma cadeia agroalimentar curta (circuito curto) de abastecimento que diminui ou mesmo elimina a ação dos intermediários na relação de troca entre consumidores e fornecedores, reduzindo os locais de passagem de uma cadeia de valor a fim de encurtar o percurso do alimento no sistema agroalimentar (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Como pode ser observado na figura 3, a comercialização convencional da produção da agricultura familiar é dominada por atravessadores que são os verdadeiros beneficiários do atual modelo. Diante disso, o assentado Valter defende que é preciso

[...] criar uma relação mais justa e não ficar preso só ao dinheiro. A gente dentro do movimento social vem discutindo muito essa questão de buscar uma outra forma de vida, uma outra forma de comercialização. Não ficar preso às grandes empresas e aos grandes conglomerados de Supermercados porque a agricultura familiar no campo sofre muito com os grandes atravessadores. O produtor produz o produto e ele tem valor depois que ele sai da porteira propriedade para fora. Então, a gente tem que se organizar enquanto movimento social com a sociedade para que esteja um preço mais justo, que seja bom para quem vai consumir o produto, mas seja bom também para quem está lá no campo (VALTER).

Figura 3- Comercialização Convencional da Produção da Agricultura Familiar.



Fonte: Andriolo (2020).

Schneider e Gazolla (2017) discutem tal situação:

Há algo profundamente errado com o modo como se produz e consome alimentos na nossa sociedade. De um lado, se produzem cada vez mais fibras e matérias-primas agroalimentares e aumentam os impactos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. Por outro, os números da fome e da pobreza no mundo continuam quase inalterados, mas a quantidade de pessoas obesas e malnutridas em decorrência do tipo de comida que ingerem só faz crescer. Em meio a isso, quem realmente se beneficia são as empresas que produzem e distribuem os alimentos, especialmente as grandes redes de supermercados e as lojas de fast food globais. Chegamos a um ponto em que, no século XXI, há oferta suficiente para alimentar toda a humanidade, mas convivemos com a fome e a malnutrição, e a insatisfação dos produtores (agricultores) e dos consumidores (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 9)

Como mostra o *slogan* “da cultura do preço para a cultura do apreço”, a CSA busca subverter o atual modelo de comercialização de alimentos. De fato, o conceito de CSA, se empregado em larga escala, resultaria numa mudança radical do modo de produção agrícola. “A participação das comunidades organizadas em torno das CSAs deve necessariamente implicar consciência e atividade política e social, posto que não se rege pelas lógicas operativas dos mercados tradicionais” (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018, p. 531).

Não obstante, os meios de disputa da sociedade utilizados pela CSA não incluem a mobilização política das massas trabalhadoras, tampouco instrumentos de pressão sobre

os entes governamentais para a transformação da ordem social como defendido pelo MST.

Ainda assim, nota-se que há confluência de ideias entre MST e CSA e, por isso, assentados como Valter e Alex atualmente se utilizam da CSA face à impossibilidade de criação de uma cooperativa para a comercialização da produção, que é um gargalo para o desenvolvimento dos Assentamento Nova Esperança I.

A gente está aqui produzindo para uma CSA e está muito bom. É uma dinâmica diferente. Até que eu tive sorte, eu diria assim muita sorte de estar produzindo para um grupo de famílias da nossa CSA. Eu sinceramente gostaria que todos os agricultores assentados ou todos os agricultores familiares do Brasil tivessem uma CSA porque dá muita tranquilidade. Eu acho que o grande desafio para um agricultor familiar é você produzir e depois não ter onde comercializar, então o CSA dá uma estabilidade muito boa para uma família de agricultores (ALEX)

Observa-se que os agricultores consideram que suas condições de vida e renda melhoram quando se associam à CSA, em comparação à situação vivenciada anteriormente de dificuldade de comercialização dos produtos, pois há um grupo que se sensibiliza com suas necessidades e elabora o orçamento para atendê-las, trazendo segurança financeira. Assim o agricultor, com o amparo do grupo, tem a receita garantida em qualquer época do ano, não ficando sujeito à sazonalidade e às oscilações de mercado.

Ferreira Neto *et al.* (2015) explicam que o orçamento anual é decidido coletivamente pelos membros da CSA num ambiente democrático e participativo. O valor, além dos custos de produção, deve ser capaz de prover condições de vida dignas aos agricultores e suas famílias de modo a lhes propiciar uma estabilidade financeira. Todos esses valores são contabilizados no orçamento anual para posterior divisão pelos membros da comunidade.

No entanto, ainda que as experiências de Valter e Alex sejam bem sucedidas, cabe observar que, segundo Barbosa (2007, p. 23), essa “suposta autonomização civil com o lema ‘a sociedade por conta própria’” possui limitações evidentes e não se configura na solução para a fixação de grandes massas camponesas nas áreas rurais.

Nesse sentido, Junqueira e Moretti (2018) lembram que a CSA encontra dificuldades para atingir a contingentes populacionais de baixa renda que não tem as sobras financeiras para arcar com a valorização dos produtos defendida pelo modelo. Além disso, o espalhamento do modelo vincula-se à necessidade de um processo de conscientização dos consumidores que os permitam assumir as responsabilidades

inerentes a um coagricultor da CSA e que, entre outras, incluem financiar a produção, partilhar os riscos e participar do planeamento e da distribuição dos alimentos.

No entanto, Torunsky, Ferreira Neto e Amorim (2015) alertam que muitos consumidores não se adaptam à ruptura com o sistema convencional ou não estão dispostos a praticar sistematicamente as diretrizes da CSA.

O modelo de CSA propõe mudanças em uma estrutura já muito enraizada na sociedade, que vai desde a aceitação do que a terra está produzindo à compreensão da sazonalidade (retirando assim o poder de escolha); além da prática do pagamento antecipado e o contato com plantas alimentícias não convencionais (PANC's). Acima de tudo, os membros precisam se adaptar ao fato de que não sabem - e nem lhes deve importar - quanto custa um pé de alface, pois este agora não tem preço, e sim rosto (TORUNSKY; FERREIRA NETO; AMORIM, 2015, s/p).

De modo que, especialmente em seu início, muitas CSAs sofrem com a rotatividade de coagricultores. Os agricultores sugerem um tempo mínimo de permanência dos coagricultores, contudo, trata-se apenas de um acordo informal e, conseqüentemente, sem obrigatoriedade de ser cumprido.

Esse é um assunto que perpassa a questão da cultura do consumidor. Quanto mais o consumidor compreender o papel que lhe cabe no projeto e se tornar de fato um coagricultor, tão menores serão os conflitos, ainda que em grupos eles jamais sejam, e nem deveriam, eliminados.

O fato é que não há garantias práticas ao agricultor, já que não há um contrato formal de adesão e, na prática, o consumidor está livre para abandonar o projeto a qualquer tempo, sem conseqüências. Portanto, uma CSA está baseada fundamentalmente na relação de confiança que se estabelece entre agricultores e coagricultores (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2018).

Para tentar causar menos impacto na alimentação e facilitar a adaptação dos consumidores acostumados ao modelo convencional, os agricultores, na medida do possível, procuram plantar alimentos que lhes agradem. Porém, a produção agroecológica se dá de forma sazonal, e não a qualquer tempo como o sistema convencional que utiliza agrotóxicos e fertilizantes para adiantar a produção. Além disso, como a CSA busca resgatar a cultura alimentar regional, faz-se questão de incluir uma maior variedade de alimentos e PANCs que trazem como conseqüência a recuperação das práticas alimentares tradicionais (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

De toda sorte, a decisão sobre os produtos a serem cultivados, assim como outras decisões, segue o princípio da autogestão, ou seja, é tomada democraticamente pelo grupo.

Na maioria das vezes, no entanto, os coagricultores acatam a sugestão dos agricultores por confiarem em sua experiência (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

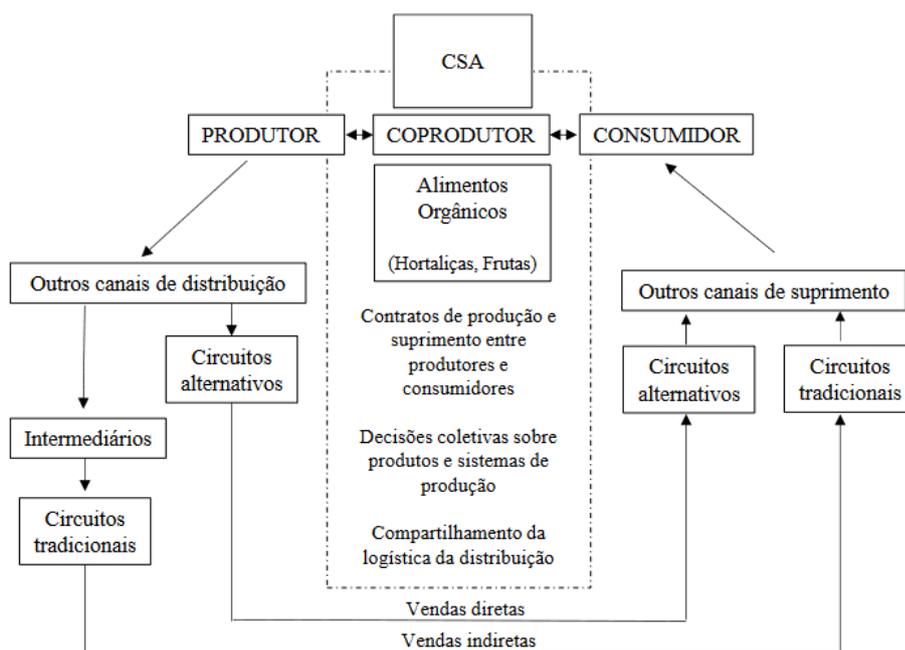
As dificuldades na produção não são poucas. Além do alto volume de trabalho na horta, há o compromisso de entregar uma cesta de produtos com aproximadamente 10 itens toda semana. O planejamento é cuidadoso para que não falem itens ou que eles se repitam constantemente na cesta. Assim, é necessário cultivar simultaneamente uma variedade muito maior de produtos (entre 30 e 40) para que seja possível respeitar o tempo e as especificidades de cada um deles.

Com relação à distribuição da produção das CSAs do Assentamento Nova Esperança I, basicamente os produtos são retirados pelos coagricultores de duas formas. Na primeira, os coagricultores que ajudam na colheita semanal e montagem das cestas levam as suas para a casa ao final do dia de trabalho. O restante dos coagricultores busca sua cesta em dia e local pré-estabelecidos pelo grupo.

No entanto, não há roteiro ou regras rígidas em uma CSA. Tudo se adapta ao grupo que se forma. A ideia é que cada sítio seja um organismo agrícola, portanto, único. Cada CSA é uma escultura social que vai se moldando a seus membros e por eles sendo moldada ao logo do tempo.

Para encerrar este debate, sem a pretensão de esgotá-lo, apresenta-se a figura 4 na qual se visualiza o lugar da CSA no atual mercado agroalimentar brasileiro. Percebe-se que sua autonomia perante as estruturas dominantes do mercado pode ser classificada como parcial e relativa (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

Figura 4: Síntese da estrutura da CSA



Fonte: Junqueira e Moretti (2018)

A síntese expressa na Figura 3 indica que o modelo da CSA abarca formas próprias da lógica do mercado assim como formas de gestão compartilhada inerente à economia solidária.

Nesse sentido, constatamos que o modelo também possui contradições tendo em conta a junção de perspectivas antagônicas, fato que expõe as grandes dificuldades à sua adesão, sobretudo pelos setores da sociedade que defendem a reforma agrária como estratégia fundante para a transformação social.

3. Considerações finais

O artigo que ora concluímos, parte de nossa pesquisa de mestrado, se dispôs a investigar duas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) formadas em torno de agricultores familiares assentados da reforma agrária, no município de São José dos Campos, como alternativa às dificuldades encontradas na região para o estabelecimento de uma cooperativa, a forma de economia solidária mais incentivada pelo MST.

No assentamento estudado, constata-se que o cooperativismo *stricto sensu* vem perdendo espaço e, assim, a CSA, com seu modelo híbrido de economia solidária e empreendedorismo, emerge como alternativa para os agricultores familiares, merecendo, portanto, estudos envolvendo outros assentamentos pelo Brasil afora para se confirmar ou refutar essa tendência.

A análise da questão agrária e fundiária no Brasil mostra a correlação de forças desfavoráveis aos agricultores familiares e às propostas de reforma agrária frente ao agronegócio que, apesar das virtudes da economia solidária no sentido de minimizar os danos inerentes ao modo de produção capitalista, são insuficientes para sua superação.

De modo que iniciativas econômicas solidárias como o MST e CSA procuram construir alternativas para amenizar os efeitos deletérios do capitalismo, sem romper com ele, ainda que o MST, por meio da defesa da reforma agrária, busque a construção a redistribuição da terra, diferentemente da CSA que não almeja transformações dessa ordem.

O ponto de interseção entre MST e CSA, podemos assim dizer, concentra-se no fato de ambos buscarem formas de produção e comercialização priorizando: 1) a produção coletivizada entre produtores, 2) a agricultura familiar e 3) a produção orgânica, por meio da agroecologia.

O sucesso das iniciativas econômicas solidárias em curso no Assentamento Nova Esperança I não esconde o fato de que o modelo de CSA ainda enfrenta dificuldades por conta de sua estrutura na qual não há relação formal entre agricultores e coagricultores, fato que permite desistências no percurso e afeta o orçamento da comunidade. Essa questão, por sua vez, suscita questionamentos sobre a sua natureza, ou seja, trata-se ou não de economia solidária.

Evidentemente, a experiência da CSA consegue promover melhorias na vida de trabalhadoras e trabalhadores assentados da reforma agrária, porém, é certo também que ainda envolve um número reduzido de pessoas em relações de consumo e certo grau de elitização.

Fica claro ainda que o alcance da CSA é limitado diante das forças do mercado tradicional, uma vez que as iniciativas econômicas solidárias são impactadas pela lógica do mercado. Porém, diante do desmonte das políticas públicas para a economia solidária, atualmente em curso, a articulação entre MST e CSA surge como alternativa aos assentados da reforma agrária.

Não obstante, apesar do êxito destas experiências, elas não substituem as necessárias políticas públicas voltadas para reforma agrária e a economia solidária. Os participantes da pesquisa percebem tais limites e, ainda assim, persistem na luta cotidiana, visando vencer o capitalismo, acreditando que ele não é invencível ou para sempre.

Ao finalizarmos este artigo, concluímos que, na questão agrária, é importante encontrar soluções cada vez mais coletivas, visando a construção de nova ordem social na qual o acesso à terra, à moradia, à alimentação, ao trabalho e à cultura não seja privilégio de alguns, mas direito de todos.

Referências

AMORIM, A. N. **Economia Solidária: princípios e contradições**. Dissertação (Mestrado) em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010

ANDRIOLO, J. L. **Olericultura geral**. 3 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2017.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

- BERTOLAIA, D.; QUEDA, O.; RIBEIRO, M. L. Comunidades Que Sustentam a Agricultura (CSAs): Materializando o Associativismo Sustentável e a Economia Solidária? **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 57, 2021.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 221-243, 2013.
- BRISOLA, E. M. A; MARCONDES, N. A A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, 2011.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estud. av.**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 207-224, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>
- CARVALHO, C. D. *et al.* Agroecologia e economia solidária. In: Embrapa Meio Ambiente-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2006, Belo Horizonte. Construindo horizontes sustentáveis: anais. Belo Horizonte, CBA, 2006. p. 1-4., 2006.
- CARTER, M.; CARVALHO, H. M. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- CHAVANTE B. S. O. *et al.* **Circuito curto de comercialização de alimentos orgânicos: encurtando caminhos entre produtores e consumidores**. Castanhal: IFPA, 2019.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Atualidade da questão da terra no brasil: embates e ressignificações. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e sociedade**, v. 8, n. 1, p. 3-16, 1999.
- DUARTE, K. A. Serviço Social e Questão Agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10995> Acesso em set. 2021
- FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. – São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- FERREIRA NETO, D. N. *et al.* Financiamento da produção agroecológica a partir do modelo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura): um panorama no estado de São Paulo. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, mai. 2015. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18005/13015>>. Acesso em: 15 set. 2021.
- FREYRE G. **Rurbanização: que é?** Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana. Recife: 1982.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia Social. Disponível em <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/tecnologia-social>. Acesso em fev. 2022

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 517-538, 2018.

LAVILLE, J. L., GAIGER, L.I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P. *et al.* (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MARCONDES, N. A. V; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, p. 201 - 208, jul. 2014. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em jun. 2020

MARQUES FILHO, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3 ed. revista. Campinas, Ed. da Unicamp, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, Os Economistas, livro I, tomo 2, 1996.

MELO, A. M.; FREITAS, A. F.; CALBINO, D. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): panorama das pesquisas brasileiras. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 82-99, 2020.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n.1, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?lang=pt&format=html>. Acesso em fev. 2022.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. Análise do processo de elaboração de planos de desenvolvimento de assentamentos rurais do semiárido nordestino. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 395-415, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação**, n. 8. 2.ed. São Paulo, 1997

MOTA, A. A. A Questão da terra no Vale do Paraíba: História de um Assentamento do MST. **Espaço Plural**, v. 12, n. 24, p. 38-50, 2011.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 213-240, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FtqqWfKDNQxskyfMFxMgPmG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NEPOMUCENO, S. D. B. 2018. **Legislações antiterroristas e criminalização de movimentos populares latino-americanos pós 11 de setembro: aplicação e riscos**. 2018 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.

- POHLMANN, H. Homem ocidental - homem oriental: Community Supported Agriculture como escultura social. **Palíndromo**, v.4, p.51-63, 2012.
- RIBEIRO, S. L. S. Educação e formação: bandeiras de luta para um movimento social. **Trabalho & Educação (UFMG)**. v.21, p.207-217, 2012.
- RIEHELMANN, C. C. 2006. **Rurbanização, desenvolvimento e vida: o caso do Assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos: perspectivas para o planejamento urbano e regional**. 2006 Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.
- RODRIGUES, S. N. R.; COSTA, B. L. PRIORE, S. E. Economia solidária, agricultura familiar e agroecologia. **Otra Economía**, v. 14, n. 26, p. 49-61, 2021.
- SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.
- SANTOS, W. F.; SPALDING, T. A.; OLIVEIRA, J. B. **Circuitos curtos de comercialização: a experiência da CSA**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), 2021.
- SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativa. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (ORG.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- SEVERINO, M. R. **Organização e processo de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 1, 1997.
- SILVA, P. R. P. 2004. **MST, habitus e campo educacional: plantando as sementes de uma educação libertadora**. Tese de Doutorado, UFRN, Natal, 2004.
- SILVA JÚNIOR, E. C. et al. Comércio justo e gestão ambiental para a sustentabilidade: o caso de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 35, n. 1, p. 11-36, 2018.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- STÉDILE, J. P. O MST e a questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, v. 11, p. 31, 1997.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.
- TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em Pauta**, Rio de

Janeiro 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36687>. Acesso em out. 2021.

TORUNSKY, F., FERREIRA NETO, D. N., AMORIM, J.O.L. CSA: Comunidade que Sustenta Agricultura, uma experiência em São Carlos. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, mai 2015. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18005/13614>>. Acesso em: 19 out. 2021.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DA INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E SANEAMENTO

Liliane Aparecida da Silva Marques

Alessandro Ferreira Alves

Rodrigo Franklin Frogeri

1. Introdução

Ribeiro (2018) descreve que o desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor de saneamento básico são de natureza complexa e envolvem fatores sociais, organizacionais, institucionais, legais e econômicos. Estes, por sua vez, interagem no processo de produção, difusão e uso de tecnologias e inovações, ressaltando, portanto, a complexidade da implantação de processos alinhados a tais fatores, na área de saneamento (RIBEIRO, 2018). Por outro lado, as políticas públicas priorizaram o saneamento, devido ao ágil crescimento urbano global, os reduzidos recursos e a precisão de administrá-los, com o objetivo de diminuir as diferenças na disponibilização dos serviços sanitários à sociedade (TUROLLA, 2012). As circunstâncias incentivaram as organizações de serviços sanitários a se inovarem, com tecnologias, planejamento, administração com eficiência e melhoria das aplicações de recursos (CARTER; TYRREL; HOWSAM, 1999).

Permeando o saneamento e a própria inovação, figura a sustentabilidade, em sua base tríplice (ambiental, social e econômica), conforme relatado por Barbieri *et al.* (2010) e Barbosa e Lopes (2018, p. 19). Esta torna-se notória nos serviços de saneamento, em conjunto com as ações inovadoras do setor. A inovação sustentável evidencia a divulgação de produtos, procedimentos ou estratégias administrativas eficazes e promove abordagens sociais, econômicas e ambientais. (BARBIERI *et al.*, 2010). O debate sobre sustentabilidade apresenta-se com eficácia na sociedade globalizada e também nas populações regionais, no âmbito das cidades e comunidades geograficamente distantes (MANTOVANELLI, 2019).

Visando as abordagens descritas, o trabalho busca responder à problemática: qual é a relação entre gestão de inovação, sustentabilidade e saneamento? O objetivo deste

estudo é analisar a relação gestão da inovação *versus* sustentabilidade em empresas de saneamento básico, sendo que a primeira busca inovar para atender ao mercado, e a segunda enfatiza aspectos socioambientais.

A relevância do presente estudo justifica-se por meio da abordagem social, que se manifesta na interdisciplinaridade da Gestão da Inovação no Saneamento Básico, tema que descreve a necessidade de gerir a inovação para aprimorar os serviços e processos.

A presente pesquisa aborda a triangulação dos temas Gestão da Inovação, sustentabilidade e saneamento, os quais fundamentam o estudo sobre a relação dos três temas, e os reflexos destes nos serviços prestados. Com isso, faz-se necessário abordar a compreensão da triangulação como a combinação de diferentes perspectivas teórica e epistemológica, que ajudam a superar as dificuldades e colaboram com o desenvolvimento do conhecimento (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015).

O trabalho aborda um estudo de caso com um ensaio teórico relacional dos três temas, identificando sua abordagem sustentável, pois, apesar das diferenças entre a gestão e a sustentabilidade, os assuntos se interagem para manter o tripé da sustentabilidade.

2. A interdisciplinaridade da gestão da inovação e sustentabilidade nas empresas de saneamento

As disparidades vividas pela humanidade pós-moderna diante o contexto global trouxeram a necessidade da lógica interdisciplinar, que almeja a conexão de diferentes ciências para transformar os anseios científicos, organizacionais e sociais.

Atualmente, a interdisciplinaridade aborda uma perspectiva epistemológica e metodológica de interação de diversos saberes, em busca de soluções para os desafios impostos pelas mudanças humanitárias com influência do capital, fatos sociais, econômicos e tecnológicos. (CARVALHO; OLIVEIRA; GODINHO, 2019).

Nota-se a relevância da interdisciplinaridade e gestão da inovação no saneamento básico, haja vista tratar-se de conceitos sociais, políticas públicas, saúde, economia e desenvolvimento de regiões, fazendo-se necessário inovar para garantir a universalização da oferta de serviços eficazes.

O termo “Desenvolvimento sustentável” tem origem antiga e complexa, porém ganhou popularidade na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, no Rio de Janeiro (BARBIERI *et al.*, 2010).

Para assegurar a sustentabilidade urbanística e favoráveis condições de vida, Ribeiro (2018) afirma que o saneamento básico relaciona as condições ambientais à saúde pública, previne doenças e oferece melhores condições do planejamento urbano, salubridade da expansão das cidades e obras de drenagem, e de canalização, que proporcionam melhores condições de higiene e saúde pública. Scott *et al.* (2019, p. 1) relatam que “a rápida urbanização exige integração do planejamento e prestação de serviços básicos para que as cidades sejam sustentáveis, saudáveis e seguras.”

Como aponta Machado (2016), as definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável possuem diferentes enfoques, como diversos aspectos ambientais, sociais e econômicos que atendem a sociedade em amplas abordagens.

2.1 A Importância da Gestão da Inovação e Sustentabilidade nas Empresas de Saneamento

A água, considerada o mais importante recurso natural necessário à vida (inclusive a humana), marca o contexto histórico e ainda carece de melhor atenção da sociedade quanto à sua qualidade (PORTUGAL JÚNIOR, 2016). Esta substância é essencial na maioria de nossas atividades diárias, tais como banho, limpeza, preparo de alimentos e lavagem de louças; é matéria-prima indispensável para a agricultura, pecuária e na maioria das indústrias; está presente nas atividades de limpeza, manutenção e em quase tudo que fazemos (OECD, 2005).

Reis e Ramos (2019) descrevem que a prestação de serviço qualificado e o eficaz beneficiamento de água é um anseio primário da sociedade. A fim de compreender a dinâmica da prestação destes serviços, pode-se considerar o disposto por Pereira e Silva (2010), que estabelecem o sistema de esgotamento sanitário compreendido pelos procedimentos que os resíduos das casas transitam até serem direcionados aos tratamentos que estão de acordo com as normas legais (PEREIRA; SILVA, 2010).

Reis e Ramos (2019) abordam que uma sistemática telemétrica (transmissão de dados via sistema) proporciona a eficácia do processamento das informações e a eficiência da metodologia de distribuição de água, o que indiretamente pode colaborar também na sustentabilidade do serviço e do seu prestador. Nessa perspectiva, a administração em tempo real é indispensável aos parâmetros ambientais e fiscalizadores, e instituições normativas. Por meio desta conjuntura, nota-se o uso da transmissão de dados via sistemática telemétrica com a praticidade da informação, assim como a

segurança do sistema, técnicas administrativas e eficácia na produção (PEREZ; ZWICKER, 2010).

Algumas iniciativas, como a da SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), já afloram resultados importantes na área de saneamento, através da integração dos serviços com inovação e sustentabilidade. A empresa menciona que a inovação faz parte de seu planejamento estratégico, e inclusive criou uma setorização especificamente para coordenar as atividades relacionadas ao desenvolvimento técnico-científico e de inovação da empresa, sendo instituídas, inclusive, premiações para incentivar tais atividades e projetos a elas vinculados (SANEPAR, 2019).

Além disso, duas empresas de saneamento (SANEPAR e AEGEA) figuraram entre as 5 posições de destaque do “Prêmio Valor Inovação”, entre os anos de 2017 a 2019 (STRATEGY&, 2020, s/p.), demonstrando que, apesar de todo o desafio existente, algumas iniciativas já se apresentam promissoras.

Vale notar a importância de as empresas de saneamento inovarem e serem promissoras de sustentabilidade, em aspectos ambientais (preservação e manutenção do ecossistema), econômicos (geração de valores para a economia) e sociais (valores sociais aos indivíduos). Moreira *et al.* (2019) abordam a necessidade de verificar a importância dos reflexos que a inovação produz no âmbito da satisfação e anseios sociais, como articuladora de atributos que visem ao desejo das pessoas.

O século XIX foi marcado pelo saneamento como ferramenta de auxílio para o desenvolvimento (FUNASA, 2004), com o Estado passando a exercer a administração do saneamento, sendo esta marcada pela concessão dos serviços às empresas privadas. Houve a ampliação do sistema coletivo de água e esgoto no século XX, estabelecendo mais ligações entre saneamento e saúde.

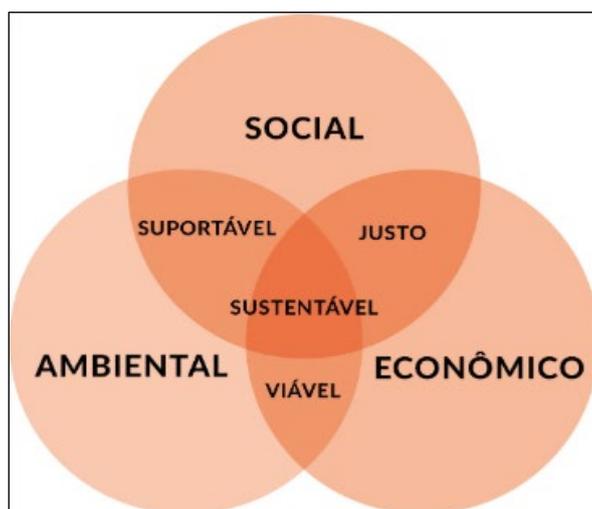
3. Resultados e discussão

O Instituto Trata Brasil (2017) aborda que a disponibilização de tratamento da água e do esgoto e coleta de lixo é essencial para a redução de doenças e mortalidade infantil, além de impactar diretamente no desenvolvimento econômico, turismo e na classificação econômica dos países. De acordo com as Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), com a pandemia da Covid-19, ficou evidente a importância do saneamento e da água potável para prevenir e reduzir a disseminação de patógenos e prevenir infecções, incluindo o vírus SARS CoV-2 (ONU, 2020, s/p.).

A sustentabilidade é essencial para manter o presente e o futuro da sociedade, com a preservação do meio ambiente e seus reflexos econômicos. Com isso, Barbosa e Lopes (2018) relatam que a sustentabilidade necessita do equilíbrio de conhecimentos sociais, ambientais e econômicos (*triple bottom line*) e a relação entre eles.

A Figura 1 ilustra estes três pilares e reforça que, para ser sustentável, algo deve ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente suportável.

Figura 1 - Três pilares da sustentabilidade

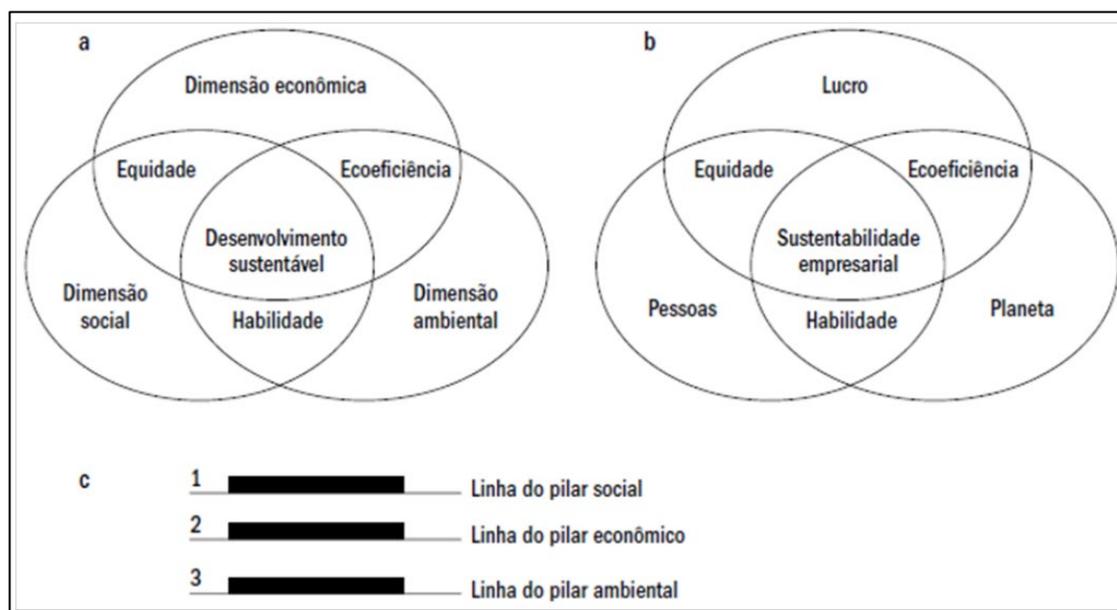


Fonte: Barbosa e Lopes (2018, p. 19).

O tripé da sustentabilidade organizacional relaciona aspectos sociais, ambientais e econômicos com ações sociais e ambientais sustentáveis, relações de trabalhos e negociações justas e viáveis à sociedade e que preservem o meio ambiente, proporcionando resultados financeiros e econômicos à organização e à sociedade no intuito de obter transações ecoeficientes que forneçam bens e serviços sustentáveis, tentando reduzir os impactos ao meio ambiente e tornar as empresas financeiramente sustentáveis.

A Figura 2 demonstra o incentivo do processo criativo com inovações sustentáveis, aproveitando nichos sustentáveis, como sistemas de três dimensões para as organizações, através de energias sustentáveis e produções ecológicas.

Figura 2 - Desenvolvimento Sustentável – representações



Fonte: Barbieri *et al.* (2010, p 152).

Por meio da figura 2, Barbieri *et al.* (2010) apresentam a importância da conjuntura formada pela economia, meio ambiente e sociedade, para que seja possível colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável. Observa-se também que, no aspecto organizacional, a ecoeficiência, a equidade e a habilidade são fatores moderadores para atingir o progresso da sustentabilidade empresarial.

Também é possível notar por meio da figura, que o desenvolvimento empresarial sustentável se relaciona com os fatores sociais, econômicos e ambientais, os quais mantêm a sinergia para a obtenção da sustentabilidade organizacional. As dimensões econômica e social promovem a execução dos planos estratégicos e de lucros, os quais refletem no desenvolvimento de uma região, saúde, educação, infraestrutura e renda para as famílias. Já a dimensão ambiental identifica-se por meio da execução dos objetivos empresariais, os quais refletem no ecossistema, na vida e no planeta para as próximas gerações, necessitando de projetos organizacionais para manter e preservar o meio ambiente.

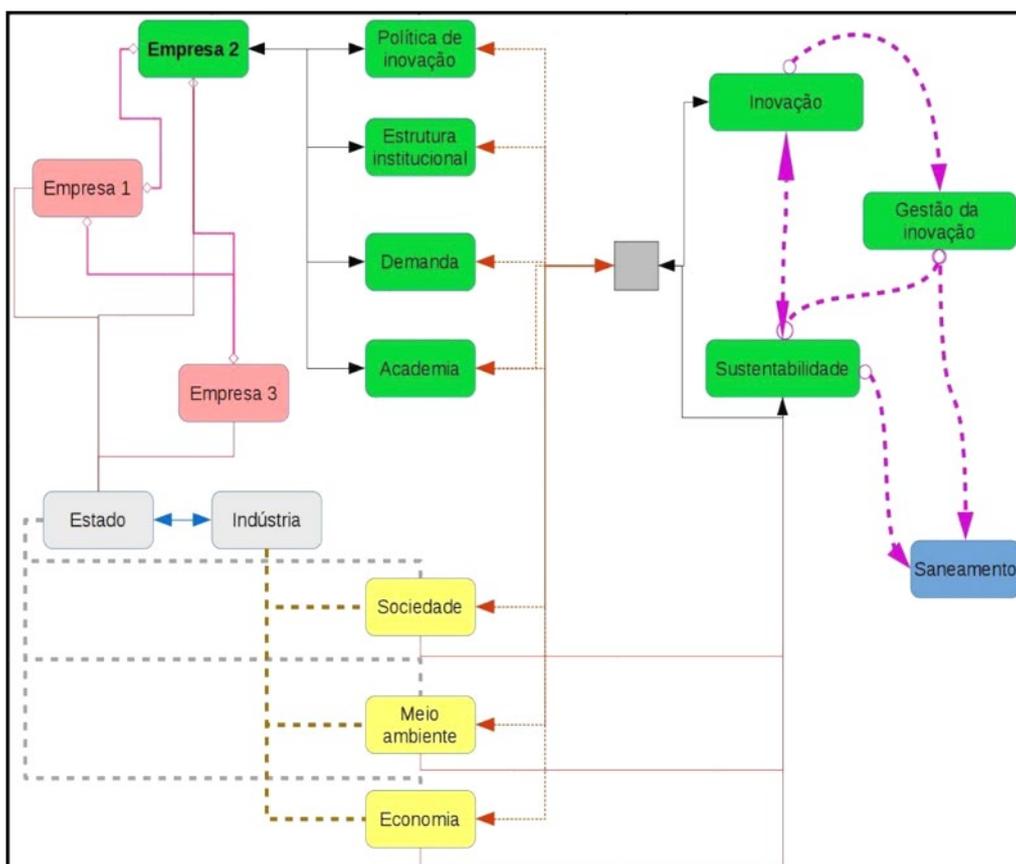
Lahoz e Duarte (2014) discutem que a lei 11.445/2007 institui as normas nacionais para as atividades de saneamento, tratando de princípios como a universalização de acesso; a universalidade do serviço; adequação às políticas relacionadas à higiene e prevenção de doenças, condições ambientais, seguridade, existência humana e aos bens governamentais e particulares. Essas normas evidenciam procedimentos sobre as particularidades regionais, melhores condições à população, eficiência e sustentabilidade econômica; utiliza-se de inovações tecnológicas, proporcionando transparência das ações; compreende as

características da sociedade, relacionando as estruturas e prestação de serviços com a administração dos recursos hídricos.

O acesso da população ao saneamento reflete na saúde pública, bem-estar social e meio ambiente. Nota-se que o saneamento integra as condições mínimas de vida e de dignidade da humanidade (CARCARA; SILVA; MOITA NETO, 2019). Entretanto, sustentar os investimentos e garantir a qualidade dos serviços são tarefas complexas e que exigem gestão eficiente por parte daqueles responsáveis pela tarefa de dirigir as prestadoras de serviço de saneamento. De acordo com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA, a sustentabilidade das administradoras de saneamento depende da interação das gestões interna e territorial, e tem como propósito os êxitos técnico, econômico e social e a colaboração dos usuários na administração dos serviços, além do desenvolvimento sustentável do ecossistema (SNSA, 2013).

A Figura 3 demonstra a interação da Gestão da Inovação, sustentabilidade e saneamento básico, abordados neste trabalho.

Figura 3 - Representação gráfica das relações entre gestão da inovação, sustentabilidade e saneamento discutidas neste trabalho



Fonte: Marques *et al.* (2020, p. 22).

A representação gráfica apresenta a inter-relação das organizações e, com o auxílio do Estado, busca por instituições de pesquisa que auxiliem no desenvolvimento de políticas de inovação e estrutura institucional, que por sua vez inovam produtos e processos e sofrem interferências do mercado. Os atuais processos de inovação das organizações estimulam a economia, os aspectos sociais e sustentáveis, o desenvolvimento da sociedade e a preservação do ecossistema. Já as empresas de saneamento básico utilizam tecnologias, gestão da inovação em seus produtos e processos e práticas sustentáveis para ofertar seus serviços de maneira eficiente, causando menos danos ao ecossistema.

O Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico – SNIS – aborda que Minas Gerais apresenta índice médio (ano de referência 2018) de atendimento urbano por rede de água com valores acima de 90%, e o índice médio de atendimento urbano com rede coletora de esgotos acima de 70% (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2019).

Para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2018), a Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha para erradicar a pobreza e proteger o planeta por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até o ano de 2030, as quais destacam a oferta de água em condições de consumo humano, eficiência na utilização da água, tratamento de efluentes e reuso com a utilização de tecnologia e esgotamento sanitário.

O planejamento da gestão da água por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ultrapassa a gestão eficiente dos recursos naturais, pois necessita de políticas públicas que orientem a população sobre o uso consciente, a reutilização da água e os reflexos das atitudes conscientes da população, no ecossistema e futuro da sociedade.

A Constituição Federal (BRASIL, 2019) e a Lei nº 11.445/07 (BRASIL, 2007) garantem o direito ao saneamento a todos os brasileiros. Entretanto, dados do Instituto Trata Brasil, de 2019, revelam, que neste ano, apenas 54,1% da população brasileira possuíam os serviços de coleta de esgoto, e somente 49,1% do esgoto do país eram tratados (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2020). No mesmo ano, 83,7% da população brasileira tinham acesso à água tratada (PAINEL SANEAMENTO BRASIL, 2020). Os dados da realidade, em contraponto à legislação e à necessidade social, traduzem a dimensão dos problemas que o país precisa enfrentar para chegar à universalização do saneamento. Nessa esfera, cabe citar a conclusão de Ribeiro (2018, p. 34): “as organizações, estabelecidas em um ambiente em constante mudança, precisam criar

habilidades para sobreviver e crescer”. Assim, as organizações que trabalham com a oferta de atividades de saneamento necessitam da inovação para ter habilidades e alcançar o objetivo de ofertar serviços de saneamento a todos. Por conseguinte, deverão ser sustentáveis, para se manter e preservar o meio ambiente.

Aguiar *et al.* (2018) relatam que o desenvolvimento sustentável relaciona as tecnologias, progresso industrial e urbano, mas também é indispensável relacionar a preservação ambiental, prevenção de doenças e qualidade de vida da sociedade.

Almeida, Silveira e Engel (2020) destacam a importância de os governos locais terem diferentes previsões de políticas adotadas, que deem opção de inovar e contribuam para resolver questões ambientais.

4. Conclusão

As organizações de saneamento utilizam da gestão da inovação e sustentabilidade com a superação de fatores sociais complexos, como as políticas públicas de oferta dos serviços, leis que regem a prestação de serviços e os reflexos desses serviços na infraestrutura econômica das regiões.

Também, nota-se a perspectiva epistemológica da relação das três temáticas, pois, com o crescimento populacional e a escassez de recursos naturais, tornou-se ainda mais necessário inovar os processos e a prestação dos serviços de saneamento para ofertar os serviços, que visem políticas públicas de saneamento, planejamento urbano e saúde, auxílio na infraestrutura do ecossistema e o desenvolvimento econômico e sustentável das regiões.

Conclui-se que as empresas de saneamento precisam inovar seus processos, procedimentos para ofertar serviços de saneamento à sociedade de maneira que causem menos danos ao meio ambiente, disponibilize serviços que promovam a saúde pública de acordo com políticas públicas de eficiência destes serviços.

Referências

AGUIAR, M. M. *et al.* Saneamento básico e sustentabilidade: possibilidades educativas na contemporaneidade. **Revista Percursos**. Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 107 – 124, set./dez. 2018. DOI: 10.5965/1984724619412018107. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724619412018107>. Acesso em 04 out. 2020.

ALMEIDA, G. G. F.; SILVEIRA, R. C. E.; ENGEL, V. Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos: Contribuição ao Debate da Sustentabilidade Ambiental. **Future Studies Research Journal: Trends and**

Strategies [FSRJ], [S.l.], v. 12, n. 2, p. 289-310, maio 2020. DOI: 10.24023/FutureJournal/2175-5825/2020.v12i2.445. ISSN 2175-5825. Disponível em: <https://www.revistafuture.org/FSRJ/article/view/445>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./jun. 2010. DOI: 10.1590/S0034-75902010000200002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902010000200002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 jun. 2020.

BARBOSA, C.; LOPES, S. **Sustentabilidade: gestão estratégica na prática**. Conheça o modelo GES e conecte o lucro com os impactos socioambientais. Rio de Janeiro: Brasport, 2018. *E-book*. 217 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/167978/epub/0?code=V1HbMVdNzkA6B/9pzdXQyDST+dmejFB/zvd0/8wCOIcXlgOA5H4eQQdi+IGsAyZlJoOPcmdyD52TE4cWvqtzw>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2019. 579 p. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico [...]. Câmara dos Deputados: Brasília, 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em 12 abr. 2020

CARCARA, M. S. M.; SILVA, E. A.; MOITA NETO, J. M. Saneamento básico como dignidade humana: entre o mínimo existencial e a reserva do possível. **Engenharia Sanitária Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 493-500, 2019. DOI:10.1590/s1413-41522 019183905. ISSN 1809-4457. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/6jszjffmQtkmPhmpzWvKF5t/?lang=pt>. Acesso em 26 Abr. 2021.

CARTER, R. C.; TYRREL, S.; HOWSAM, P. **The impact and sustainability of community water supply and sanitation programmes in developing countries**. *Water and Environment Journal*, v. 13, n. 4, p. 292-296, ago./1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/2395919_Impact_And_Sustainability_Of_Community_Water_Supply_And_Sanitation_Programmes_In_Developing_Countries. Acesso em 11 jun. 2020.

CARVALHO, J. F. S.; OLIVEIRA, J. L. C.; GODINHO, C. S. A interdisciplinaridade como uma nova proposta para os estudos da ciência, tecnologia e inovação. *Mogi das Cruzes*, v. 8, n. 3, p. 1-18, jun. 2019. *Diálogos Interdisciplinares*, 8(3). ISSN 2317-3793. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/640>. Acesso em: 23 jan. 2021.

FUNASA (Fundação Nacional de Saúde. **100 anos de Saúde Pública: a visão da Funasa**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. E-book (232 p.). Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro_100-anos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **5 benefícios que o saneamento básico pode trazer**. 2017. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2017/08/10/5-beneficios-que-o-saneamento-basico/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Trata Brasil – saneamento é saúde. Esgoto**. 2020. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>. Acesso em: 18 abr. 2021.

LAHOZ, R.; DUARTE, F. A universalização do serviço público de saneamento básico e a efetividade do direito fundamental à saúde. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**. [s.l.], v. 14, n. 23, dez./2014. DOI: 10.31512/rdj.v14i23.1524. Disponível em: http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/1524. Acesso em: 04 jun. 2020.

MACHADO, D. Q. **Gestão da inovação e sustentabilidade: proposição de um quadro de análise e sua aplicação em uma instituição de ensino superior**. 2016. 441 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=97062>. Acesso em 27 abr. 2020.

MANTOVANELLI, A. **Observatório de sustentabilidade - aprendizagem e inovação para a gestão urbana**. 2019. 284 p. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019. DOI: 10.11606/T.18.2019.tde-30092019-113207. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-30092019-113207/pt-br.php>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MARQUES, L. A. S. *et. al.* Gestão da Inovação, Sustentabilidade e Saneamento: proposta de um ensaio teórico relacional. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DO GRUPO UNIS, 2020. **Anais eletrônicos** [...] Varginha (MG) UNIS-MG, 2020. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/vci2020/256814?ecd=1&utm_source=doi-even3-participante&utm_medium=site&utm_campaign=DOI%202019. Acesso em: 08 ago. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Secretaria Nacional de Saneamento). **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto – 2018**. Brasília: SNS/MDR, 2019. 180 p. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2018/Diagnostico_AE2018.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Agenda 2030 - ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: proposta de adequação**. Brasília: IPEA, 2018. E-book: 502 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8636/1/Agenda%202030%20ODS%20Metas%20Nac%20dos%20Obj%20de%20Desenv%20Susten%202018.pdf>. Acesso em: 13/04/2020.

MOREIRA, R. A. *et al.* Apontamentos de Demandas para Inovação Social: uma experiência piloto. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 10, n. 18, p. 05-12, mai./out. 2019. DOI: 10.9771/ns.v10i18.31460. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31460>. Acesso em: 19 nov. 2020.

OECD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). **Manual de Oslo**. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Trad.: Flávio Gouveia (FINEP). 3ª ed.; 2005. Disponível em: <https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em 02 jun. 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Goal 6: Ensure access to water and sanitation for all. Sustainable Development Goals**. 2020. Disponível: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-and-sanitation/>. Acesso em: 29 ago. 2020.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL - Instituto Trata Brasil. **Explore os indicadores por ano. Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2019&SE%5Bo%5D=a>. Acesso em 18 abr. 2021.

PEREIRA, J. A. R.; SILVA, J. M. S. **Rede coletora de esgoto sanitário - projeto, construção e operação**. 2ª ed. GOHS/UFPA, 2010.

PEREZ, G.; ZWICKER, R. Fatores determinantes da adoção de sistemas de informação na área de saúde: um estudo sobre o prontuário médico eletrônico. **Revista Administração Mackenzie – RAM (Online)**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 174-200, jan.-fev./2010. DOI: 10.15 90/S1678-69712010000100008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712010000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso: 15 jul. 2020.

PORTUGAL JÚNIOR, P.S. **A controvérsia sobre as águas: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos**. 2016. 190 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305638>. Acesso em: 30 ago. 2020.

REIS, F. B. O.; RAMOS, M. R. **Gestão online de processos operacionais: inovação incremental no sistema de saneamento básico**. Enciclopédia Biosfera – Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 16, n. 29, p. 906, jun. 2019. DOI: 10.18677/EnciBio_2019A73. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2019a/agrar/gestao%20online.pdf>. Acesso em 01 jun. 2020.

RIBEIRO, B. C. **Tecnologia e inovação no saneamento básico: uma análise das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) do Brasil**. 2018. 201 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334272>. Acesso em 20 abr. 2020.

SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná). **Inovação para a sustentabilidade a serviço do saneamento ambiental**. 1ª ed. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/publicacoes/livro-sustentabilidade-no-saneamento-ambiental.pdf>. Acesso em 12 jun. 2020.

SCOTT, R. *et al.* Integrating basic urban services for better sanitation outcomes. **Sustainability**, [s.l.], v. 11, n. 6706, p. 1-17, 2019. DOI: 10.3390/su11236706. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2134/11294933.v1>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SNSA (Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental). **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB**. 2013. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/plansab_texto_aprovado.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

STRATEGY& PART OF THE PWC NETWORK. **Prêmio Valor Inovação 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.strategyand.pwc.com/br/pt/inovacao-brasil.html#:~:text=O%20anu%C3%Alrio%20%E2%80%9CValor%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20Brasil,um%20dos%2023%20setores%20analizados>. Acesso em 12 jun. 2020.

TUROLLA, F. A. **Política de saneamento básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas**. IPEA, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=415. Acesso em 11 jun. 2020.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da Triangulação na pesquisa científica Brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241-273, 30 jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.238>. ISSN 2358-09 17. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238>. Acesso em: 18 abr. 2021.

O ENSINO MÉDIO EM FOCO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O CONTEXTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (2015-2021)

Bruno Luis Cardoso
Rachel Duarte Abdala
Mirian Cristina de Moura Garrido

1. Introdução

Das etapas educacionais previstas no sistema brasileiro, o Ensino Médio é o que provoca maiores discussões e controvérsias sobre seus sentidos, usos e identidades. Além das discussões inerentes a essa complexidade que se estende desde a sua criação na década de 1940, de acordo com Kuenzer (2001) e da dualidade estrutural (dimensão de ensino profissional e dimensão de ensino geral e também a dualidade entre ensino público ensino privado) que caracteriza esse nível de ensino, no decorrer do processo histórico há momentos nos quais os contextos evocam a discussão e convocam os posicionamentos político-pedagógicos. O processo de debates, da aprovação e da implementação da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, que instaurou uma nova percepção sobre o Ensino Médio foi um desses momentos.

No cenário político-pedagógico, há os que argumentam em prol de uma educação que prepare para o ingresso no Ensino Superior, os que defendem que deve ser garantida a condição de inserção do formado no mercado de trabalho e os que advogam um ensino como base para a prática da cidadania. Existem, ainda, aqueles que argumentam a viabilidade de um ensino que possa contemplar mais de uma dessas perspectivas mencionadas.

Para Kuenzer (2001):

Os textos oficiais e os elaborados pelos especialistas têm indicado ser a ambiguidade de um nível de ensino que, ao mesmo tempo tem de preparar para o mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos, a raiz dos males do Ensino Médio. Ou seja, o grande desafio enfrentado é a formulação de uma concepção de Ensino Médio que articule de forma competente essas duas dimensões.

A autora identifica esse aspecto como o que ela denomina de “dualidade estrutural”. E acrescenta, em uma análise, que o desafio se desdobra, pois superar essa dualidade em uma sociedade dividida e desigual o amplia.

Além das preocupações identitárias sobre este nível de ensino, sua condição de nível de ensino a ser “progressivamente universalizado”, como determinou a alteração da Constituição Federal realizada pela Emenda no.14 de 1996, o Ensino Médio desperta apreensão também pela desigualdade em sua oferta e efetiva difusão.

Os índices produzidos a respeito do Ensino Médio indicam um crescimento na oferta deste nível de ensino (taxa de escolarização entre 15 a 17 anos: de 87,2% em 2016 para 89,2% em 2019 (PNAD, 2019, p.4). Ainda assim, permanece a profunda desigualdade de acesso quando considerados os critérios socioeconômicos e regionais. O Sudeste, por exemplo, apresenta um número médio de anos de estudos de 10,1 para pessoas com 25 anos ou mais em 2019, enquanto a menor taxa registrada é de 8,1 no Nordeste (PNAD, 2019). O Plano Nacional da Educação, em sua Meta 3, define a universalização do Ensino Médio até 2024, porém, em 2019, nenhuma das regiões brasileiras havia alcançado a Meta; o Sudeste, que apresenta melhor desempenho neste critério, sofre com uma evasão de 21,5%, enquanto o Norte representa o pior desempenho, com 37,8% das pessoas entre 15 a 17 anos ausentes do Ensino Médio ou evadidos da escola (PNAD2019, p.8).

A Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios apresenta também os principais motivos apresentados pelos jovens para abandonar ou nunca ter ingressado no ensino escolar, sendo eles: a necessidade de trabalhar (39,1%), mencionada de forma equitativa entre homens e mulheres, mas atingindo a população negra 10% a mais que os brancos; a falta de interesse em estudar (24,1%); a gravidez (23,8%), apontadas pelas mulheres em maior volume, que ainda indicam a obrigação dos afazeres domésticos (11,5%) como obstáculo de sua permanência escolar (2019, p.11).

O cenário então é de “crise, apagão, ausência de sentido... estes são alguns termos utilizados por governantes, pesquisadores, jornalistas e representantes de organizações não governamentais ao analisar o Ensino Médio brasileiro. Docentes e estudantes falam em desinteresse, falta de qualidade, desmotivação” (KRAWCZYK, 2009, p.5). Ou seja, muitas são as dúvidas, as expectativas, as projeções sobre o Ensino Médio, como evidencia a citação e os dados explorados até aqui. Porém, questiona-se se esta visibilidade se reflete em produções científico-acadêmicas. Isto posto, o objetivo do artigo é compreender e demonstrar como se tem investigado este nível de ensino nas produções acadêmico-científicas.

O método utilizado é o da revisão integrativa da literatura (Cf. SOUZA et. al., 2010; WITTEMORE, 2005) que permite sumarizar pesquisas realizadas e elaborar

conclusões globais de um corpo da literatura a respeito de um elemento em específico, de antemão selecionado. Defende-se que, por intermédio deste esforço, torna-se possível compreender o panorama de um dado cenário e auxiliar na construção de pesquisas futuras.

Na arena de debates, que engloba a sociedade em geral, a dimensão política e as próprias comunidades escolares, as discussões são intensas e abrangentes. A questão que se coloca é: até que ponto e como esses debates se refletem na produção acadêmica sobre essa temática tão relevante no âmbito social e educacional?

2. Pesquisas acadêmicas sobre o ensino médio e a bncc

Para o levantamento da literatura, foi utilizada a base de dados *Portal de Periódicos Capes*, com a delimitação do que se havia disponível de artigos na *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), entre os anos de 2015 e 2022, publicados em português, que tenham sido revisados por pares e cujo acesso fosse livre. Como descritores, elegeram-se os termos “Ensino Médio”, “BNCC”, “História”, e suas combinações; que poderiam aparecer em qualquer campo do artigo, não exclusivamente no título ou assunto.

O retorno foi de 74 resultados, porém, desses, foram excluídos (por filtros da plataforma e de forma manual) os assuntos que faziam remissão à educação física, linguística, literacia e ensino fundamental, os artigos em língua estrangeira e documentos cujo o link não permitia acesso ao texto integral. Retornando a um total de 14 artigos, os quais efetivamente encontram-se dentro do escopo de interesse para a presente discussão.

Tabela 1. Relação de Artigos analisados, na ordem de aparição no Portal Capes

Título	Autores	Link
Os impactos da reforma do Ensino Médio em uma educação emancipadora e voltada para as humanidades	Juliana Silva Da Rocha Nickel; João Pedro Schmidt	http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta
Educação profissional no contexto das reformas curriculares para o Ensino Médio no Brasil	Ivanete Bellucci Pires de Almeida ; Sueli Soares dos Santos Batista	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6804
BNCC, componentes curriculares de História: perspectivas de superação do	Astrogildo Fernandes da Silva Júnior	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6776

eurocentrismo.		
Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível	Acacia Zeneida Kuenzer	https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?lang=pt
A reforma do Ensino Médio do governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres	Ronaldo Marcos Lima Araújo	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065
Uma História contestada: A História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017)	Douglas Mota Xavier de Lima	https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/87750
Competências gerais da base nacional comum curricular (BNCC): aspectos teóricos e ideológicos	Amanda Melchiotti Gonçalves; Roberto Antonio Deitos	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10678
A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes	Marcos Garcia Neira; Wilson Alviano Júnior; Déberson Ferreira de Almeida	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6807
A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC	Carolina de Moura Vasconcelos; Carlos Henrique Ferreira Magalhães; Telma Adriana Pacífico Martineli	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10726
A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito	Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6801
As novas tecnologias de informação e comunicação no contexto educacional das políticas públicas	Fabiane Freire França; Maria Luisa Furlan Costa; Renata Oliveira dos Santos	https://periodicos.sbu.unica.mp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654687
A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica	Regina Magna Bonifácio de Araujo; Maria Manuela Franco Esteves	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/15127
Políticas públicas para a educação no Brasil: do terceiro setor ao processo de privatização do ensino superior	Patrícia Lakchmi Leite Mertzig; Camila Tecla Morteau Mendonça; Maria Luisa Furlan Costa	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10781

Carta-manifesto ao companheiro Paulo Freire: a conjuntura neoconservadora, as (poucas) conquistas e a esperança na edificação de um novo modo de produção	Anderson dos Anjos Pereira Pena Clarice Zientarski	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/15795
---	---	---

Fonte: Produzido pelos pesquisadores (2022)

Chama a atenção que, destes artigos, nove foram publicados pela *Eccos - Revista Científica*, sendo quatro publicações parte do dossiê sobre a BNCC (número 41, publicação de 2016), um artigo no número 51 (2019), um artigo no número 52 (2020), dois artigos no número 58 (2021) e um artigo no número 59 (2021). A revista é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Nove de Julho, iniciada em 1999 e permanece ativa.⁴

Os outros cinco artigos são distribuídos cronologicamente: um artigo publicado pela *Argumeta Journal Law*, iniciativa da Universidade Estadual do Norte do Paraná (número 35, 2020); um artigo na *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, editada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (volume 25, 2020); um na *Revista Educação Temática Digital*, publicação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (volume 21, 2019, dossiê *Luta é verbo: Educação e Democracia*); um artigo na *Revista Anos 90*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (volume 23, 2019); um artigo na *Revista HOLOS*, publicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN (volume 8, 2018).

Observa-se ainda que, das publicações selecionadas, apenas o dossiê da *Revista Eccos* (composto por quatro artigos) é anterior à aprovação da Base Nacional Comum Curricular, ainda que o debate (acadêmico e midiático) sobre o corpo da legislação fosse alvo de críticas desde suas discussões, como atestam as publicações da Associação Nacional de História⁵, entidade de referência para os historiadores.

Os quatro textos, portanto, discutem a BNCC quando ainda na condição de política em gestação e, assim, exploram: os pontos de vistas dos que participaram das produção das duas primeiras versões do documento, narrando influências, efeitos e

⁴ Cf. **EccoS - Revista Científica**. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos> Acesso em: 21 abr 2022.

⁵ Cf. **BNCC - História**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia?start=14> Acesso em: 21 abr 2022.

intenções desses partícipes (NEIRA, ALVIANO JR, ALMEIDA, 2016); a relação implícita e explícita da diretriz curricular com relação à formação do jovem para o mercado de trabalho (ALMEIDA, BATISTA, 2016); os avanços e limites apresentados nas duas primeiras versões da BNCC e as ameaças ao processo democrático de discussão da normativa (MICARELLO, 2016); e, por fim, explora as possibilidades de superação do eurocentrismo dentro do texto como se apresentava na versão preliminar, indicando a existência de limites e de sinais de superação (SILVA JÚNIOR, 2016).

Observa-se que, mesmo dentro dos filtros estabelecidos pelos autores deste texto, há um panorama de diferentes perspectivas do documento da Base, enquanto texto em gestação visto pelos autores acima citados com desconfiança, mas também como documento que pode vir a oferecer possibilidades positivas na educação.

3. Ensino médio pós bncc: entre o debate e a prática

A seguir, são tecidas análises sobre os artigos selecionados e aqui apresentados por ordem cronológica.

Assim, inicia-se pelo artigo da *revista HOLOS*, publicado no ano de 2018. Nele, Ronaldo Araújo (2018) apresenta uma reflexão sobre o documento indicando aperceber-se do objetivo “real” da BNCC como planejada para “relativizar alguns conceitos importantes da educação nacional, tais como a educação básica, a educação gratuita e a profissionalização docente” (p.219). Para o autor, existe a possibilidade de a nova norma legislativa aprofundar a exclusão dos jovens de origem trabalhadora, distanciar a escola do seu papel de emancipação social-econômica, desvalorizar os docentes e fragilizar sua formação. O artigo realiza uma crítica à influência de interesses privados na flexibilização do currículo, visto por ele como parte da iniciativa neoliberal.

Em 2019, foram identificados três artigos publicados. Regina Araújo e Maria Esteves (2019) apresentam uma reflexão sobre a formação continuada de professores traçando comparações de seus percursos como professoras portuguesa e brasileira, respectivamente. A respeito da BNCC, as autoras indicam que parece não ter havido uma preocupação com os conhecimentos dos sujeitos atuantes no campo, prática que se dá dentro de um contexto de retrocessos em relação ao direito à educação (p.12).

O texto de Fabiana França et.al (2019), ainda que debruce sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), com especial atenção ao Ensino Superior, aponta reflexões sobre o Ensino Médio tangencialmente. De partida, as autoras indicam o uso das TDICs como ferramenta no combate aos retrocessos políticos que marcam o

sistema educacional, enumerando entre esses tanto a BNCC quanto o volume de desinformação que permeiam o ensino. No caso da Base, apontam a diferença substancial das primeiras duas versões para a sancionada pelo governo Michel Temer, indicando em especial, riscos de uma política que flexibiliza até 40% da formação a distância em cursos presenciais (FRANÇA, 2019, p.650). Ainda que não opere reflexões sobre o Ensino Médio, o artigo é interessante ao apontar outros problemas oriundos do texto da BNCC.

Por último, no ano de 2019, há o texto de Douglas Lima (2019), cuja reflexão é o embate da permanência ou exclusão dos conteúdos de História Medieval da BNCC. O texto é revelador da preocupação dos historiadores dos usos de seu campo de estudo e do lugar social dessas áreas de pesquisa e ensino, posto que mobilizou medievalistas (o mesmo poderia ser estendido aos historiadores da área de Antiga). Vale indicar que, depois de intenso debate, a permanência de conteúdos sobre o medieval foi garantida aos estudantes do ensino fundamental, já para o Ensino Médio o texto da Base não é composto por objetos do conhecimento datados, não havendo menção de períodos históricos, fato que não foi problematizado no artigo diante dos recortes operados por seu autor.

Em 2020, identificaram-se três artigos. Juliana Nickel e João Schimdt (2020) argumentam sobre a necessidade da educação para as humanidades (amparados nos textos de Martha Nussbaum) como via para a construção de uma sociedade democrática e de uma educação emancipadora, indicando as modificações promovidas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória no.746/2016) como prejudiciais a essa forma de compreender a educação, posto a não obrigatoriedade da oferta de disciplinas, em especial artes e filosofia vistas pelos autores como meios de construir uma sociedade que pense democraticamente em oposição à sociedade que pense na conformação econômica, sob influência e concordância da iniciativa privada.

Acacia Kuenzer (2020), de forma semelhante aos autores acima que abordam o caráter não emancipador da educação imposta ao Ensino Médio, analisa a Reforma do Ensino Médio e a proposta curricular apresentada pela BNCC identificando ser expressões de “um projeto pedagógico do regime de flexibilização” (p.57). Para a pesquisadora, o que está em pauta nesses dispositivos é a criação de indivíduos “flexíveis” à precarização do trabalho, a naturalização da instabilidade e da insegurança; portanto, parte de um projeto político maior que já vem operando reformas na previdência, na leis trabalhistas, na terceirização indiscriminada.

Por fim, ainda em 2020, Amanda Gonçalves e Roberto Deitos apresentam reflexões sobre os fundamentos teóricos e ideológicos das competências gerais que

orientam o texto da Base, portanto, da educação. As conclusões dos autores somam-se à parte significativa dos autores já mencionados, ou seja, que a educação pautada em competências é parte de uma orientação neoliberal, da imposição de organismos internacionais, e que visa formar o estudante para as exigências econômicas. Fenômeno que não seria exclusivo das reformas promovidas pós 2016, mas também parâmetro para análise das reformas educacionais empreendidas desde os anos 1990.

Para o ano de 2021 três artigos foram selecionados. Todos são parte das publicações da *EccoS Revista Científica*, evidenciando que há no escopo da revista uma preocupação persistente a respeito das mudanças curriculares, o que resultou em maior volume de artigos selecionados e de maior extensão temporal contemplando o período antes da aprovação da BNCC e os textos mais recentes.

Patrícia Mertzig *et. al.* (2021) evidenciam já no título que as políticas públicas para educação no Brasil partem da aproximação aos discursos (e estratégias) neoliberais. Ainda que a reflexão esteja centrada no Ensino Superior, os pesquisadores indicam que a BNCC é o “fechamento do ciclo da participação direta da iniciativa privada no âmbito cultural” (p.18), que torna o estudante espectador/consumidor da produção cultural mantida pela iniciativa privada.

Caminho semelhante é o proposto por Carolina Vasconcelos *et.al.* (2021), ao afirmar, categoricamente, que a Base Nacional Comum Curricular se deu sob a influência das ideias e estratégias neoliberais e de organismos internacionais que endossam essa perspectiva. A participação das instituições privadas na elaboração da BNCC é novamente criticada, posto que reverberou em um documento aos moldes destes interesses, que privilegia à formação para o trabalho e das emergências econômicas da sociedade atual, sem refletir na possibilidade de questionar essa conjuntura social, econômica e política.

Por último, Anderson Pena e Clarice Zientarski (2021) apresentam uma “carta-manifesto” a Paulo Freire (1921-1997) como reconhecimento da necessária continuidade dos embates freirianos à educação bancária, aquela que propõe conformação e que é amparada pelas práticas neoliberais que sufocam as possibilidades de emancipação dos sujeitos. Para os pesquisadores, a nova Base

Como novidades desse novo ensino médio, vem um discurso sedutor de que os jovens podem escolher itinerários formativos vinculados à Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Isso significa que os filhos das massas trabalhadoras são induzidos a uma escolha espontaneísta e imediatista vinculada às suas necessidades de inserção no mercado de trabalho, enquanto os filhos das camadas médias e das elites continuam a optar pelas

carreiras de maior prestígio que se vinculam ao oportunismo e à usurpação privilegiada da sociedade pelo Estado burguês. (PENA; ZIENTARSKI, 2021, p.13-14)

Considera-se inspirador e digno de nota que o artigo mais recente retome o legado de Paulo Freire, patrono da Educação brasileira, cujo pensamento é diametralmente oposto às propostas educacionais cada vez mais em voga.

4. Considerações finais

O levantamento e a análise da literatura efetivados neste artigo apontam para algumas considerações a respeito das produções científicas e suas perspectivas. A primeira é que paira sobre o Ensino Médio um expressivo volume de expectativas e críticas que não reverberam numericamente em artigos de divulgação científica. Neste sentido, mesmo que os descritores eleitos para filtrar artigos tenham sido abrangentes, o retorno se deu na quantidade de dezenas.

Ademais, a leitura dos textos afinou ainda mais esse volume, posto que a maior parte dos textos não abordam o Ensino Médio, a História e a BNCC de forma concomitante. Dos artigos selecionados e analisados, apenas Astrogildo Silva Junior (2016) e Douglas Lima (2019) contemplam os três descritores ao mesmo tempo.

Chama atenção, também, a representatividade da *EccoS Revista Científica* no que circunscreve o debate sobre os campos de reflexões eleitos neste artigo. O periódico representa o maior volume de publicações - nove de catorze - e o de maior recorte temporal - os primeiros artigos foram publicados em 2016, e os últimos, em 2021.

Por último, de forma quase unânime, os artigos são severamente críticos ao texto da Base Nacional Comum Curricular ou pela discussão e elaboração não se atentarem às contribuições dos agentes da educação e/ou pelos interesses da iniciativa privada que influenciaram os debates e se reverteram em legislação. Os autores, majoritariamente, indicam que a Reforma do Ensino Médio e a BNCC representam (uma vez mais) a efetivação de políticas neoliberais que esvaziam o currículo de disciplinas e conteúdos capazes de gerar emancipação, substituindo-os por disciplinas e conteúdos que geram adaptação às necessidades do mercado de trabalho e flexibilização (leia-se precarização) das garantias trabalhistas.

Referências

- ALMEIDA, Ivanete Bellucci de; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Educação Profissional no contexto das reformas curriculares para o ensino médio no Brasil. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n.41, 2016.
- ARAÚJO, Ronaldo M.de L. A Reforma do Ensino Médio do Governo Temer, a Educação Básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista HOLOS**. Natal, ano 34, vol.8, p.219-232, 2018.
- BNCC - História**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia?start=14> Acesso em: 21 abr 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr 2022.
- EccoS - Revista Científica**. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos> Acesso em: 21 abr 2022.
- ESTEVES, Maria M. F.; ARAÚJO, Regina M.B. A formação continuada de professores e a elevação da qualidade da educação básica. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n.51, 2019.
- FRANÇA, Fabiane Freire. et.al. As novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no contexto educacional das políticas públicas: possibilidades de luta e resistência. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas, v.21, n.3, p.645-661, 2019.
- GONÇALVES, Amanda M; DEITOS, Roberto A. Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos teóricos e ideológicos. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n.52, p.1-19, 2020.
- KRAWCYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa. Observatório da Educação. 2009. 77p. (Em questão, 6).
- KUENZER, Acacia (org.) Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KUENZER, Acacia Z. Sistema Educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.57-66, 2020.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. Uma história contestada: a História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017). **Revista anos 90**. Porto Alegre, v.26, p.1-21, 2019.
- MERRZIG, Patrícia Lakchmi Leite. et. al. Políticas públicas para a educação no Brasil: do terceiro setor ao processo de privatização do ensino superior. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n. 59, p.1-18, 2021.
- MICARELLO, Hilda Ap. Linhares da Silva. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n.41, 2016.
- NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira de. A Primeira e a segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n.41, 2016.
- NICKEL, Juliana; SCHMIDT, João. Os impactos da reforma do ensino médio em uma educação emancipadora e voltada para as humanidades. **Argumenta Journal Law**. Jacarezinho, n.33, p.259-276, 2020.
- PENA, Anderson dos A. P.; ZIENTARSKI, Clarice. Carta-Manifesto ao companheiro Paulo Freire: a conjuntura neoconservadora, as (poucas) conquistas e a esperança na edificação de um novo modo de produção. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n. 58, p.1-17, 2021.

PNAD - Educação 2019. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.
Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 17 abr 2022.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da. BNCC, componentes curriculares de história: perspectivas de superação do eurocentrismo. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n.41, 2016.

SOUZA, Marcela T.de; SILVA, Michelly D. da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein** (São Paulo), v.8, p.102-106, 2010.

VASCONCELOS, Carolina de Moura *et. al.* A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC. **Eccos - Revista Científica**. São Paulo, n. 58, p.1-18, 2021.

WHITTEMORE, Knafl K R. The integrative review: update methodology. **Journal of advanced nursing**, v.52, n.5, p.546-53, 2005.

QUEM SÃO OS COAGRICULTORES QUE APOIAM AS COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA NO VALE DO PARAÍBA E LITORAL PAULISTA?

Adriana Mônica Pinto de Oliveira

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Alexandra Magna Rodrigues

Patricia Ortiz Monteiro

Elisa Maria Andrade Brisola

1. Introdução

O presente trabalho resulta de pesquisa maior de dissertação de mestrado, em um programa que se propõe a refletir, de forma interdisciplinar, questões do humano. Sendo assim, no presente livro, recordamos preocupações apontadas pela pesquisa, sobre questões relacionadas ao desenvolvimento regional e reflexões sobre um outro modelo de desenvolvimento possível.

Neste capítulo, trataremos sobre os coagricultores, que são pessoas que escolhem fazer parte de uma Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA's), deixam de ser um consumidor/a e se tornam um coagricultor/a, modificando com isso a relação de consumo, posto que as pessoas da cidade estabelecem parcerias com os agricultores, o que permite uma nova relação com o alimento que chega a sua mesa. Diferente de um consumidor que vai ao mercado comprar alimentos apresentados como produtos e com um preço, o coagricultor de uma CSA financia toda a produção do seu alimento, sabe de onde vem e o que come, conhece quem produz e participa de atividades da comunidade.

As CSAs representam novos arranjos na relação produtor e sociedade que ultrapassam a lógica de mercado, espelhando anseios de desenvolvimento de coagricultores e agricultores que buscam formas, mais consciente de cultivo e de consumo de alimentos. Nesta mudança, são considerados questões ambientais, produções agroecológica e sustentável, justiça social, fortalecimento de ações locais e valorização da identidade do agricultor familiar, resgatando suas raízes culturais e sua autonomia (CARVAJAL, 2011; AZEVEDO; PELICIONE, 2012; WARMLING, 2017).

Outro princípio reforçado é o da economia solidária, um jeito diferente de pensar a produção, a oferta de serviços, a comercialização, as finanças ou o consumo baseado na democracia e cooperação. Trata-se de uma alternativa promissora e justa para redução das desigualdades através da melhora no capital econômico das pessoas menos favorecidas (GAIGER; KUYVEN, 2002).

2. Método

A pesquisa é qualitativa e foi desenvolvida por meio de um questionário com perguntas sobre as questões sociodemográficas e um outro bloco com questões sobre a participação nas CSAs e suas relações socioeconômicas, a partir de entrevistas semiestruturadas.

Os questionários foram respondidos por meio do contato com coagricultores estabelecido no estudo de campo em CSAs do vale do paraíba e litoral norte paulista, e os resultados apresentados por meio de gráficos e tabelas tabulados no software Excel®. Os resultados das entrevistas foram submetidos a análise de conteúdo de Bardin.

Diante disso, este texto pretende descrever o perfil sociodemográfico dos coagricultores, quais são as motivações que os levaram a participarem da CSA, e trazer reflexões a partir desses resultados e do referencial teórico existente sobre o tema.

3. Resultados e discussões

Os resultados apresentados serão divididos em 3 seções. A primeira em que traçaremos o perfil sociodemográfico, a segunda com questões quanto ao envolvimento dos coagricultores com a CSA, ambas elaboradas a partir dos dados fornecidos em questionário. E a terceira, em que serão analisadas falas obtidas através das entrevistas e categorizadas pelo software IraMuTeQ.

4. Perfil sociodemográfico dos participantes

A fim de caracterizar o grupo pesquisado, foram coletadas informações referentes a sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, renda mensal familiar, localidade (cidade onde residem) e com quem residem.

No total, participaram da pesquisa 38 coagricultores, sendo que algumas questões não foram respondidas por todos. Desta participação, foram 27 (71%) do sexo feminino e 11 (29%) do sexo masculino. Em relação a idade, 25 coagricultores estavam entre 31 e 50 anos. Ou seja, pessoas que, por não estarem no início de suas vidas profissionais,

podem ter certa independência econômica e de tempo, para se envolver em práticas alimentares como a estudada neste trabalho.

As respostas indicaram que 24 (63%) são casados ou vivem juntos e moram com seus filhos e parceiros. Foram constatadas características bastante homogêneas desses grupos de coagricultores, que apresentam em grande parte alta renda domiciliar se comparado com a média do brasileiro (PEDROSA, 2019).

Quanto à escolaridade dos participantes, chama atenção 25 (65,8%) possuem graduação e pós-graduação, seguidos de 10 (26,3%) com títulos de mestrado e doutorado. Estes dados indicam um perfil de formação bastante diferente da população brasileira. A formação encontrada entre os coagricultores é bem superior à média brasileira, mostrando assim que os coagricultores possuem maior grau de instrução, e talvez por isso são movidos por objetivos de melhores condições de nutrição e de engajamento com lutas sociais.

Um outro estudo realizado em 8 CSAs de Brasília/DF, investigando a escolaridade da amostra de 11 coagricultores, todos possuíam ensino superior completo, sendo que 64% desses possuíam cursos de pós-graduação. No presente estudo 8,3% dos coagricultores não possuem curso superior completo, entretanto, a superioridade numérica de pessoas que possuem curso superior e graduação é bastante expressiva. O que mostra certa consonância dos dados coletados nas duas pesquisas. Em relação à realidade paulista, tem-se que 91,7% dos coagricultores possuem uma vivência universitária seja de graduação ou de pós-graduação. Na pesquisa realizada nas CSAs do Vale do Paraíba paulista, vemos que 34,2% possuem superior completo, sendo que a média nacional é de 15,7% da população com ensino superior completo (IBGE, 2017; PEDROSA, 2019). Assim, vemos que a participação como coagricultores em CSAs assume perfil de maior escolarização. Este é um dado relevante que é apontado em todas as pesquisas da área (FRANCO, 2021; TORRECILHAS, 2022).

O que tais trabalhos apontam é uma certa concordância entre nível de formação e renda, de maneira que podemos entender que esse grupo de pessoas alcançaram um nível de consciência alimentar e formação que promove a preocupação com um perfil mais saudável para o consumo de alimentos e essa consciência tem possibilidade de se concretizar em atos suportados por um poder aquisitivo maior.

A renda mensal familiar predominante foi de quatro a seis salários-mínimos 41% (15), seguido de 10 a 12 salários-mínimos 16% (6) e mais de 15 salários-mínimos com 14% (5). O fato que mais chamou atenção são os rendimentos salariais entre 7 a 15

salários, que juntos somam 46% dos coagricultores, mostrando que o maior percentual de coagricultores recebe de R\$9.100,00 a R\$19.500,00. A renda mensal familiar com faixa salarial de 4 a 6 salários-mínimos foi a que teve maior participação (41%). O que se assemelha com média apresentada pela POF (2019).

A maior parte dos coagricultores 73% (27) moram com seus filhos(as) e esposo(a). Moram com os pais 10,8% (4) e com parentes e /ou sozinhos 8,1% (3). Quando se considera a prevalência de mulheres, a idade e o estado civil, somado a escolaridade apresentada por este grupo, fica justificada a questão das melhores escolhas de investimento em uma alimentação orgânica e saudável para sua família. Os dados estão em consonância com os de outras pesquisas (TORRECILHAS, 2022).

Quanto à localidade de residência, a cidade de São José dos Campos abriga a maior parte dos coagricultores que participaram da primeira e segunda fase da pesquisa 63,16% (24), seguidos por Taubaté com 21,06% (8). A primeira justificativa para maior adesão dos coagricultores das CSAs destas maiores cidades se apoia no fato da concentração populacional e, portanto, maior possibilidade de pessoas interessadas na participação de projetos como esse.

Ainda pensando na adesão, outra justificativa pode ser o fato de que a cultura mais cosmopolita acessa informações sobre as diferentes formas de alimentação saudável e as valorizam. Buscam por sistemas alimentares que fujam das rotas de compras de estabelecimentos comerciais, pois desenvolveram a consciência sobre os riscos que trazem à saúde o manejo dos “venenos” nas lavouras através do consumo de agrotóxicos nos alimentos. As ferramentas online permitem que estes coagricultores passem a entender e defender uma terra mais saudável através dos cuidados dos recursos naturais. Trazem a eles uma maior visibilidade em relação à sustentabilidade do meio ambiente e a vida do planeta (ELL, 2012; KRISCHKE, 2009).

Pode se ver que os maiores salários trazem poder de compra, mas, isoladamente, não representam as melhores escolhas alimentares. Portanto, pode-se afirmar que o maior nível de instrução gera consciência de escolha sobre como será gasta a renda familiar. As famílias de coagricultores, por terem uma renda maior e uma maior escolarização, acabam tendo a possibilidade de investir em uma melhor alimentação.

5. CSAs Vale do Paraíba Paulista

Nesta sessão, analisaremos questões relacionadas à disposição espacial dessas pessoas nas das CSAs, tempos e formas de engajamento nos projetos. O grupo de coagricultores que teve maior representatividade foi a CSA Guajuvira, com 34,21% (13) do total, seguido das CSAs Pindorama 28,95% (11) e Taubaté com 23,69% (9) coagricultores, respectivamente.

Pelo trabalho de campo, infere-se que participações mais expressivas podem ser justificadas também por lideranças mais ativas por parte dos agricultores. Foi percebido que os agricultores com maior habilidade de comunicação, trouxeram maior contribuição a essa pesquisa. Assim, Guajuvira e Pindorama, sendo CSAs com número grande de participantes e uma liderança articuladora, tiveram maior participação. Taubaté, embora não apresente número tão expressivo de coagricultores, também se destacou. Entendemos também que isso está relacionado à proximidade com a universidade e seus pesquisadores.

Tabela 1 - Tempo de participação na CSA (em meses ou anos)

Tempo	Participantes	%
Menos de 3 meses	2	5
3 - 6 meses	7	19
6 - 9 meses	2	5
9 meses a 1 ano	5	13
1 - 2 anos	9	24
Acima de 2 anos	13	34
TOTAL	38	100

Fonte: elaborado pelas autoras

Pode-se verificar que os coagricultores com mais tempo de participação nas CSAs foram também os quais mais se identificaram e responderam à pesquisa. Coagricultores de 1-2 anos com 9 (24%) e acima de 2 anos 13 (34%). O fato de estarem há mais tempo na CSA faz diferença no seu entendimento e comprometimento com os princípios da comunidade e estão notoriamente envolvidos em quase todos os processos inerentes ao dia a dia da CSAs.

Figura 1 – Canal de Marketing de captação de coagricultores nas CSAs.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Os coagricultores conheceram o projeto da CSA predominantemente no “boca a boca” 16 (42,1%), em conversa com os amigos 12 (31,6%), os agricultores e a internet tiveram o mesmo impacto de 7 (18,4%), respectivamente. Em outro estudo publicado na revista *Ideias sobre meios de comunicação - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, mostraram dados semelhantes. A escolha do “boca a boca” foi de 89,5%, seguida pela internet que é a preferida com 92% e o rádio teve o pior desempenho de escolha como modo de divulgação e atualização com 37,2%, conforme o estudo (MAGALHÃES, 2012). Se destaca a falta de cobertura da mídia sobre a ação das CSAs, e isso justifica que nenhum coagricultor tenha tomado conhecimento por esse meio, assim como, mostra certa concepção ideológica das notícias veiculadas.

A compreensão necessária acerca da implantação e da viabilidade de uma CSA, requer um olhar atento acerca do território e dos atores envolvidos na sua construção. Não se pode ignorar a realidade socioeconômica brasileira, marcada por imensa desigualdade e um ambiente rural bastante diversificado, por se tratar de um canal de comercialização relativamente novo no Brasil, ainda no processo de implementação, é necessário um esforço de divulgação e disseminação de conhecimento sobre a proposta, sendo notável a falta de conhecimento e compreensão por parte de muitos interessados em participar (NUMER, 2022).

Faz-se necessário que esta forma de construção seja pensada de maneira a garantir o acesso de pessoas a esses alimentos, seja na construção coletiva no processo de formação de preços, na criação de moedas de troca locais ou de políticas públicas de incentivo a formas de comércio de alimentos em cadeias curtas (NUMER, 2022). Canais que ainda não trouxeram sucesso da comunicação sobre a CSA, tais como televisão, rádio e projetos universitários devem ser trabalhados. Desta forma, acredita-se que outro

público será impactado e beneficiado com as vantagens de uma alimentação mais saudável e na luta por reforma agrária.

Os coagricultores foram questionados sobre onde adquiriam os alimentos orgânicos. Antes, as compras eram feitas em supermercado 30 (78,9%), feiras/mercados municipais 22 (57,9%) e pequenos mercados, como lojas especializadas próximos ao seu bairro 10 (26,3%). A venda de produtos orgânicos apresentou um grande crescimento nos últimos anos. Em 2020, o segmento de orgânicos movimentou R\$ 5.8 bilhões de reais no Brasil (INSTITUTO KAIROS, 2016), 30% a mais em relação a 2019, enquanto, o agronegócio brasileiro teve o saldo, em 2021, de R\$ 396,6 bilhões de reais (SEBRAE, 2019).

O crescimento do mercado orgânico reflete a atitude das pessoas que querem evitar alimentos “envenados” e preservar o ambiente. Essa preocupação deixou de ser apenas dos mais afortunados. A hora é agora, momento propício para semear as boas práticas de manejo e estímulo do cultivo do solo de forma adequada e ecológica, já que as pesquisas apontam um momento de expansão do consumo de alimentos orgânicos, e existe uma tendência de mercado, para um consumo solidário e cidadão. O modelo de CSA é uma oportunidade para os agricultores e coagricultores, ao abordar aspectos sociais, econômicos e ambientais (ALMEIDA, 2018).

Um ponto sensível apontado pelos agricultores de alimentos orgânicos consultados são os meios de comercialização, sendo dois os canais de comercialização com mais recorrência: vendas diretas (72%) e feiras de produtos orgânicos (55%). Ainda assim, o mesmo levantamento concluiu que 64% dos consumidores compram orgânicos em supermercados e apenas 26%, em feiras livres. Esta pesquisa apontou resultados semelhantes aos relatados na literatura (INSTITUTO KAIROS, 2016; SEBRAE, 2019). Esse perfil de consumo, de maior uso de redes de supermercados, pode indicar a falta de um maior envolvimento com causas políticas representadas pelas CSAs e seus agricultores. Neste sentido podemos inferir que algumas parcelas de nossas elites mesmo preocupadas com o seu modelo alimentar e buscando uma alimentação mais saudável e orgânica, acabam optando pela comodidade por um consumo mais rápido e que tenha um caráter mais individualista e elitizado.

Esta reflexão pode ser embasada pelos dados apresentados abaixo, no quais podemos verificar que a maior parte dos coagricultores se envolvem com as CSAs em busca por uma alimentação mais saudável. O envolvimento com lutas coletivas e o favorecimento de agricultores aparece como segundo motivação para participação nas

CSAs. As motivações que mais convenceram os indivíduos a se tornarem coagricultores foram: busca por alimentos mais saudáveis 35 (92,1%), seguida pela possibilidade de favorecer os agricultores locais 33 (86,8%), preocupação com o meio ambiente 32 (84,2%), questões políticas, sociais e ideológicas 29 (76,3%) e qualidade dos alimentos 23 (60,5%). Esses resultados parecem nos mostrar dois blocos de engajamento das pessoas envolvidas neste projeto, uma de ordem mais individual/ familiar, que diz respeito a busca por alimentação saudável, outra de ordem mais coletiva/social que está associada a solidariedade aos agricultores (representada pelas respostas “possibilidade de favorecer os agricultores”) e outra ambiental e/ou relacionada a sustentabilidade agroecológica (representada pelas respostas “preocupação com o ambiente”). Os dados apontam que a busca por alimentos saudáveis, cuidado com o meio ambiente e o fortalecimento e apoio à agricultura local ainda são as principais motivações para que os indivíduos queiram se tornar um coagricultor de uma CSA. Em trabalho de revisão recente sobre as CSAs, com 19 trabalhos usados como referência, a principal motivação relatada era autocentrada, ou seja, gira em torno dos interesses pessoais. Os fatores mais citados foram: consumo de frutas e vegetais frescos da estação, alimentos sem agrotóxicos e cuidados com a saúde; seguidas de fortalecimento da economia local, cuidados com o meio ambiente e suporte à comunidade (TORRECILHA, 2022).

Outro estudo realizado em CSAs do Rio de Janeiro mostrou que “Opção por alimentos saudáveis”, “Possibilidade de favorecer os agricultores locais”, “Preocupação com o Ambiente” e “Questões Político/Social/Ideológico” são as principais motivações sinalizadas para a participação dos coagricultores. Em termos qualitativos, essas respostas foram muito semelhantes às encontradas nesta pesquisa (SALES, 2019).

Essas respostas nos oferecem um norte para análise, se considerarmos, principalmente, que as tendências nos apontam para uma busca diferente, um consumo mais consciente, cria-se uma abertura social e política para criação de novas relações entre os diferentes atores sociais (SALES, 2019).

Para Singer (2007, p. 217), as percepções sobre os produtos orgânicos é o que as fazem comprar, porque “acreditam que métodos mais naturais de produzir alimentos têm mais chances de serem saudáveis”. Outro ponto em evidência nas respostas são as crenças e reações em cuidar do meio ambiente. Citam a manutenção da qualidade do solo; a promoção da biodiversidade; o apoio aos agricultores e a economia local, como fatores que determinam as suas escolhas (TORRECILAS, 2022; SINGER, 2007).

Os preços dos produtos nos pontos de vendas foram destacados por 3 (8,3%), sendo este número relativamente pequeno e possivelmente está relacionado ao fato de os coagricultores desta pesquisa terem um poder aquisitivo superior, ainda assim, este número aponta um dos motivos para as pessoas buscarem alternativas e viabilizar o consumo de alimentos orgânicos, e, por isso, viram vantagens em apoiar a CSA. Reforçando o que foi descrito no Datafolha, a enorme maioria dos consumidores (62%) gostaria de comprar mais orgânicos. O preço alto ainda é o impeditivo mais notável (MOSQUERA, 2019). A maioria dos brasileiros das classes “C e E”, embora saibam dos riscos, não conseguem acesso ao alimento “sem veneno”. Pensar em soluções voltadas à maioria da população tem sido cada vez mais urgente.

Alguns passos nos grandes centros urbanos foram dados. Segundo Mosquera (2019), medidas vêm se destacando em locais onde são considerados bolsões de pobreza, tais como bairros ou favelas que contornam bairros nobres de São Paulo. Podemos destacar as feiras de rua, lojas físicas nas favelas, delivery de produtos orgânicos nas comunidades e a divulgação das CSAs nos bairros predominantemente habitados pelas classes C e D que, atualmente, representam 5% dos consumidores, são eles trabalhadores do entorno e empregadas domésticas que vão às compras para as patroas, e, segundo Mendes, acabam levando coisas para elas também (MOSQUERA, 2019).

Comparando os resultados obtidos nesta pesquisa e o trabalho realizado entre os coagricultores das CSAs de Brasília/DF (PEDROSA, 2019), existe concordância nos resultados, levando a entender que muitas preocupações são unânimes e os coagricultores buscam o fortalecimento da produção local, compromisso com o desenvolvimento rural em outros moldes, compreendendo a importância da redução nos impactos na saúde, da educação alimentar, da valorização do pequeno agricultor, do comércio local, justo e responsável, do comércio livre dos atravessadores (canais curto), do acesso à terra, do fortalecimento da comunidade, da socialização (bonding e confiança), da solidariedade, do respeito à sazonalidade, do combate ao desperdício alimentar, preservação do solo e fontes hídricas da produção orgânica e agroflorestal.

Ao serem indagados sobre a razão que os levaram a serem coagricultores, 36 (94,7%) deles acreditam na alimentação saudável, outros 30 (78,9%) também são movimentados por questões políticas e contribuem socialmente, gerando uma melhor economia local. Quanto às motivações políticas, com o desmonte das políticas públicas, a escassez de investimentos sociais nos países da América Latina e as omissões geradas pela globalização neoliberal, instaura-se uma nova lógica de organização territorial do

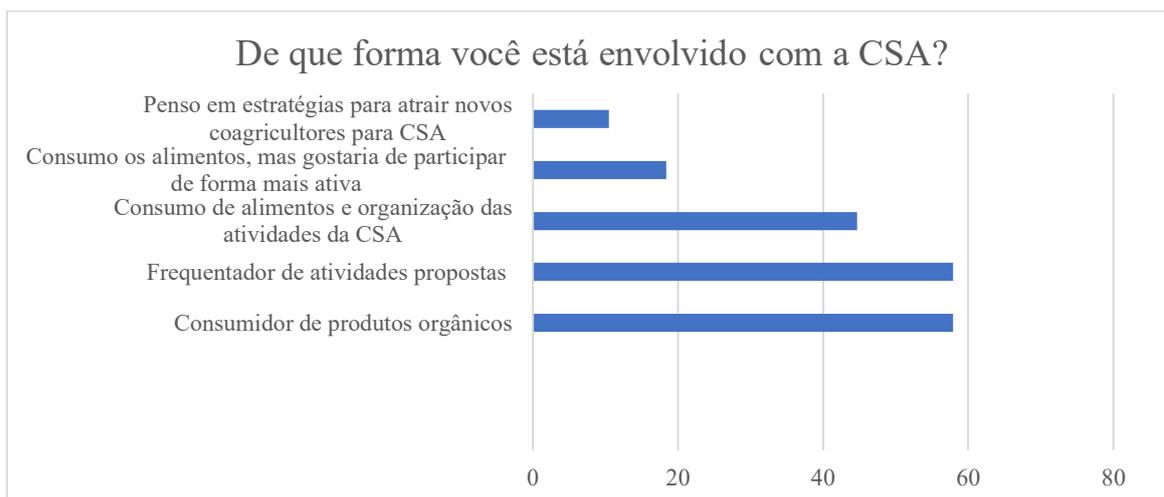
desenvolvimento, a partir da coexistência de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica que, a nível local, recriam identidades territoriais (NUMER, 2022).

Sachs (2010, p. 25) afirma que “o desenvolvimento rural oficialmente incluído e em harmonia com o meio ambiente exige soluções intensivas em conhecimentos e mão de obra, sejam elas econômicas em capital e recursos naturais”. A partir desse binômio racional, criam-se movimentos inovadores voltados à realocação dos sistemas agroalimentares, o que implica a reconexão dos mesmos com a sua base ecológica e sociocultural (SACHS, 2010).

É notável que existem pensamentos distintos. Os agricultores que estabelecem CSAs por ideologia e buscam apoio de coagricultores para compartilhamento dos riscos financeiros, como visto em quase todos os trabalhos. Assim, passam a ter obtenção de renda fixa e estável, com a garantia de financiamento do plantio proporcionada pelos coagricultores. Resultando na minimização dos riscos da comercialização, eliminação dos canais intermediários de entrega dos alimentos e garantia de escoamento da produção, ou seja, buscam pessoas que tenham condições de compartilhar os riscos financeiros da produção antes do plantio. Isso implica na possibilidade dos coagricultores assumirem os riscos que as lavouras sofrem com as eventuais intempéries, ou perdas parciais/totais do plantio (TORRECILHA, 2022; COX, 2012; PEDROSA, 2019).

É provável que o perfil de associado que os agricultores buscam não seja o da maior parte das pessoas que desejam e que têm condições financeiras de participar das CSAs, necessariamente. E que, apesar de essas pessoas terem condições viáveis de assumir os riscos de produção e atuarem como coagricultores, apresentam um comportamento de cliente, ainda. Portanto, se observarmos a expectativa dos agricultores das CSAs e de seus coagricultores, elas são bem distintas. Por um lado os agricultores buscam e esperam apoio financeiro e os coagricultores ainda têm perfil de clientes e juntos vivem essa interdependência para manter uma nova rota de consumo sustentável.

Figura 2 – Envolvimento com a CSA



Fonte: elaborado pelas autoras.

Pode-se perceber o quão envolvidos os coagricultores estão com as suas CSAs, e quais são as intenções ao se associarem as mesmas. Entre as respostas, a maioria 22 (57,9%) é consumidora de alimentos orgânicos e frequenta as atividades propostas pelas CSAs, que variam entre o plantio, cuidado com o solo, colheita em mutirão e outros. 17 (44,7%), além de consumidores, contribuem como coordenadores na parte de marketing, logística, distribuição e administrativo da CSA.

O dados obtidos nesta pesquisa se dividem quase proporcionalmente sobre os interesses dos coagricultores, a maioria busca alimentos saudáveis e livres de contaminantes, e a outra parte visa o trabalho em equipe pró aos cuidados com o solo, mananciais e o ar; bem como prestam ajuda na parte administrativa, coordenando compras de sementes e insumos caso necessário e auxiliando a controlar e organizar as cestas de alimentos a serem distribuídas.

Neste trabalho, foi visto que 7 (18,4%) demonstram desejo de participar mais ativamente, porém a sua rotina de trabalho e afazeres não permitem e eles seguem como consumidores apoiadores das CSAs. Sales (2019) discutiu resultados semelhantes aos desta pesquisa. É possível que estas duas grandes características que surgem entre os grupos, tais como: “comer bem” e “ativismo político” seja uma tarefa bem difícil de conciliar. Sobre o engajamento dos consumidores nas atividades realizadas pelas CSAs, elas podem estar ligadas aos setores interessados em “comer bem” e com pouca experiência ativista e nas outras pessoas que vêm de movimentos sociais e que veem grupos de consumidores como espaços políticos e de militância. A equação que trata essas

duas sensibilidades nem sempre é fácil e envolve discussões aprofundadas sobre os princípios e objetivos do grupo (SALES, 2019).

Tabela 1- Você tem alguma insatisfação e/ou acredita que a CSA poderia melhorar de alguma forma?

Opiniões	Participantes	%
Necessidade de um melhor planejamento de plantação	1	2,8
Dificuldade em obter a estabilidade financeira do projeto	1	2,8
Preços	3	8,3
Questões logísticas (local, horário)	6	16,7
Cooperação dos coagricultores	3	8,3
Não estou insatisfeito	18	50
Comunicação	5	13,9
sazonalidade	1	2,8
Pouca diversificação	4	11,1

Fonte: elaborado pelas autoras.

No questionamento, 18 coagricultores (50%) estavam satisfeitos. Os demais se dividiram em questões de logísticas 6 (16,7%), que reclamam sobre os locais de entrega e horários estabelecidos, alegando ser difícil encaixar na rotina diária esse compromisso; a comunicação 5 (13,9%), pouca diversificação 4 (11,1%) e preço e cooperação dos coagricultores 3 (8,3%), respectivamente.

As razões que mais afastam do que aproximam os associados das CSAs também têm origem autocentrada. Não ter poder sobre as escolhas dos itens das cestas semanais, indisponibilidade de determinados alimentos fora de suas respectivas épocas de produção, problemas com quantidade de alimentos nas cestas e compartilhamento dos riscos financeiros com os agricultores são razões que contribuem para o afastamento dos associados das CSAs (TORRECILHA, 2022).

O preço nesta pesquisa foi motivo de insatisfação de 8,3% da amostra. Embora o perfil econômico dos que aqui representam os coagricultores sejam oriundos da “classe A ou B”, e essa insatisfação aqui relatada seja de baixa representatividade, não podemos esquecer que, para abranger um número maior de famílias das “classes C e D”, é necessário que os preços se tornem mais acessíveis, espera-se com essa ação melhorar o status de saúde e bem-estar da população em geral.

De acordo com a pesquisa da Organiza, de 2017, para mais da metade dos quase 1.000 entrevistados de Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, o preço ainda é o principal fator limitador para o consumo de orgânicos, ainda 9% da população é de baixa renda e 8% das pessoas com ensino fundamental incompleto são os que menos tendem a

comprar esses produtos. Os maiores interessados estão entre a população com alto nível de escolaridade, somando 32% dos entrevistados com grau superior completo. No mesmo ano, a Universidade Federal Rural de Pernambuco também constatou que o perfil de consumidores de orgânicos no país é composto por pessoas com nível superior e renda variável de quatro a oito salários-mínimos por família, ou 2 a 4 por indivíduo. Com base nesses aspectos, o estudo da UFRPE concluiu “que esse nicho de mercado possui uma forte tendência em relação ao seu perfil”.

A logística também foi alvo de crítica, pois 16,7% reclamaram sobre local, horário estabelecido e sugerem um espaço físico. Alguns espaços vêm ganhando destaque na cena alimentar em cidades grandes, não só pela disponibilidade da compra de produtos orgânicos em pontos fixos, mas também por se enquadrarem em um modelo diferente de comércio ou de incidência política sobre o tema (MOSQUERA, 2019).

6. O que falam os coagricultores?

Apesar de 95% dos coagricultores se apresentarem satisfeitos em participarem da CSAs no Vale do Paraíba paulista, os demais que correspondem a 5% sugerem melhoras como a comunicação, diversificação no plantio para uma cesta alimentar mais completa, evitando assim recorrerem aos tradicionais pontos de vendas. O preço que é sempre uma eterna busca para que possam dar condições de expansão rumo a novos coagricultores e, por fim, a sazonalidade que é discutida junto com a diversificação.

No quesito educativo, as CSAs têm um importante papel. Podemos ver através das falas abaixo o quanto ela impactou no conhecimento e aquisição dos coagricultores e seus familiares com novos hábitos alimentares.

Passamos a prestar mais atenção nos alimentos que consumimos, ler rótulos, buscar saber a procedência etc. Além disso, começamos a consumir os alimentos da estação e buscar descobrir diferentes forma de cozinhar os alimentos que recebíamos. Também passei a conhecer alimentos que não conhecia. Às vezes, quando chega algum alimento diferente, trocamos informações e receitas, sobre ele, com os outros coagricultores no grupo de WhatsApp. (Coagricultora 30)

Aproveitar melhor os alimentos/diminuir os desperdícios. (Coagricultora 38)

Quando questionada/os sobre os alimentos recebidos na cesta de hortifruti, 66% dos coagricultores já conheciam e os outros 34% nunca tinham consumido e nem sabiam como manipular ou cozinhar. Os relatos dos coagricultores descritos abaixo reforçam o papel também educativo, promotor do bem-estar físico e saúde que as CSAs trazem:

Passamos a nos alimentar melhor, buscando produtos orgânicos e reduzindo industrializados. Reduzimos o consumo de carnes. Meus filhos passaram a valorizar a alimentação mais saudável. (Coagricultor 9)

Apreendi a comer todos os alimentos que vem na cesta. (Coagricultora 16)

Alimentação com verduras e Pancs que não estava acostumada a comer. (Coagricultora 26)

Além das mudanças em relação ao conhecimento acerca dos alimentos e dos novos preparos e sabores, pode-se notar as mudanças sociais como forma de contribuição da CSA na alimentação dos coagricultores e de suas famílias. Tem-se 71% dos participantes da pesquisa afirmando que experimentaram mudanças no tipo de dieta, nos alimentos consumidos, nas escolhas consciente e na redução do desperdício e o impacto que isso trouxe na sua família, como podemos ver nos relatos que surgiram e foram descritos na sequência:

Passamos a nos alimentar melhor, buscando produtos orgânicos e reduzindo industrializados. Reduzimos o consumo de carnes. Meus filhos passaram a valorizar a alimentação mais saudável. (Coagricultor 9)

Mudou a minha alimentação com maior consumo de alimentos mais saudáveis e alimentos que não estávamos acostumados a consumir. (Coagricultora 10)

Na minha família sempre comemos muita verdura e legumes apenas não era orgânico prioritariamente. (Coagricultora 22)

Um achado relevante na pesquisa de Pedrosa (2019) foi a influência da CSA nas mudanças do comportamento alimentar. Os participantes salientaram a importância dos acordos realizados entre os membros, evidenciando o compromisso com a comunidade e com a produção limpa de alimentos saudáveis. Pouco mais da metade da amostra relatou boa interação no ponto de convivência. Um fato que se relaciona com a grande participação de famílias jovens com crianças foi o destaque dado ao papel pedagógico da CSA na promoção de Educação Alimentar e Nutricional.

Nesse sentido, foram encontradas mudanças significativas no comportamento alimentar dos membros de CSAs. Resultados positivos nas condições de saúde relacionadas pelo aumento do consumo de vegetais, a diminuição de refeições feitas fora de casa e do consumo de alimentos processados. Observou-se que as refeições realizadas em restaurantes possuem porções maiores e são mais calóricas (ALLEN, ROSSI, WOODS & DAVIS, 2017).

Considerando os alimentos que os coagricultores recebem nas cestas, tais como: vegetais, legumes e frutas, se torna possível afirmar que entre os coagricultores das CSAs no Vale do Paraíba paulista há consumo destes alimentos com regularidade.

Em relação à participação dos coagricultores no trabalho manual com a terra 53%, participam do plantio e colheita, contra 47% que não o faz. Estas atividades no campo são apreciadas e tem cunho educativo, proporcionando não somente a troca de experiências, mas a vivência, a empatia com os agricultores e os saberes que só são compartilhados em uma imersão nesta magnitude, onde a “cidade descobre o campo” (PEDROSA, 2019, TORRECILHA, 2022).

Os coagricultores foram questionados a respeito da participação das CSAs que fazem parte, quanto à participação e articulações em projetos sociais. Tanto na questão sobre o debate da alimentação 24 (68,6%) quanto à luta pela terra e/ou água, é notável sua expressão nos movimentos sociais com 23 (67,6%) e, na maioria das vezes, está ligada a projetos universitários 9 (26,5%).

Em relação aos movimentos sociais no Vale do Paraíba e litoral paulista, algumas conquistas foram comemoradas. Em 2018, aconteceu o Encontro da Juventude Sem Terra do Vale do Paraíba, em que foram debatidos temas como o papel da juventude sem-terra na construção da Reforma Agrária Popular, análise da conjuntura política entre outros assuntos. No encerramento, finalizaram com a Jornada Socialista da comemoração da conquista da terra, em que foram lembrados o militante Egídio Brunetto, a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás e a importância das crianças Sem Terrinhas (MST, 2018).

Esses movimentos têm participação de assentamentos que hoje abrigam CSAs, a exemplo do Assentamento Nova Esperança na cidade de São José dos Campos. Naquela comunidade, a juventude mostra sua força, contribui com a luta, presença e voz como seguem os relatos: “Importantíssimo a juventude dos acampamentos e assentamentos se reunirem. Foi muito boa a interação”, comentou Matheus Firmino, assentado na Comuna da Terra Olga Benário, de Tremembé/SP. (MST, 2018, p.3). Rebeca Beatriz, que vive no assentamento Nova Esperança, em São José dos Campos/SP (MST, 2018, p.3), expõe que “Foi muito bom para sentir a necessidade de fortalecer esses encontros no assentamento onde eu moro”.

Existe um consenso entre os coagricultores de que as CSAs podem ser sustentáveis a longo prazo. Percebe-se uma movimentação em torno desse núcleo, que evidencia a identidade que eles têm com o projeto da CSA, lembrando que esta identidade

de projeto pode ser entendida “quando os atores constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade ou a própria sociedade” (CASTELLS, 2006, p.24).

Isso reforça a crença de que elas vão muito além da busca pelo alimento orgânico, na medida em que ela representa uma completa conexão de respeito com a natureza, a busca pela justiça social através da valorização do trabalho humano, sem uma pretensão de acúmulo de riqueza privada. Representa a esperança de um mundo melhor, mais igualitário e justo, em busca de um bem social. Podemos ler alguns trechos das entrevistas que afirmam essas questões da economia solidária inserida nas CSAs.

eu enxergo a economia solidária como uma alternativa que muitas comunidades e muitas pessoas encontram para gerar trabalho e renda, elas se juntam para fazer coisas incomuns e através dessas coisas elas aprendem a vender e prestar serviço. Coagricultor 1

à diversidade das pessoas aqui dentro é similar com o que acontece nos nossos plantios, em que plantas distintas crescem juntas e se ajudam a fazer o lugar melhor. Aqui pessoas distintas juntas fazem as CSAs melhores. Coagricultor 2

Os participantes entendem que a CSA é baseada na democracia, na cooperação e na autogestão e isso traz autonomia e liberdade aos trabalhadores do negócio que são os próprios donos. Com estes princípios, vem crescendo e fortalecendo a relação entre o campo e a cidade, permitindo uma ação mais crítica dos consumidores sobre uma vida saudável, alimentação e com maiores interesses sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

é fazer o dinheiro girar e chegar até elas. No caso, nas CSAs a gente tem essa pegada da economia solidária num financiamento da produção dos alimentos que a gente consome todas as semanas. A economia solidária é essa forma de gerar trabalho e renda à margem do sistema capitalista. O coagricultor é aquela pessoa que participa do projeto, mas não é o agricultor propriamente dito! Coagricultor 1

Pode-se afirmar que a CSA pratica a economia solidária, na qual todos são por um bem-comum, representados por indivíduos atentos, preocupados com o meio ambiente e com as mudanças climáticas. Uma organização embasada no desenvolvimento agrário sustentável, pautada no desenvolvimento local e na proteção dos pequenos agricultores familiares e em busca de consumidores conscientes (ALMEIDA, 2018).

7. Considerações finais

Pesquisadores brasileiros como Torrecilhas (2012) e Franco (2021) contribuíram com um diálogo profundo com a pesquisa que ora se apresenta e estão bem alinhados aos resultados encontrados. Se trata de um grupo que tem uma preocupação latente com a questão alimentar, traz consigo a urgência de consumo de alimentos saudáveis. A postura diante do sistema agroalimentar hegemônico é buscar alternativas de substituição para que a sua família possa ter melhores condições e longevidade de vida com saúde.

A maioria dos coagricultores são mulheres, chefiam os lares e quem define a alimentação familiar. Ficou evidente nas entrevistas que a saúde é uma construção diária, com manutenção de bons hábitos, e, talvez por essa razão, buscam alternativas de compras de alimentos orgânicos. A posição intelectual e financeira dos coagricultores permitem que eles façam melhores escolhas de investimentos e que apoiem a agricultura familiar. Isto é sem dúvidas um meio de suprir a sua necessidade, contribuir para uma simbiose entre o campo e a cidade, melhorar e estabilizar a economia local e ainda se contrapor ao modelo político-econômico atual.

Compreende-se que se está buscando alimentos orgânicos, um conceito de alimentação mais saudável e que, portanto, podemos indicar um novo perfil de desenvolvimento se desenhando. Em defesa de uma estreita correspondência entre os conceitos de soberania alimentar e agroecologia para pensar a constituição de circuitos curtos e alternativos ao sistema agroalimentar hegemônico. Argumenta-se que a agroecologia revela a sua capacidade produtiva independente do prisma que se estuda. Neste caso, a aproximação e o diálogo com a ciência e a pesquisa pode ser significativo para a melhoria das condições de trabalho e vida no campo. Com a visão da soberania alimentar, passamos a defender o direito coletivo em pensar seus sistemas agroalimentares e a necessidade de descentralização e isso ajuda na democracia de estimular a produção local dos alimentos e melhores condições de vida aos agricultores com a saída de cena dos intermediários, garantindo assim melhores condições para a manutenção do seu trabalho e de vida no campo.

As CSAs enfrentam desafios, mas trazem a possibilidade de serem palco de atitudes e discussões coletivas, com debates sobre a necessidade de preservação do meio ambiente; apoio ao agricultor local, melhores condições de vida.

Referências

- ALLEN, J. E.; ROSSI, J.; WOODS, T. A.; DAVIS, A. F. Do Community Supported Agriculture programmes encourage change to food lifestyle behaviours and health outcomes? New evidence from shareholders. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 15, n. 1, p. 70-82, maio, 2017.
- ALMEIDA, T. L.; CARDOSO, R. C.; NARCISA-OLIVEIRA, J.; MACIEL, J. C. A experiência da CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura como fator promotor de desenvolvimento local – Revisão. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – v. 13, n. 2, dez. 2018.
- AZEVEDO E.; PELICIONI. M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. v. 31, n. 4, p. 290-5, 2012.
- BRITO, P. F; GOMIDE, M.; CÂMARA, V. M; Agrotóxicos e saúde: realidade e desafios para mudança de práticas na agricultura. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 207-225, 2009.
- CARVAJAL, J. J. M. La agroecología: un marco de referencia para entender sus procesos en la investigación y la praxis. **Luna Azul**, v. 1, n. 32, p. 128-34, 2011.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- COX, Rosie *et al.* **Common ground?** Motivations for participation in a community-supported agriculture scheme. *Local environment*, v. 13, n. 3, p. 203-218, 2008.
- ELL, E.; SILVA, D.O.; NAZARENO, E.R.; BRADENBURG, A. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. **Rev Saúde Pública**. V.46, n. 2, p. 218-225, 2012.
- FRANCO, A. L.; NOVAES, G. V.; KORASAKI, V. Perfil do consumidor de produtos orgânicos: um estudo com a comunidade que sustenta a agricultura, CSA – Frutal. *In: Congresso Nacional de Meio Ambiente*, 18. Poços de Caldas, set. 2021.
- GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho. Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, 2020. Disponível em: <https://DOI:10.1590/3510304/2020>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- IBGE. **São Paulo**: Pesquisa de orçamentos familiares. 2017-2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/46/0>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- IBGE. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- INSTITUTO KAIROS <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2016/04/Pesquisa-Completa.pdf> 2016. Produtos sem veneno são sempre mais caros? Uma pesquisa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável Comparação dos preços de hortaliças produzidas em sistemas convencionais e orgânicos ou em transição em diferentes tipos de canal de comercialização em diversas regiões do Brasil.
- KRISCHKE, P. J.; TOMIELLO, N. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. **Cad. Pesq. Interd. Ciên. Hum.**, v. 10, n. 9, 2009.
- MOSQUEIRA, A. **No país dos agrotóxicos o orgânico é indicador de desigualdade**. 2019. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2019/08/no-pais-dos-agrotoxicos-organico-e-indicador-de-desigualdade/>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- MST. **Conquista latifúndio para assentamento no Vale do Paraíba paulista**. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/04/24/mst-conquista-latifundio-para-assentamento-no-vale-do-paraiba-paulista/>. Acesso em: 17 mar 2023.

PEDROSA, A. P. P. **Redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social:** as motivações dos consumidores das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2019.

SALES, R. T. **Comunidade que sustenta a agricultura:** uma análise da construção de alternativas para a descentralização do modelo agroalimentar hegemônico, a partir da experiência do CSA organicamente (RJ). 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019.

SEBRAE - **Mercado de alimentação saudável, tendências e oportunidades.** 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercado-de-alimentacao-saudavel-tendencias-e-oportunidades,03642a38eb171810VgnVCM100000d701210aRCRD?vnextrefresh=1>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SINGER, P. **A ética da alimentação:** como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TORRECILHA JUNIOR, A. **Motivações para participar de comunidades que sustentam a agricultura (CSA):** uma revisão bibliográfica. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/216285>. Acesso em: 15 mar. 2023.

WARMLING, D, MORETTI-PIRES, R.O. Meanings of agroecology in the production, distribution and consumption of agroecological food in Florianópolis, Santa Catarina State, Brazil. Botucatu. **Interface**, v. 21, n. 62, p. 687-98, 2017.

CONCEPÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA UNIDADE PRISIONAL NO SUL DE MINAS GERAIS

James Nogueira Bueno
Mariana Aranha de Souza
Celso Augusto dos Santos Gomes

1. Introdução

O presente trabalho trata das “concepções docentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma unidade prisional no Sul de Minas Gerais”. A EJA é uma modalidade de ensino, prevista na legislação nacional, que cumpre o papel de oferecer a escolarização para aquelas pessoas que não tiveram acesso a essa formação na idade normalmente indicada. De acordo com o Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-14.164/2021, essa modalidade de educação contempla o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem que haja restrições, visando o acesso à educação e a inclusão (BRASIL, 2021).

Falar sobre a EJA é sempre um desafio, pois partimos de experiências que nem sempre foram exitosas ao longo das trajetórias de vida escolar dos alunos, independentemente de seus motivos. Há pessoas que não concluíram seus estudos por terem que ajudar seus familiares trabalhando informalmente logo na infância ou adolescência. Há outros que abandonaram a escola por dificuldade de acesso. Outros ainda tiveram que cuidar de irmãos menores para os pais trabalharem. Outros, por uma infinidade de situações de pobreza, vulnerabilidade, adversidades ou violência.

No caso da EJA nas Unidades Prisionais, observa-se que os motivos, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, pelos quais os aprendentes abandonaram a escola são a aproximação com situações de vulnerabilidade e criminalidade.

São muitas as histórias também de alunos com dificuldades de aprendizagem: que deixaram a escola porque não conseguiam aprender este ou aquele conteúdo. Alunos que foram, ao longo dos anos, reprovando, reprovando e ficando, cada vez mais em distorção idade-série, ou seja, ficando cada vez mais velhos em turmas de alunos mais novos.

Nascimento (2013) e Mendanã (2016), por exemplo, relatam o quanto os estudantes que ingressam na EJA trazem suas experiências de insucesso para o cotidiano das salas de aula. As autoras relatam o quanto essas memórias se fazem presentes nas

narrativas desses estudantes, nas formas de se dirigirem aos professores e na forma de compreender os processos de ensino e de aprendizagem na escola. Muitos deles, atribuem a si próprios a responsabilidade única por seus fracassos escolares, muitas vezes com dificuldades de acreditar que ainda é possível aprender e avançar.

Sobre esse aspecto, partimos das reflexões apresentadas por Freire (1997) quando menciona que é importante compreender a EJA como uma modalidade de ensino que tem duas grandes responsabilidades: a de oferecer situações para que os alunos aprendam e a de permitir que eles se formem de maneira integral. Para o referido autor, é preciso pensar em uma pedagogia que ajude a desenvolver a autonomia desses estudantes, por meio de um processo de conscientização de seu papel social, repleto de intencionalidade pedagógica. É sabido que a EJA assume a responsabilidade de criar uma consciência social, cultural e política, que vai além do processo de ensino e aprendizagem, contemplando as dimensões social, cultural e política.

Considerando estes aspectos, é importante propor reflexões sobre o papel do professor no contexto da EJA e, de uma forma mais específica, sobre a EJA que ocorre em Unidades Prisionais. Neste contexto, torna-se importante pensar sobre os aspectos que envolvem a docência, aqui entendida, tal como faz Tardif, Lessard e Gauthier (2001), como uma atividade profissional que se desenvolve geralmente baseada em um leque de conhecimentos desenvolvidos pelo professor ao longo de toda a sua formação enquanto pessoa, estudante e, transpassando a formação acadêmica, estando também presente em sua prática profissional.

Quanto à prática docente, é importante refletir sobre os elementos que envolvem as práticas educativas adotadas pelos professores que trabalham nas Unidades Prisionais, com a EJA, sobretudo por considerar que o público atendido é composto por jovens e adultos em situação de dívida com a sociedade. Elementos importantes tornam-se objeto de estudo, tais como: os motivos pelos quais são escolhidas determinadas estratégias pedagógicas, os ambientes em que acontecem as atividades de ensino e aprendizagem, a escolha pelos materiais utilizados e a própria organização da dinâmica da aula.

O objetivo geral desta pesquisa se constitui em investigar as significações de professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos de Unidades Prisionais sobre a sua própria prática pedagógica no que diz respeito às estratégias de ensino, ao processo de construção do conhecimento e à ressocialização dos estudantes.

Neste estudo, de natureza qualitativa, entrevistou-se dez professores que lecionam em uma Unidade Prisional, a fim de compreender como eles compreendem o processo

educativo neste local e como percebem sua formação continuada. As entrevistas foram realizadas de forma *online*, por meio de roteiro previamente estabelecido, gravadas, transcritas e analisadas por meio de Núcleos de Significação.

2. Sistema prisional brasileiro e a dignidade da pessoa humana

O sistema prisional é parte do conjunto de mecanismos de controle social que uma sociedade mobiliza para punir a transgressão da lei. O significado ideológico do sistema prisional brasileiro muitas vezes é utilizado como instrumento de exclusão, ao definir condutas que objetivam conter as classes sociais inferiores. Resolve-se o problema da segurança pública encarcerando indivíduos das classes subalternas, os mais pobres, os desprovidos das políticas públicas e injustiçados pelo sistema econômico e social (WACQUANT, 2001).

Segundo dados do Ministério da Justiça, em 2019, o Brasil possuía uma população prisional de 773.151 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes, ou seja, considerando presos em estabelecimentos penais e presos detidos em outras carceragens.

É conhecível pela história da humanidade a presença de formas e sistemas de punições no sistema prisional. Mas, após anos de evolução e a Declaração dos Direitos Humanos a dignidade da pessoa humana, independente de atos e ações errôneas, o homem não deve se submeter a maus tratos e mutilações como forma de pena (BRASIL, 1988).

O ponto culminante da dignidade da pessoa humana na atual Constituição Pátria está em seu Artigo 1º, inciso III, constituindo um dos fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro. No Título dos Direitos e Garantias Constitucionais, nota-se preocupação relativa à dignidade da pessoa humana ao assegurar igualdade de direitos entre homens e mulheres, preferindo o legislador constituinte não afirmar, genericamente, como constava em Constituições anteriores, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, mas acrescentou conforme consta no Artigo 5º, inciso I, que “os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Estabelece o Art. 5º, inciso III, que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (BRASIL, 1988).

É de notório que o sistema prisional está longe de ser modelo para qualquer país, vez que os estabelecimentos existentes apresentam muitos problemas, como: insalubridade, violência, falta de ambulatórios, bibliotecas, atendimento psicológico e local digno para refeições, por exemplo.

De acordo com o Ministério Público (BRASIL, 2019), os principais problemas encontrados nos presídios no Brasil são:

- Atendimento médico, odontológico e psicológico insatisfatório;
- Direitos do preso tratados como liberalidades;
- Uma quantidade considerável de presos poderia estar nas ruas por causa da Progressão Penal ou pelo cumprimento da pena;
- Falta de acesso efetivo à Justiça ou Defensorias Públicas;
- Segurança Pública não consegue inibir as atividades do crime organizado que consegue orquestrar diversas atividades retaliativas junto à sociedade, como o ataque ordenado contra policiais, fechamento de comércio e escolas, execuções sumárias, paralisação dos transportes coletivos e atentados a prédios públicos;
- Tortura e maus-tratos, corrupção, negligência e outras ilegalidades praticadas pelos agentes públicos, além da conivência destes às movimentações que redundavam em fugas e rebeliões, inclusive com saldo em mortes de presos;
- Incapacidade da Segurança Pública em manter a ordem e aplicar a lei com rigor sem desprezar os Direitos Humanos dos apenados bem como incapacidade em cumprir as normas firmadas nos acordos internacionais, os quais o Brasil é signatário;
- Rebeliões e atentados frequentes nas prisões;
- Entrada de materiais proibidos que dão apoio ao crime dentro e fora da prisão, tais como aparelhos celulares e armas brancas;
- Estado não consegue aplicar a tecnologia existente de forma a prevenir ou combater o crime, tais como bloqueador de rádio frequência, Raio X, e Detector de Metais;
- Espaço físico inadequado

Assis (2007) acredita que o Brasil hoje vive um momento de abandono e descaso para com o sistema carcerário por parte do governo. Para o autor, o Brasil convive com um abandono do sistema prisional e, o que deveria ser um instrumento de ressocialização, muitas vezes funciona como escola do crime, devido à forma como é tratado pelo Estado e pela sociedade.

Fica evidente que, por conta de estereótipos e senso comum, é fácil deduzir que a população prisional no Brasil tenha menor grau de escolaridade. Segundo o relatório do Ministério da Justiça, “manter os jovens na escola pelo menos até o término do fundamental pode ser uma das políticas de prevenção mais eficientes para a redução da criminalidade e, por conseguinte, da população prisional” (BRASIL, 2019).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 27:

- 1 Todas as pessoas têm o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e partilhar do avanço científico e de seus benefícios.

Princípios Básicos para o Tratamento de Pessoas Presas, Princípios 6:

- 2 Todas as pessoas presas terão o direito de participar de atividades culturais e educacionais destinadas ao pleno desenvolvimento da personalidade humana (ONU, 1948).

De acordo com a Organização das Nações Unidas, ONU (1990) em sua Resolução 1990/20 do Conselho Econômico e Social, a educação nas prisões deve contemplar os seguintes termos:

- a) A educação nas prisões deve ter por objetivo o desenvolvimento integral da pessoa, levando-se em conta os antecedentes sociais, econômicos e culturais da pessoa presa;
- b) A educação deve ser um elemento essencial do regime penitenciário; devem ser evitados desincentivos às pessoas presas que participam de programas educacionais formais e aprovados;
- c) A educação profissionalizante deve ter por objetivo o desenvolvimento mais amplo do indivíduo e ser sensível às tendências do mercado de trabalho;

Atividades criativas e culturais devem desempenhar um papel significativo, uma vez que têm o potencial especial de permitir que as pessoas presas se desenvolvam e se expressem;

- d) Sempre que possível, as pessoas presas devem ter permissão para participar de programas educacionais fora da prisão;

e) Nos casos em que a educação ocorrer dentro do estabelecimento prisional, a comunidade externa deve participar o mais ativamente possível.

Portanto, fica evidente que para a ressocialização e a reinserção do detendo à sociedade a educação dentro do sistema prisional é um procedimento primordial.

3. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional

A garantia à educação é um direito de qualquer cidadão, inclusive, da população carcerária. Ela se constitui como dimensão intelectual desenvolvida ao longo de toda a vida e, por isso, possui deferência tratada pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Esta estabelece que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Especificamente, é pela Lei nº 7.210/84 que foi instituída a Execução Penal. Esta lei possui tríplice finalidade: retributiva, preventiva (geral e especial) e reeducativa. Retributiva compreende-se no sentido em que exista infração da lei, assim o infrator, perante a justiça, será punido. Posteriormente, a lei é dotada da forma preventiva, ou seja, conforme a etimologia do verbo prevenção, cabe ao estado manter a natureza de tutela ao carcerário. E, por fim, a reeducação ao presidiário objetiva em reeducá-lo, para após o cumprimento da pena, o indivíduo ser inserido novamente na sociedade (BRASIL, 1984). É neste último eixo que se funda o início da educação entre as grades, um desafio para a o Estado, a unidade prisional e o corpo docente de professores e mediadores de conhecimento.

Dado isso, a educação dentro dos presídios engloba a assistência estabelecida por lei no art. 11, em servir ao egresso as assistências: materiais, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (BRASIL, 1984). Logo, com essa descrição, podemos observar os intentos da finalidade educativa, no qual propõe uma ligação de assistência onde o detento passará a gozar dos seus direitos nas selas prisionais.

Assim, segundo Santiago & Britto (2006), o embasamento legislativo, sobretudo, dentro da Constituição Federal, em seu artigo 208, I, estabelece o dever do Estado na garantia e a oferta de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que não tiverem acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Em seguida, conforme supracitado, a Lei nº 7.210/84 trata, nos artigos 17 a 21, da assistência educacional ao preso e ao internado, compreendendo a instrução escolar e a formação profissional, com as seguintes características: “a) obrigatoriedade do ensino

de 1º grau; b) ensino profissional ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico; c) adequação do ensino profissional da mulher condenada à sua condição; d) possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; e) previsão de dotar cada estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984).

Desse modo, em relação à formação educacional para os detentos, tomaremos o Plano Nacional de Educação (PNE), que orienta a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o qual, nos dias atuais, é aplicável aos contextos do sistema previdenciário das unidades prisionais dos municípios de Minas Gerais.

É importante ressaltar, como já afirmava Paiva (1973), que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino da educação básica, com jovens, adultos e idosos, que não tiveram a possibilidade de estudar na idade na própria. São inúmeras as variáveis que motivaram o não cumprimento da educação básica formal ou até mesmo pela desistência dos estudos na idade de ensino. Por isso, o direito à educação, dentro da EJA, assegura a este segmento de pessoas a possibilidade de cursar esta modalidade educacional durante o período de detenção.

4. EJA e o sistema prisional como instrumento de ressocialização

De acordo com Onofre (2007), a escola na prisão é apontada pelo aluno como um espaço fundamental para que se possa fazer valer seu direito à cidadania. A aprendizagem da leitura e da escrita permanece essencial para que seja adquirido o mínimo de autonomia.

Conforme o art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trata especificamente da EJA, esta será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, “cabendo aos sistemas de ensino assegurar gratuitamente a esses jovens e adultos oportunidades apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (Brasil, 1996).

Segundo Gadotti & Romão (2007), tem-se a expectativa de que uma educação dentro do sistema prisional deva trabalhar com conceitos fundamentais, como família, amor, dignidade, liberdade, vida, morte, cidadania, governo, eleição, miséria, comunidade, dentre outros. Sob essa perspectiva, observa-se uma intencionalidade de se desenvolver nos detentos a capacidade de reflexão, fazendo-os compreender a realidade

em que vivem e, dessa forma, possibilitar-lhes o desejo de atuar de forma correta na sociedade. Nesse sentido, o objetivo da educação dentro de um sistema prisional deve ser a de um modelo pedagógico diferenciado, voltado para a compreensão dos direitos e deveres enquanto cidadãos em processo de ressocialização.

Gadotti & Romão (2007) ainda afirmam que o papel do sistema prisional brasileiro é conflituoso, tanto no âmbito teórico, quanto no prático. O discurso predominante sobre o seu papel como instituição de controle social no mundo moderno se distingue pela valorização de uma proposta de ressocialização do detento.

A Lei de Execução Penal (LEP), em vigor desde 1984, regulamenta a efetivação da pretensão punitiva do Estado, concretizada na sentença condenatória com trânsito em julgado, impondo-se pena privativa de liberdade, pena restritiva de direitos ou pecuniária. Tal Lei, entre outras coisas, dispõe que é dever do poder público investir em programas que visem a ressocialização dos reeducandos e egressos do sistema prisional e a busca por condições para a harmônica integração social do preso ou do internado (BRASIL, 1984).

As ideias implantadas na LEP têm como base a efetivação da execução penal como forma de preservar os bens jurídicos e de reinserção da pessoa que praticou um delito à sociedade. Visa combater o excesso ou o desvio da execução penal que ameaça a dignidade ou a humanidade ao aplicar a pena.

Para Durkheim (1978), socializar é sinônimo de educar:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas não ainda amadurecidas para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine. (p. 10)

Partindo do pressuposto que ressocializar tenha o sentido de socializar novamente, percebe-se que se lida com um conceito utilizado no interior do sistema penitenciário, que implica a ideia de que o detento volte à sociedade preparado para aceitar e seguir as normas e as regras sociais.

Para que haja uma efetiva ressocialização, o apenado, ao dar entrada no sistema penitenciário, somente deve perder o direito de ir e vir, sendo assegurados os demais direitos como: à vida, saúde, bem-estar, educação, trabalho e assistência jurídica. Portanto, a ressocialização pode ser determinada como um trabalho de reestruturação psicossocial do apenado com a sociedade, através de ações, políticas públicas, incentivo

e investimento no tratamento do apenado, para que a sociedade o receba de volta, livre de sua necessidade de reincidir no crime.

Assim como a ressocialização, outro trabalho que deve ser realizado com o apenado é a reintegração social, pois é a partir dela que o apenado irá ter uma aproximação com a sociedade, ou seja, na medida em que o cárcere se abre para a sociedade, a sociedade se abre para o cárcere, pois o apenado para a sociedade é um ser que se tornou invisível por causa dos altos muros (SÁ, 2007).

Sá (2007) ainda afirma que a ressocialização é a humanização do indivíduo enquanto recluso pelo sistema prisional, buscando um foco humanista do criminoso na reflexão científica, ao mesmo tempo que protege a sociedade deste. Através do reconhecimento da necessidade da ressocialização do indivíduo criminoso, a pena de prisão passa a ter uma nova finalidade, além da simples exclusão e retenção. Passa a ter uma finalidade de orientação social e preparação para o seu retorno à sociedade, buscando assim a interrupção do comportamento recorrente.

Nesse sentido, é importante destacar que a Lei de Execuções Penais exige que todos os condenados exerçam algum tipo de trabalho, bem como que os presos tenham garantido o acesso ao Ensino Fundamental, no qual a educação é uma proposta que responde ao direito de todos e atende aos interesses da própria sociedade (BRASIL, 1984).

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos, como processo educativo, deve se apresentar muito mais que uma teoria, e sim como prática das propostas estabelecidas pelas políticas públicas, pois ela tem um papel na prática reflexiva e crítica do detento para o retorno ao convívio social.

A relevância da EJA no sistema prisional como instrumento de ressocialização, de desenvolvimento de habilidades e de educação para a empregabilidade é de suma importância no sentido de auxiliar os detentos a reconstruir um futuro melhor durante e após o cumprimento da sentença.

5. Conclusão

No presente trabalho, investigou-se, a partir das concepções docentes, uma forma de a EJA contribuir com o papel de ressocialização de detentos, privados de liberdade, tendo em vista o ambiente prisional. Foi possível identificar boas práticas que vão ao encontro do processo de ensino e aprendizagem com vista a dar ao reeducando uma

educação mais próxima do que seria o ideal a situação em ambientes de Unidades Prisionais.

Pretendeu-se compreender as principais dificuldades, vantagens e desvantagens de se pensar, de modo crítico, nas metodologias de ensino já aplicadas e apontar novos caminhos para tornar a educação nos presídios mais efetiva principalmente no que tange a questão de ressocialização.

Para isso, utilizou-se a abordagem teórico-metodológica da análise dos Núcleos de Significação, conforme disposto por Aguiar e Ozella (2006). Nessa abordagem, foram verificadas as transcrições das falas dos professores participantes da pesquisa a fim de identificar quais os pré-indicadores presentes em suas narrativas. A partir desses pré-indicadores, verificou-se como eles poderiam se aglutinar para comporem e delimitarem indicadores. Tendo estabelecido os indicadores, realizou-se um trabalho de análise, de forma articulada com as referências bibliográficas abordadas neste trabalho, para se organizar os Núcleos de Significação que, neste estudo, se constituíram em cinco.

O primeiro Núcleo de Significação se constitui pela trajetória profissional dos professores que atuam com a EJA no Sistema Prisional. De acordo com eles, esta trajetória se deu através da constituição e manutenção dos saberes docentes específicos em trabalho.

O segundo Núcleo de Significação diz respeito às metodologias usadas pelos professores em suas aulas nas Unidades Prisionais. Constatou-se que o desenvolvimento profissional não corresponde só ao curso de formação de professores, mas à soma do conhecimento adquiridos ao longo da vida e do cotidiano da docência, com os meios que possuem.

O terceiro Núcleo de Significação permitiu que se identificasse que a interação entre professores e alunos no sistema prisional. De acordo com os docentes, precisa ser pautada pelo respeito, como um comportamento indispensável para o sucesso do educador e do educando.

O quarto Núcleo de Significação diz respeito às principais fragilidades das estratégias de ensino e às oportunidades de aprendizagem existentes no sistema prisional e no cotidiano desses professores. Para eles, esta dimensão está associada com a assistência educacional, que é uma das prestações básicas mais importantes para que possam oferecer aos detentos oportunidades de estudos. No sistema prisional o professor, além das disciplinas dos segmentos da EJA, ensina novas formas de ressocialização dos indivíduos

Por fim, o quinto Núcleo de Significação diz respeito ao fato de que, os professores veem que a EJA, junto com a ressocialização, garante várias oportunidades aos detentos, desde a sua reinserção à sociedade até a garantia de seus direitos como cidadão, explicitados na formação para o trabalho.

Considerando o apresentado pelos Núcleos de Significação, presentes nas narrativas dos professores, pretendeu-se apresentar as boas práticas aplicadas pelos docentes na EJA, sobretudo, no que tange o Sistema Prisional, de forma a educar para vida, valorizando retornar estes reeducados para sociedade, cumprindo sua função social.

Acredita-se que estas informações e conclusões possam servir de parâmetros para propor políticas educacionais que realmente possam contribuir para mudar a realidade de jovens e adultos nos ambientes prisionais e possam permitir que os docentes realizem sua atividade educativa com uma maior gama de recursos e estratégias, de forma a contribuir, também, com o seu desenvolvimento profissional.

Referências

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-246, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- BRASIL. (1984). **Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho 1984**. Dispõe sobre a execução da lei penal. Presidência da República, Brasília, DF: Casa Civil.
- BRASIL. (2019). Ministério da Justiça. Retrieved from: <http://portal.mj.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BRASIL (2019). Ministério da Justiça. Levantamento nacional de informações penitenciárias. INFOPEN. Retrieved from: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Versão administrativa consolidada até a Emenda Constitucional n. 76/2013. Brasília: Senado. [s. n.], 2013. Retrieved from: http://www.senado.gov.br/legislacao/const /con1988/con1988_05 .10. 1988/CON1988.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.
- BRASIL. (1996). Artigo 37 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+37+da+Lei+de+Diretrizes+e+Bases+-+Lei+9394%2F96>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 14.164/2021.
- DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. Melhoramentos/ Fundação Nacional de Material Escolar. (1978).
- FONSECA, J. **Metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará. (2002).
- FREIRE, Madalena. **Avaliação e Planejamento: a prática educativa em questão**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

GADOTTI, M, Romão, J. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e propostas**. 9. ed. Cortez. (2007).

MENDANÃ, Denise Teberga. **Inclusão escolar na EJA: os projetos como opção metodológica**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté. Taubaté – SP, 2016. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2014/dissertacoes/mpe/Denise-Teberga-Mendana.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

NASCIMENTO, Ely Soares do. **Saberes construídos na prática pedagógica de professores na EJA**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté. Taubaté – SP, 2013. Disponível em: https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2011/dissertacoes/Ely_Soares_do_Nascimento.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

ONOFRE, E. **Educação Escolar entre as Grades**. Edufscar. (2007)

ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Retrieved from: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: 05 mar. 2021.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Edições Loyola. (1973).

SÁ, A. **Criminologia Clínica e Psicologia Criminal**. Revista dos Tribunais. (2007)

SANTIAGO J.; BRITTO, T. **A Educação nas Prisões**. Revista de Informação Legislativa. (2006).

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; GAUTHIER, Clermont. **Formação dos professores e contextos sociais**. Porto: Rés, 2001.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Zahar. (2001).

SOBRE OS AUTORES

Adriana Mônica Pinto de Oliveira

Mestra em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté – UNITAU e Nutricionista pela mesma universidade. Especialista em Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo. MBA em gestão capital humano pelo Centro Universitário Sul de Minas - UNIS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7494714789512053>

ORCID: 000-0002-8500-6633

E-mail: adrianamonica.nutri@gmail.com

Alessandro Ferreira Alves

Licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Matemática Pura pelo Instituto de Matemática, Estatística e Computação da Universidade Estadual de Campinas (IMECC-UNICAMP). Doutor em Matemática Aplicada a Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação da Universidade Estadual de Campinas (FEEC-UNICAMP). Atualmente é docente e coordenador de cursos do Grupo UNIS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7860986142316472>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6163-1285>.

E-mail: alessandro.alves@professor.unis.edu.br

Alexandra Magna Rodrigues

Mestre em Ciências Aplicadas à Pediatria e Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto. É professora adjunta III do curso de Nutrição e no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Humano: formação, políticas e práticas sociais da Universidade de Taubaté. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3843228032073245>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7143-3258>

E-mail: alexandramagnarodrigues@gmail.com

Bruno Luis Cardoso

Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté (UNITAU), possui Pós-Graduação em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Licenciatura em Sociologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Bacharel em Filosofia pela Faculdade Dehoniana de Taubaté. Professor efetivo da disciplina de Filosofia na Rede Estadual de Ensino. Docente da Rede desde 2007.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7130538172798214>

Celso Augusto dos Santos Gomes

Doutor em Educação pela UNIMEP, Mestre em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela PUC-SP. É pós-graduado em Docência em Educação a Distância, em Psicopedagogia Institucional e em Designer Instrucional para a EaD virtual. Tem Licenciatura e Bacharelado em Música, este último pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas Alcântara Machado (2003). É professor no Mestrado Acadêmico em Gestão e Desenvolvimento Regional, atuando na linha de pesquisa Processos Formativos e Desenvolvimento. Atua como coordenador e professor no curso de

graduação em música do Unis e professor nas pós-graduações lato sensu desta mesma instituição. Atualmente é avaliador do INEP/MEC para cursos de graduação e pós-graduação na área de Música.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8784835682994528>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4462-3296>

Email: celso.gomes@unis.edu.br

Dálete de Souza Maia Vicentini

Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Sul de Minas – UNIS. Licenciada em Pedagogia com Pós-Graduação em Educação Especial Inclusiva e em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Professora no curso de Graduação em Pedagogia na FATEPS, Políticas Públicas e Legislação da Educação Básica e Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Escolas Municipais Professor João de Abreu Salgado e Professora Edna de Abreu. Teve experiências na APAE e Secretaria Municipal de Educação de Três Pontas (MG), facilitadora da Justiça Restaurativa em Parceria entre o Ministério Público da cidade de Três Pontas e as Secretarias Municipal e de Estado de Educação de Minas Gerais (2018).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3811734155914170>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2765-8462>

E-mail: dalete.vicentini@alunos.unis.edu.br

Débora Inácia Ribeiro

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU (2013). Graduada em Psicologia pela Universidade Salesiana de Lorena - UNISAL (1992) e especialista em Educação e Cultura pela UNITAU (2009). Professora no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Paraíba -UNIVAP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7048029511754621>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3287-6889>.

E-mail: debora.iribeiro@unitau.br

Elisa Maria Andrade Brisola

Graduada em Serviço Social pela Universidade do Vale do Paraíba (1984); mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996 e 2003 respectivamente). Professora do Mestrado Interdisciplinar "Desenvolvimento Humano: políticas sociais e Formação" na Universidade de Taubaté e do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do UNIS-MG.

Lattes: [/lattes.cnpq.br/1419236134315852](http://lattes.cnpq.br/1419236134315852)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9571-0>

E-mail: elisabrisola@gmail.com

Gladis Camarini

Graduada em Engenharia Civil (UNICAMP), Mestre em Arquitetura (EESC-USP), Doutora em Engenharia Civil (Poli-USP), Livre-Docente (UNICAMP), Professora Titular (UNICAMP). É professora no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS-MG

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8939257949743478>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4536-9699>

E-mail: gcamarini@gmail.com

Gustavo Andrade Abreu

Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas, Pós-Graduado em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing pela Fundação Dom Cabral, Graduado em Administração. Vasta experiência na área comercial no segmento empresarial de telecomunicações e construção civil. Atuou como Coordenador de Mercado EaD do Grupo UNIS, responsável pela expansão dos Polos de Educação a Distância da instituição e como Diretor de Novos Negócios da instituição, setor responsável pela Educação Corporativa unidade voltada para atendimento à órgãos públicos e privados. Experiência em licitações e gestão de contratos públicos e privados. Atualmente Diretor de Mercado do Grupo Unis.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7387990874103936>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0955-1944>

James Nogueira Bueno

Possui graduação em História pelo Centro Universitário do Sul de Minas (2002), graduação em Pedagogia pela Universidade de Franca (2018), graduação em Direito pela Faculdade de direito de Varginha (2009), graduação em Geografia pela Universidade de Franca (2021), apto a lecionar Filosofia, Sociologia e Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional na Área de Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS - MG. (2021). Atualmente leciono - COLÉGIO ALPHA (GRUPO UNIS - MG) e na Faculdade FacMinas como professor e coordenador do curso de Pedagogia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8666038529180879>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8946-7680>

Liliane Aparecida da Silva Marques

Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS-MG). Especialista em Gestão de Pessoas e Controladoria e Auditoria pela Pontifícia Universitária Católica de Minas Gerais (Campus Poços de Caldas). Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424727283122561>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3612-3550>

E-mail: liliane.marques@alunos.unis.edu.br

Luiz Alexandre Canavezi de Paiva

Graduado em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003), MBA em Gestão de Pessoas (2015) e MBA em Gestão de Investimentos (2016). Mestre em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. Sou funcionário do Banco do Brasil desde 2005 e atuo como Gerente de Relacionamento em Negócios Internacionais em São José dos Campos. Tenho experiência nas áreas de Comércio Exterior, Administração de Empresas e Finanças
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9580154984481882>
E-mail: canavezi@gmail.com

Mariana Aranha de Souza

Graduada em Pedagogia (pela Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher), Mestre ELe Doutora em Educação: Currículo (pela PUC-SP). Atualmente é professora na Universidade de Taubaté, no Centro Universitário do Sul de Minas e no Centro Universitário Teresa D'Ávila
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1486008243996275>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2229-0630>
E-mail: profa.maaranha@gmail.com

Mirian Cristina de Moura Garrido

Pós-doutora pela Universidade Federal de São Paulo, Doutora e Mestra em História pela Universidade Estadual Paulista, campus Assis. Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté-SP e Professora do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958895252410582>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0995-0489>
E-mail: mirian.cm Garrido@unitau.br

Nilton dos Santos Portugal

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cenecista de Varginha, Especialista em Gerência de Empresas, MBA em Finanças, MBA em Gestão de Saúde Pública, Mestre em Administração e Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras - UFPA. Atualmente é pró-reitor da Educação a Distância do Grupo Educacional Unis e professor nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu (Mestrado em Desenvolvimento Regional) do Centro Universitário do Sul de Minas.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3094883400589852>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3626-3828>
E-mail: nilton@unis.edu.br

Patrícia Ortiz Monteiro

Doutora em Ciências Ambientais, Professora dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté e de Educação da Universidade Estácio de Sá.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8048616778601408>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2944-9050>
E-mail: patricia.ortiz@unitau.br

Rachel Duarte Abdala

Coordenadora e docente permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano da UNITAU. Coordenadora pedagógica do Curso de licenciatura em História da UNITAU. Mestre (2003) e Doutora (2013) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Docente do Curso de História da Universidade de Taubaté. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) da Universidade de São Paulo. Coordenadora do subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID-UNITAU).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7509632267221512>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6936-5329>

E-mail: rachel.dabdala@unitau.br

Rafael Di Francesco Coêlho de Souza

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas (2016). Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU (2022). Possui Pós-Graduação em Gestão de Pessoas com Coaching - IBC (Faculdades Monteiro Lobato e Ohio University) e é Especialista em Equoterapia - ANDE-Brasil Psicoterapia de base psicanalítica Equoterapia Instrutor de equitação ética e terapêutica. Treinador de Cavalos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6995321090696111>

E-mail: rafaeldifrancescocoelhodesouza@gmail.com

Rodrigo Franklin Frogeri

Bacharel em Ciência da Computação (UNIFENAS). Mestre em Administração (Centro Universitário Unihorizontes). Doutor em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento (FUMEC). Atualmente é docente em cursos de graduação, especialização e Stricto sensu do Grupo UNIS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0403458828547468>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7545-7529>.

E-mail: rodrigo.frogeri@professor.unis.edu.br

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Mestra e Doutora em História Social e graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). É professora na Universidade de Taubaté (Unitau) e do Centro Universitário Sul de Minas - UNIS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4781281757036528>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-0694>

E-mail: suzana.ribeiro@falaescrita.com.br



UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-65-86914-77-1

BR



9 786586 914771